



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

NICOLE MARIA FERNANDES DO AMARAL

**LIBERDADE É NÃO TER MEDO:**

Um estudo sobre a representação política de mulheres negras nos partidos em Manaus

MANAUS  
2024

NICOLE MARIA FERNANDES DO AMARAL

**LIBERDADE É NÃO TER MEDO:**

Um Estudo sobre a representação política de mulheres negras nos partidos em Manaus

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do grau de mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

**Orientadora:** Lidiany de Lima Cavalcante

**Linha de pesquisa:** Questão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade

MANAUS  
2024

### **Ficha Catalográfica**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A485I      Amaral, Nicole Maria Fernandes do  
              Liberdade é não ter medo : um estudo sobre a representação  
              política de mulheres negras nos partidos em Manaus / Nicole Maria  
              Fernandes do Amaral . 2024  
              150 f.: il. color; 31 cm.

              Orientadora: Lidianny de Lima Cavalcante  
              Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na  
              Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

              1. Representação política. 2. Partidos políticos. 3. Mulheres  
              negras. 4. Política. I. Cavalcante, Lidianny de Lima. II. Universidade  
              Federal do Amazonas III. Título

NICOLE MARIA FERNANDES DO AMARAL

**LIBERDADE É NÃO TER MEDO:**

Um Estudo sobre a representação política de mulheres negras nos partidos em Manaus

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Lidiany de Lima Cavalcante, como requisito para obtenção do grau de mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovada em 30 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Lidiany de Lima Cavalcante**  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
Presidente

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Lucilene Ferreira de Melo**  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
Membro Interno

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Elizabeth da Silva Alcoforado**  
Universidade de Pernambuco – UPE  
Membro Externo

À minha avó, Terezinha Fernandes (*in memoriam*), minha primeira professora, quem me apresentou ao mundo da leitura. A ela dedico meu carinho e gratidão pelos banhos de proteção, pelo cuidado e por estar comigo durante as madrugadas de estudo. Ainda sinto sua presença e proteção.

À minha mãe e amiga, Márcia.  
Ao meu companheiro no amor e nas lutas sociais, Amaral.  
Às mulheres negras que movimentam a sociedade.

## AGRADECIMENTOS

Costumo afirmar que ninguém chega a algum lugar sozinho. Esta dissertação é resultado do meu esforço intelectual e do apoio indispensável de muitas pessoas.

Agradeço, em primeiro lugar, às forças ancestrais e divinas que me guiaram e sustentaram espiritualmente ao longo deste percurso.

À minha mãe, Márcia, pelo amor, orações, apoio incondicional e pelos esforços que me permitiram dedicar-me integralmente aos estudos e ser a primeira graduada e mestra da família.

Ao meu esposo, Amaral, companheiro de vida e das lutas por uma sociedade sem opressões, agradeço pelos gestos de amor e cuidado, especialmente nos dias mais angustiantes da escrita, e pela compreensão diante das minhas ausências. Seu apoio foi essencial para mim.

Aos meus irmãos, Marcela e Nicolas, pelo apoio, compreensão e momentos de leveza, que foram respiros necessários e fonte de força ao longo dessa caminhada. À minha sogra, Graça, pelas conversas descontraídas, pelo apoio e pelos ensinamentos valiosos, especialmente nos momentos desafiadores. Aos demais familiares, minha gratidão pelo suporte, pelos momentos de alegria compartilhados e pela compreensão durante essa jornada.

Ao meu “aumigo”, Zeca, por ser um companheiro fiel nas longas horas de estudo.

À minha orientadora, prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidiany Cavalcante, por todos os ensinamentos, pela confiança, por promover as minhas ideias, pela preocupação sincera com a minha saúde e por me incentivar a não desistir. Você é uma aliada valiosa nas lutas sociais e uma inspiração.

Às representantes políticas e dirigentes partidárias que participaram desta pesquisa, agradeço a confiança em compartilhar suas experiências, especialmente as mais sensíveis e aos partidos PT, Pcdob e MDB, pela receptividade.

Às professoras Milena Barroso e Flávia Rios, que integraram a banca de qualificação, agradeço pelas contribuições que enriqueceram este trabalho. Às professoras Lucilene de Melo e Elizabeth Alcoforado, que compuseram a banca de defesa, sou igualmente grata pelo aceite, pela leitura minuciosa e contribuições.

À Thuane e Juliana, minha gratidão pela amizade e pela parceria inestimável durante as noites de trabalho em que produzimos juntas nossas dissertações. Obrigada por acreditarem em mim e por tornarem esse percurso mais leve. Ao Paulo, agradeço as conversas descontraídas, as risadas e a lembrança constante do meu potencial. À Edivane e Deise, muito obrigada pela torcida e palavras de incentivo nessa reta final. Às demais colegas da turma de mestrado do PPGSS/UFAM 2022, meu agradecimento pelo incentivo e pelas trocas enriquecedoras ao longo desses anos. À todas, desejo sucesso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), agradeço a oportunidade de desenvolver uma pesquisa que explore uma temática tão distinta do habitual na área. Manifesto minha gratidão à prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Roberta Ferreira, coordenadora do PPGSS, pelos conselhos e cuidado genuíno durante o período de mobilidade acadêmica; à prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Marinez Gil, pelo apoio durante a mobilidade acadêmica e à prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Carolina Cassia, pelos ensinamentos valiosos no estágio docente, pelo acolhimento e amizade.

Às professoras/es e colegas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais, Gênero, Geração e Corpo em Territórios Amazônicos (INTERFACES/UFPA), sou grata pela acolhida e pelas ricas trocas de conhecimento. Em especial, à Gisele Selistre, doutoranda da PUC/RS e amiga conquistada durante o PROCAD, agradeço a companhia, as risadas e conselhos. Compartilhar momentos desafiadores e comemorativos, como o Círio de Nazaré, foi um privilégio. Te espero aqui na terrinha.

Às minhas amigas Bárbara Ribeiro e Luciana Santos, por estarem presentes nos momentos em que mais precisei, pelas mensagens diárias, visitas, pelas valiosas indicações de referências e pela parceria constante.

Aos amigos e amigas que lembraram de mim e encaminharam materiais relevantes para a pesquisa, muitíssimo obrigada. Em especial, Lorena Penha, Bruno Coutinho, Jeniffer Mattos e Wellington Ferreira. Agradeço também a Alessandrine, Andreza, Cláudio, Jaqueline, Jeffeson, Lene, Laryssa, Lucas, Maraísa, Michelle, Rila, Tiago e Verlene pela torcida, pelas visitas, pelos abraços recebidos e pelos conselhos preciosos.

À Jane Paes, Maria Nilce e Misael Rosa, profissionais da área de saúde mental e ao Rodrigo Silva, profissional da educação física e amigo, sou imensamente grata pelo suporte, escuta e treinos que me ajudaram a encontrar equilíbrio e concluir a pesquisa.

Ao Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD Amazônia), agradeço a experiência inesquecível vivida em Belém (PA), que ampliou minha visão sobre a Amazônia e fortaleceu meu compromisso com a defesa dos povos que vivem neste território.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço o apoio financeiro que possibilitou a mobilidade acadêmica em Belém por meio do PROCAD Amazônia.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), agradeço a concessão de bolsa de estudos, que foi essencial para a concretização deste trabalho.

*Devido ao racismo, pessoas negras experimentam uma realidade diferente das brancas e, portanto, questionamos, interpretamos e avaliamos essa realidade de maneira diferente.*

(Grada Kilomba)

## RESUMO

Este estudo aborda a representação política de mulheres negras em partidos políticos. O objetivo é analisar a representação política de mulheres negras na política partidária em Manaus no período de 2016 a 2024, considerando o sistema cisheteropatriarcal – racista – capitalista. Utilizando como aporte teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético e a literatura feminista negra e marxista, foram realizadas e analisadas seis entrevistas com representante políticas e dirigentes partidárias dos partidos PT, Pcdob e MDB em Manaus. Os principais resultados destacam que fatores como segurança financeira, apoio familiar, formação política e estrutura partidária, são cruciais para a representação política. Apesar da existência de secretarias e cotas nos partidos, ainda há carência de ações efetivas para o enfrentamento do racismo e do sexismo. Também foi constatada uma lacuna significativa de dados sobre cor/raça das pessoas filiadas e do eleitorado, indicando a necessidade de melhor sistematização e transparência nos dados. A pesquisa contribui ao lançar luz sobre as experiências de mulheres negras amazônicas na política, incentivando partidos e órgãos públicos a aprimorarem seus dados e compromissos com esse grupo, promovendo debates inclusivos e políticas públicas mais adequadas e colaborando com essas filiadas na melhor compreensão das experiências políticas que lhes atravessam.

**Palavras-chave:** representação política; partidos políticos; mulheres negras; política

## **ABSTRACT**

This study addresses the political representation of black women in political parties. The aim is to analyze the political representation of black women in party politics in Manaus from 2016 to 2024, considering the cisheteropatriarchal – racist – capitalist system. Using historical materialism and Black feminism and Marxist literature as a theoretical and methodological framework, six interviews were conducted and analyzed with political representatives and party Leaders from the PT, Pcdob, and MDB in Manaus. The main findings highlight that factors such as financial security, family support, political education, and party structure are crucial for political representation. Despite the existence of secretariats and quotas in the parties, there is still a lack of effective actions to address racism and sexism. A significant gap in data on race/color of party members and the electorate was also found, indicating the need for better data systematization and transparency . The research contributes by shedding light on the experiences of black women in politics in the Amazon, encouraging parties and public institutions to improve their data and commitments to this group, promote inclusive debates, and create more appropriate public policies, while collaborating with these members to better understand the political experiences they face.

**Keywords:** political representation; political parties; black women; politics

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Linha do tempo das anistias concedidas aos partidos políticos no Brasil .....	73
<b>Figura 2</b> – Organograma das instâncias e órgãos do PT em nível nacional.....	76
<b>Figura 3</b> – Organograma das instâncias e órgãos do PT em nível municipal .....	78
<b>Figura 4</b> – Organograma das instâncias e organismos de direção do PCdoB .....	80
<b>Figura 5</b> – Organograma dos níveis e órgãos do MDB.....	82

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Feminismo Reformista .....	41
<b>Quadro 2</b> – Feminismo Revolucionário .....	41
<b>Quadro 3</b> – Quantitativo de filiadas nos Partidos Políticos em Manaus (2022) .....	55
<b>Quadro 4</b> – Critérios de inclusão e exclusão da pesquisa .....	56

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Filiações partidárias por gênero em Manaus .....	58
<b>Tabela 2</b> – Mapeamento das candidaturas para vereança em Manaus .....	71

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Evolução da filiação partidária de mulheres em Manaus.....	58
<b>Gráfico 2</b> – Evolução das filiações de mulheres considerando a idade (PT) .....	60
<b>Gráfico 3</b> – Evolução das filiações de mulheres considerando a idade (PcdoB) .....	62
<b>Gráfico 4</b> – Evolução das filiações de mulheres considerando a idade (MDB).....	63
<b>Gráfico 5</b> – Estado civil das mulheres filiadas no PT .....	64
<b>Gráfico 6</b> – Estado civil das mulheres filiadas no PCdoB.....	65
<b>Gráfico 7</b> – Estado civil das mulheres filiadas no MDB .....	66
<b>Gráfico 8</b> – Grau de escolaridade das mulheres filiadas no PT.....	67
<b>Gráfico 9</b> – Grau de escolaridade das mulheres filiadas no PcdoB.....	68
<b>Gráfico 10</b> – Grau de escolaridade das mulheres filiadas no MDB .....	69

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUA	Associação de Docentes da Universidade Federal do Amazonas
AGIR	Agir
AM	Amazonas
AVANTE	Avante
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIDADANIA	Cidadania
CMM	Câmara Municipal de Manaus
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
DC	Democracia Cristã
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
FMG	Fundação Maurício Grabois
FUG	Fundação Ulysses Guimarães
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-Binário +
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIR	Ministério da Igualdade Racial
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NOVO	Partido Novo
PATRIOTA	Patriota
PCB	Partido Comunista Brasileiro

Pcdob	Partido Comunista Do Brasil
PCO	Partido Da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PMB	Partido Da Mulher Brasileira
PMN	Partido Da Mobilização Nacional
PODE	Podemos
PP	Progressistas
PPGSS	Programa de Pós – Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
PPSC	Social Cristão
PROS	Partido Republicano Da Ordem Social
PRTB	Partido Renovador Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido Da Social-Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo E Liberdade
PSTU	Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido Dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
REPUBLICANOS	Republicanos
RR	Roraima
SOLIDARIEDADE	Solidariedade
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBM	União Brasileira de Mulheres
UFAM	Universidade Federal da Amazônia
UIP	União Interparlamentar

UJS	União da Juventude Socialista
UNEGRO	União dos Negros e Negras pela Igualdade
UNIÃO	União Brasil
VP	Violência Política
VPCM	Violência Política Contra a Mulher
VPG	Violência Política d Gênero
VPGR	Violência Política de Gênero e Raça
VPH	Violência Política Homofóbica
VPI	Violência Política Institucional
VPR	Violência Política Racista
VPS	Violência Política Sexista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DESVELANDO AS TRAMAS: Mulheres negras e os nós do poder ..</b>	<b>27</b>
1.1 Relações de gênero e raça no Brasil e na Amazônia: pautas e enfrentamentos .....	27
1.2 Ainda assim, eu me levanto: Resistência Negra e Feminista no Brasil e no Amazonas..	38
1.3 Entrenós da Dominação - Exploração: Cisheteropatriarcado – Racismo – Capitalismo ..	48
<b>CAPÍTULO 2 – NOS BASTIDORES DO PODER: mulheres negras hackeando a política.....</b>	<b>54</b>
2.1 Abrindo caminhos: mapeando as filiações e candidaturas de mulheres negras .....	54
2.2 Engrenagens: instâncias partidárias e espaços de luta nos partidos .....	75
2.3 Quem pariu Mateus que o embale? as múltiplas jornadas das mulheres negras.....	85
<b>CAPÍTULO 3 – MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: desafios e estratégias ..</b>	<b>95</b>
3.1 A mulherada é danada: enfrentando a sub-representação .....	95
3.2 Estilhaçando a máscara do silêncio: a violência política de gênero e raça .....	105
3.3 Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor: a coletividade como estratégia .....	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

A participação das mulheres brasileiras na política é historicamente marcada por exclusões e desigualdades. O direito ao voto feminino, conquistado apenas em 1932, foi um marco importante, mas tardio, considerando que as primeiras eleições no Brasil ocorreram em 1532 e, por quase quatro séculos, o poder político esteve restrito a homens alfabetizados, com alto poder aquisitivo, proprietários de terras e de pessoas escravizadas.

Contudo, a conquista do sufrágio feminino não significou inclusão universal. As mulheres negras e indígenas enfrentam barreiras adicionais, fruto de um sistema escravocrata que, mesmo após a abolição formal da escravidão em 1888, continuam a ter direitos básicos negados. Como sintetizou a autora Sueli Carneiro, a abolição significou para essas pessoas que elas eram livres para morrer nas sarjetas desse país.

O direito à cidadania dessas mulheres é, e sempre foi, resultado de árduas lutas e resistências coletivas. Mesmo depois de conquistarem o direito de votar e de serem votadas, as mulheres brasileiras enfrentam desafios persistentes na arena política, entre os quais a sub-representação e seus desdobramentos figuram como os mais evidentes. A sub-representação de mulheres na política é um problema global, amplamente estudado e há muito combatido.

Segundo os dados do *Ranking* da União Interparlamentar (UIP, 2024), até novembro de 2024 o Brasil ocupava a 134ª posição entre 190 países. Em Manaus, entre os 41 vereadores da Câmara Municipal, apenas quatro são mulheres. Esse quantitativo torna-se alarmante quando consideramos que a maioria do eleitorado brasileiro e manauara é composto por mulheres (Brasil, 2024a). O cenário é agravado pela ausência de representatividade proporcional da população negra, que corresponde também a maior parte do eleitorado brasileiro e manauara.

Isso reflete a indissociabilidade de três sistemas estruturantes de dominação, exploração e opressão – cisheteropatriarcado – racismo – capitalismo. A abordagem desses sistemas de forma integrada é uma decisão teórico-metodológica deste estudo, que rejeita hierarquias ou a subordinação de um sistema ao outro. Como destaca Saffioti (2015) na metáfora do nó ou novelo, essas relações são dinâmicas, interdependentes e mutuamente influenciáveis, operando de forma articulada.

No contexto da política, tais sistemas e não somente eles, limitam o acesso das mulheres negras aos espaços de poder, impondo a elas sobrecargas de múltiplas jornadas de trabalho, empregos precarizados e mal remunerados e submetendo-as a violências, diminuindo significativamente o tempo e a disposição para a participação da vida pública (Biroli, 2016; Gonzalez, 2020, DIEESE, 2024).

As relações sociais de gênero, raça e classe no Brasil têm como base histórica a invasão europeia e o processo colonial-escravista. É nesse contexto que se formam os estereótipos e o imaginário sobre mulheres negras e indígenas, descritas como exóticas, tentadoras, quentes e parideiras (Torres, 2005) e a redução dessas mulheres ao papéis sociais de mucama, mãe-preta e ‘mulata’ (Gonzalez, 2020).

No entanto, a trajetória das mulheres negras não foi marcada pela passividade diante da violência colonial. Desde as lutas contra o sistema colonial-escravocrata até as conquistas republicanas, essas mulheres desempenham um papel central nos processos de transformação e justiça, protagonismo que se mantém nos partidos políticos contemporâneos.

Além de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada durante a graduação, que analisou a atuação de novos coletivos feministas em Manaus, o ponto de partida deste estudo foi experiência político-partidária da pesquisadora no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/Manaus) até 2020 e as violências políticas enfrentadas, em especial pelo grupo de mulheres negras do qual fez parte.

A desfiliação, embora difícil devido ao alto grau de envolvimento na construção da sigla na cidade, foi essencial para refletir e teorizar sobre as experiências partidárias. Muitas mulheres enfrentam desafios semelhantes, mas carecem de tempo ou ferramentas para identificá-los e nomeá-los. Este estudo busca, assim, amplificar as vozes dessas mulheres, incorporando as contribuições de representantes políticas de diferentes partidos, com trajetórias marcadas por opressões comuns.

A representação política tem sido tema de crescente interesse acadêmico, embora os estudos sobre a representação política de mulheres negras em partidos permaneçam incipientes. Nesse contexto, foi realizado um levantamento exploratório no Banco de Teses e Dissertações da Capes (2014-2023), que revelou uma lacuna significativa, especialmente no que se refere às mulheres negras na política e na região Norte do Brasil. Enquanto consultas mais amplas no Banco geram centenas de trabalhos, as consultas mais delimitadas, que incluem raça/etnia retornam com um número significativamente reduzido.

Ao buscarmos por “mulheres e parlamento”, encontramos 141 trabalhos (107 dissertações e 27 teses), sendo 11 na área de serviço social. Já com o termo “mulheres negras e parlamento”, os resultados caíram para 21 trabalhos ( 16 dissertações e 5 teses), dos quais apenas 3 eram do Serviço Social. A busca por “mulheres e política partidária”, retornou com 72 pesquisas (49 dissertações e 16 teses), com apenas 3 trabalhos na área de Serviço Social.

Ao restringirmos a pesquisa para “mulheres negras e política partidária”, o número de resultados foi ainda menor: 8 estudos (5 dissertações e 3 teses), dos quais apenas 2 eram da área

de Serviço Social. Resultados mais amplos também demonstraram essa discrepância: o termo “política partidária” retornou 540 trabalhos (331 dissertações e 117 teses), sendo 13 no Serviço Social, enquanto “parlamento” apresentou 1.281 resultados (798 dissertações e 362 teses), com 35 estudos na área de Serviço Social.

Dos 67 trabalhos encontrados nos cursos de pós-graduação em Serviço Social, apenas 9 possuem alguma relação com o tema deste estudo. Vale ressaltar que alguns termos retornaram resultados duplicados, sendo que grande parte dos estudos identificados versa sobre a atuação parlamentar de mulheres eleitas, dando ênfase em seus trabalhos nas casas legislativas. Outros trabalhos encontrados abordam políticas públicas ou protagonismos de grupos de mulheres e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários + (LGBTQIAPN+).

Outro aspecto importante revelado pelo levantamento é a concentração dos estudos nas regiões Sudeste e Nordeste, seguidas pela região Sul. Foram encontrados 3 trabalhos na região Sudeste, 3 na região Nordeste e 2 na região Sul. Esse panorama acende um alerta para a invisibilidade do fazer político das mulheres negras na Amazônia, uma região de realidade social e geográfica singular.

No Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), que completou 15 anos em 2022, não encontramos pesquisas sobre mulheres na política, nem pesquisas em que mulheres negras sejam o elemento central de análise, o que torna esta pesquisa pioneira no referido programa.

A ausência de produções acadêmicas que investiguem a representação política das mulheres negras em partidos políticos na região Norte, especialmente no contexto partidário, evidencia uma lacuna importante que precisa ser explorada. O objeto deste estudo é, portanto, a representação política de mulheres negras nos partidos políticos PT, Pcdob e MDB em Manaus. A hipótese central sustenta que o sistema cisheteropatriarcal – racista – capitalista se manifesta nas estruturas partidárias e contribui diretamente para uma sub-representação das mulheres negras.

Nesse sentido, a relevância desta pesquisa é contribuir com a literatura sobre representação política, oferecendo uma perspectiva a partir da experiência de mulheres negras amazônidas. Ao analisar a representação dessas mulheres por meio das filiações e candidaturas e das formas de organização e reivindicação coletivas de suas pautas, esperamos contribuir com o debate sobre cisheteropatriarcado – racismo – capitalismo no interior dos partidos e dos núcleos de mulheres e pessoas negras destas siglas.

Ante o exposto, nosso principal objetivo foi analisar a representação política de mulheres negras na política partidária em Manaus no período de 2016 a 2024, considerando o sistema cisheteropatriarcal-racista-capitalista. É importante destacar que a escolha de iniciar a análise em 2016 foi motivada pela inserção, a partir de 2014, da pergunta sobre cor/raça nos registros de candidaturas pelo TSE, sendo as eleições municipais de 2016 as primeiras a fornecerem esses dados oficialmente.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa elencamos três objetivos específicos: realizar o mapeamento das filiações e cadastro de candidaturas de mulheres negras em 2016, 2020 e 2024; Conhecer as formas de organização, reivindicação e estratégias de luta das mulheres negras no âmbito partidário e refletir sobre a relevância das discussões a respeito das relações de gênero, étnico-raciais e de classes no âmbito dos partidos políticos.

Como aporte teórico-metodológico utilizamos o materialismo histórico-dialético, fundamentado no legado marxiano, por sua capacidade de historicizar os conceitos e desvelar a hierarquia e as contradições das relações sociais e somado a ele, a literatura feminista negra e marxista. Essa literatura questiona a hierarquização entre as opressões e analisa criticamente os sistemas de dominação – exploração – opressão como indissociáveis e responsáveis pelas forma como grupos minorizados socialmente, como a população negra, são sistematicamente excluídos dos espaços de poder e decisão e impedidos de ascenderem socialmente.

A pesquisa desenvolveu uma análise quanti-qualitativa que, conforme Prates (2012), combina as potencialidades de ambas as abordagens, articulando dados numéricos e significados subjetivos que emergem das dinâmicas sociais. Essa integração oferece uma compreensão mais ampla e detalhada, alinhando-se de forma mais coerente ao método marxiano de investigação.

O delineamento adotado nos procedimentos técnicos foram, além da pesquisa exploratória no banco de Teses e Dissertações da Capes, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica, consultamos as referências públicas sobre o tema de estudo e na pesquisa documental os dados publicizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A partir disso, estabelecemos o local de pesquisa, os critérios de participação da pesquisa, a amostra dos partidos e de colaboradoras e reunimos toda a documentação necessária para submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM. A pesquisa foi aprovada pelo CEP/UFAM em 20 de fevereiro de 2024 (Anexo A), sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE: 77083923.1. 0000. 5020.

Após a aprovação do CEP/UFAM e cumprindo todos os princípios éticos legalmente estabelecidos, nos meses de março e abril realizamos a pesquisa de campo em Manaus (Amazonas) com 6 mulheres negras. 1 representante política e 1 dirigente partidária de cada um dos 3 partidos selecionados: PT, Pcdob e MDB. A escolha dos partidos se deu a partir do critério de partidos em Manaus que mais filiaram mulheres em 2022, ano em que o delineamento do estudo foi feito. Não foi possível realizar a partir do critério cor/raça das filiadas, porque não há dados públicos consistentes sobre esse quesito nos sites oficiais nem dos partidos, nem do TSE.

Para a realização da pesquisa de campo, utilizamos como técnica a entrevista semiestruturada e como instrumento o roteiro de entrevista com perguntas abertas e fechadas (Apêndice C e D). A pesquisa utilizou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A e B), como documento obrigatório e fundamental que garante os direitos das participantes e os deveres da pesquisadora. O consentimento foi obtido por meio de diálogo com explicações sobre a pesquisa e acolhimento dos questionamentos das participantes, bem como suas considerações.

Neste processo de comunicação, pudemos dirimir as dúvidas sobre a pesquisa e dar o tempo necessário para que a participante tomasse a decisão de participar ou não da pesquisa. O registro físico desse documento foi feito em documento em duas vias de igual teor com linguagem acessível reiterando que a desistência da participante em qualquer fase é garantida. Com o aceite das entrevistadas foi coletada a anuência para o registro das entrevistas em áudio para contribuir na tabulação e análise dos dados.

É importante ressaltar que para garantir o direito ao sigilo e privacidade das entrevistada, as participantes foram identificadas por nomes de mulheres negras importantes na luta por direitos sociais e políticos no Brasil e receberam os nomes de Zeferina, Alexandrina, Acotirene, Esperança, Antonieta e Almerinda. Com as entrevistas concluídas e os dados de filiação e candidaturas consolidados, pudemos traçar um panorama mais detalhado da participação política das mulheres nos três partidos estudados.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, exploramos as relações de gênero, raça e classes no Brasil e na Amazonia, destacando os enfrentamentos históricos e os mecanismos de exploração e dominação do sistema cisheteropatriarcal – racista – capitalista, que continuamente se atualizam para subjugar determinados grupos sociais. Abordamos o protagonismo das mulheres negras na luta por justiça e equidade, com ênfase na sua atuação nos movimentos negros e feministas e revoltas populares que desafiam estruturas de poder. Por fim, discutimos a indissociabilidade entre cisheteropatriarcado – racismo – capitalismo, e seus impactos na representação política das mulheres negras.

No segundo capítulo, abordamos a representação política das mulheres negras nos partidos com ênfase nas filiações e candidaturas nas eleições de 2016, 2020 e 2024. Buscamos compreender como elas ocupam os partidos, como esses partidos por meio de suas instâncias e coletivos funcionam e se eles atendem as necessidades desse público. Também abordamos as múltiplas jornadas de trabalho das mulheres negras e como esse fator colabora com a sub-representação de mulheres negras nos partidos e na política.

No terceiro capítulo, examinamos os desafios enfrentados pelas mulheres negras nos partidos políticos, com destaque para a sub-representação, a violência política e a coletividade como estratégia de resistência. Abordamos os fatores estruturais que perpetuam a exclusão dessas mulheres e como elas enfrentam esse cenário por meio de ações coletivas. Também analisamos relatos sobre a violência política, expondo a ausência de protocolos claros na maioria dos partidos, com exceção de um caso que apresentou medidas concretas. Por fim, discutimos como a coletividade, elemento central na luta histórica das mulheres negras, se manifesta nos espaços partidários, promovendo redes de cuidado, apoio mútuo e estratégias para transformar a política e as estruturas de poder.

Esperamos como resultados desta pesquisa, poder conhecer de maneira mais profunda a dinâmica de participação de mulheres negras nos partidos; debater com as mulheres negras e quem mais interessar a respeito dos desafios enfrentados pelas mulheres que estão na política, bem como seus mecanismos de resistência e formas de contribuir com a superação das desigualdades existentes no âmbito partidário e nos espaços de poder; sensibilizar as pessoas que dirigem o partido em relação as experiências das mulheres negras em partidos. Pretende-se ao fim da pesquisa, desenvolver rodas de conversas com as lideranças dos partidos e às participantes da pesquisa para realizar uma devolutiva. A partir do que for dialogado, daremos seguimento à divulgação da pesquisa para toda a sociedade por meio de artigos, entrevistas em jornais e podcasts etc.

Com os resultados da pesquisa, esperamos como impactos, ações concretas dos partidos políticos envolvidos na pesquisa com as demandas das mulheres negras, bem como com a superação das desigualdades instaladas nesse meio; fomentar discussões a respeito da participação de mulheres na política, violência política contra as mulheres e estratégias de resistência com as participantes da pesquisa, os partidos políticos e com outras mulheres a fim de incentivar o envolvimento de mais mulheres na política e contribuir com a produção científica do país a respeito do tema, levando para o debate as peculiaridades de se fazer política em Manaus (AM).

Esperamos, como benefício às participantes, que a colaboração com a pesquisa tenha proporcionado reflexões a respeito da inserção qualificada de mulheres negras nos espaços partidários; tenha aperfeiçoado o olhar sobre como o sexismo, o racismo e o classismo dificultam a representação política e que sirva para aperfeiçoar as estratégias para superar esses desafios.

O título deste trabalho faz referência a uma frase proferida por Nina Simone – compositora, pianista e ativista dos direitos civis e da população negra norte-americana - no documentário “What happened, Miss Simone?”. Mulheres negras na política vivem constantemente em estado de alerta. A frase “liberdade é não ter medo” nos faz pensar: se hoje as mulheres negras constroem lutas políticas apesar do medo, o que poderiam realizar se houvesse alternância de poder e fosse garantido segurança nos espaços de decisão? Essa reflexão é urgente, pois reverter esse quadro significa abrir caminhos para uma sociedade verdadeiramente justa e equânime.

## CAPÍTULO 1 – DESVELANDO AS TRAMAS: Mulheres negras e os nós do poder

*A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.*

*(Eduardo Galeano)*

Neste capítulo, no primeiro item, exploraremos a complexidade das relações de gênero e raça no Brasil e na Amazônia, enfatizando as pautas e enfrentamentos que moldam essas interações. Abordaremos como essas relações, a partir da invasão do Brasil, são afetadas pelas transformações históricas e ainda influenciam o nosso cotidiano e como ao longo das décadas o sistema patriarcal-racista-capitalista cria mecanismos de exploração e dominação e atualiza esses mecanismos de modo a subjugar determinados grupos sociais. Revelaremos alguns desafios enfrentados e resgataremos a capacidade de mobilização de grupos oprimidos frente às desigualdades estruturais.

No segundo item, traremos à tona o protagonismo das mulheres, principalmente das mulheres negras, na busca por justiça e equidade, liderando movimentos sociais e revoltas populares fundamentais na história brasileira que desafiam o patriarcado-racismo-capitalismo. Exploraremos como o patriarcado e o racismo se manifestam na atualidade e como os movimentos negros e feministas tem se organizado para impedir os retrocessos nos direitos conquistados após muitas lutas e explicaremos as peculiaridades que tornam obrigatório a menção a esses movimentos no plural, dado a sua diversidade muitas vezes incompreendida.

Por fim, no terceiro item, falaremos a respeito do cisheteropatriarcado – racismo – capitalismo, como sistemas indissociáveis, e como esse complexo sistema de dominação e exploração aperfeiçoou suas ferramentas de controle sobretudo contra a população negra e outros grupos historicamente minorizados e seus rebatimentos na representação política das mulheres negras.

### 1.1 Relações de gênero e raça no Brasil e na Amazônia: pautas e enfrentamentos

*Brasil, o teu nome é Dandara e a tua cara é de Cariri.*

*Não veio do céu, nem das mãos de Isabel,  
a liberdade é um Dragão no mar de Aracati.*

*(Estação Primeira de Mangueira – Enredo Histórias para ninar gente grande, 2019)<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Entoado no Carnaval de 2019 no Rio de Janeiro, ano em que a escola foi campeã e conquistou seu vigésimo título, o samba – enredo traz uma versão crítica da história do Brasil exaltando lideranças populares preteridas nas narrativas oficiais e desconstrói a imagem dos “heróis” brasileiros.

Para compreender as relações de gênero, precisamos partir do ponto de que essas relações são interações absolutamente complexas que envolvem aspectos históricos, políticos e culturais sendo responsáveis por construir papéis de gênero, definir expectativas de comportamento sobre estes e estruturar as sociedades. Assim, abordar as relações sociais de gênero implica em ir além da dicotomia masculino e feminino, exige também abordar aspectos étnico-raciais, de classe e outros marcadores para compreender como essas relações se estruturam e organizam a sociedade e como podemos superar as desigualdades existentes.

Saffioti (1992) argumenta que o conceito de relações de gênero deve abranger a complexidade das interações sociais e as transformações históricas provocadas por diversos processos sociais. Por isso, nesta pesquisa, adotamos uma perspectiva relacional, reconhecendo que as relações de gênero são interligadas a aspectos políticos, culturais e econômicos. Isso evidencia que: 1) gênero não pode ser entendido isoladamente, sendo resultado de interações sociais; e 2) essas relações são dinâmicas e sujeitas a mudanças ao longo do tempo, influenciadas por movimentos sociais, mudanças econômicas e avanços tecnológicos. Assim, a historicização é crucial para compreender a evolução dessas relações, conforme preconizado pela teoria marxiana.

Considerando que as relações de gênero são influenciadas pelas transformações históricas, para compreendermos essas relações no Brasil e na Amazônia, precisamos retornar à invasão europeia e à colonização brasileira, pois estas influenciam as dinâmicas de gênero na sociedade contemporânea.

A chegada dos europeus impactou profundamente as sociedades nativas que habitavam o Brasil, introduzindo valores, normas e dinâmicas sociais que moldaram a formação do país. Este processo foi fortemente marcado pelo sexismo<sup>2</sup>, fruto do patriarcado e pelo racismo. De acordo com Saffioti (2015) sexismo e racismo são como irmãos gêmeos, nascidos no mesmo momento histórico. A autora explica que

Quando um povo conquistava outro, submetia-o a seus desejos e a suas necessidades. Os homens eram temidos, em virtude de representarem grande risco de revolta, já que dispõem, em média, de mais força física que as mulheres, sendo, ainda, treinados para enfrentar perigos. Assim, eram sumariamente eliminados, assassinados. As mulheres eram preservadas, pois serviam a três propósitos: constituíam força de trabalho, importante fator de produção em sociedades sem tecnologia ou possuidoras de tecnologias rudimentares; eram reprodutoras desta força de trabalho, assegurando a continuidade da produção e da própria sociedade; prestavam (cediam) serviços sexuais aos homens do povo vitorioso (Saffioti, 2015, p.131–132).

---

<sup>2</sup> O sexismo é a discriminação, legitimada pela sociedade, baseado no sexo ou gênero das pessoas. Esta forma de opressão, privilegia um sexo/gênero sob outro e perpetua estereótipos e expectativas sociais que subordinam as pessoas. Por ser profundamente enraizado, o sexismo produz desigualdades que estruturam sociedades por todo o mundo, limitando oportunidades, sobretudo para mulheres.

Ao longo da história, o regime de dominação-exploração masculina sobre as mulheres foi denominado patriarcado. Este regime persiste mediante um pacto, seja ele implícito ou explícito, visando controlar a vida e os corpos das mulheres. Esse controle é fortalecido pela solidariedade masculina, tanto consciente quanto inconscientemente. Assim, o patriarcado permeia toda a sociedade e se manifesta em diversas relações sociais, seja entre homens e homens, homens e mulheres ou mulheres e mulheres.

Embora tenham ocorrido avanços na discussão, também houve retrocessos. Esta categoria, crucial para a formulação de teorias que desnaturalizem as opressões enfrentadas pelas mulheres, tem sido gradualmente relegada ao esquecimento ou incorporada às teorias sem a devida nomeação. Saffioti (2015) nos alerta para o perigo do desuso deste conceito, explicando que ao relegarmos a categoria patriarcado às sombras, arriscamos naturalizar a dominação-exploração.

É fundamental ressaltar que, embora o patriarcado tenha sido estabelecido há milênios, ele permanece em constante transformação, sempre atendendo aos interesses das classes dominantes (Saffioti, 2015). A cada década, podemos observar manifestações distintas deste regime, e ao longo desta pesquisa, identificaremos algumas dessas manifestações.

Torres (2005) destaca que durante o período da política pombalina (1759–1798) foram estabelecidas diretrizes de povoamento para a Amazônia a partir da miscigenação portuguesa e indígena. Para isso, a Coroa ofereceu prêmios e enriquecimento para aqueles que viessem ao Brasil e contribuíssem no plano de reprodução física da Amazônia. Ao chegar nestas terras os portugueses podiam tomar para si “vinte ou mais índias escravizadas e usá-las todas como concubinas” (Gambini, 2000, p.140, *apud* Torres, 2005, p.71).

Um exemplo marcante do caráter racista e sexista do colonialismo pode ser encontrado nas cartas datadas de 1550 e 1553 do Padre Manuel da Nóbrega ao seu superior, Simão Rodrigues. Segundo Torres (2005), o padre solicitava a Portugal, na primeira carta, o envio de “prostitutas” para entreter os colonos, argumentando que qualquer mulher seria preferível às indígenas. Na segunda carta, ele afirmava que apenas com a chegada de mulheres brancas em quantidade suficiente o pecado poderia ser evitado. Essas correspondências evidenciam não apenas a exclusão das mulheres indígenas da categoria de mulheres, mas também a visão dessas mulheres como subumanas e pagãs, o que, para os colonizadores, justificava a imposição do cristianismo e a supressão das práticas e crenças nativas.

Além do estupro colonial, a coerção sexual na Amazônia também se manifestou através do comércio sexual, intermediado pela Igreja. Este comércio funcionava como uma política de favores do poder local, onde as mulheres indígenas trocavam favores sexuais e a geração de

filhos por reconhecimento e legitimidade na sociedade colonial, caso contrário, eram excluídas da sociedade, o que comprometia a sua sobrevivência física e política (Torres, 2005). É nesse contexto que se inicia uma ampla campanha de difamação moral contra as mulheres amazônidas, resultando no estereótipo ainda existe de que as amazônidas são: exóticas, lascivas, tentadoras, venenosas, quentes e parideiras.<sup>3</sup>

É importante salientar que a Igreja só admitia que fizessem parte desse comércio sexual as mulheres indígenas batizadas. As mulheres indígenas que não eram batizadas ou que não haviam passado pela preparação catecumenal para receber o batismo, eram desprezadas, sendo consideradas pagãs (Torres, 2005). Constituir uma família sob as bênçãos da igreja, implicava reconhecimento de paternidade e responsabilidade pela criança gerada. Torres (2005) citando Agassiz (1975) aponta que a ausência paterna era justificada como morte ou ausência, e o mito do boto<sup>4</sup> amenizava essa deserção.

A estratégia sexista da coroa e da igreja, visando tomar posse da região e expandir a fé, forçava as famílias a oferecerem suas filhas e esposas aos colonizadores em troca do sustento básico ou fazia com que mulheres suplicassem pelo batismo para escapar da exclusão social. Nem todas as etnias aderiram a esse comércio sexual, e muitas indígenas preferiram o suicídio a participar dessa forma de subjugação (Torres, 2005).

Conforme destacado por pesquisadoras como Saffioti (2015), Davis (2016) e Gonzalez (2020), a articulação entre sexismo e racismo na sociedade colonial e escravocrata resultou em uma dinâmica particularmente cruel contra as mulheres negras e indígenas, cujo impacto ecoa nas relações sociais contemporâneas no Brasil.

Em um contexto de dominação — exploração, as mulheres indígenas e negras são tratadas como objetos. No período colonial, enquanto escravizadas tinham a sua força de trabalho explorada, no entanto, como mulheres, eram tidas como reprodutoras de mais força de trabalho. Além do açoite e da mutilação, que eram punições recorrentes, as mulheres sofriam com mais uma violenta punição: o estupro (Davis, 2016).

Ademais, a essas mulheres foi negado o direito de serem mães. A maternidade foi mercantilizada, conforme relembra Davis (2016, p. 19-20) “uma vez que as escravas eram classificadas como ‘reprodutoras’, e não como ‘mães’, suas crianças poderiam ser vendidas e

---

<sup>3</sup> Cf. Torres (2005).

<sup>4</sup> Na região amazônica conhecemos a lenda do boto desde a infância. Nessa história, o boto é um ser mítico, metade homem e metade boto, que seduz as mulheres durante a noite. Nos últimos anos, pesquisadores investigam a utilização desse mito para encobrir casos de violência sexual cometidos por pais, parentes, vizinhos ou desconhecidos, principalmente contra as meninas da região. É fundamental ressaltar que meninos também estão sujeitos a essa violência.

enviadas para longe, como bezerros separados das vacas”. Nesse contexto de negação da maternidade, mulheres negras, além de terem seus filhos vendidos e serem obrigadas a assumir a função de ama-de-leite das crianças brancas, transformando-se na mãe-preta, tinham que viver com a mortandade de seus filhos.

No contexto brasileiro, a situação das mulheres escravizadas foi delineada pelas categorias de trabalhadora do eito e mucama. Gonzalez (2020) explica que as trabalhadoras do eito eram responsáveis pelas tarefas nas lavouras. Eram elas, juntamente com seus companheiros, que enriqueciam os proprietários de escravos. Trabalhavam incansavelmente, desde o nascer até o pôr do sol, eram mal alimentadas e quando grávidas por vezes cometiam suicídio para evitar que seus filhos compartilhassem o mesmo destino.

As mucamas eram responsáveis pelos afazeres domésticos na casa-grande, o que incluía a limpeza da residência, a costura, o preparo das refeições e o aleitamento materno dos filhos das sinhás, sob pena de tortura ou morte. Ademais, eram frequentemente vítimas de violência sexual por parte dos senhores brancos e dos jovens que iniciavam a vida sexual. Não raramente, sofriam torturas por parte das sinhás enciumadas, e, além de todas essas responsabilidades, também lhes cabia cuidar dos próprios filhos e prestar assistência aos seus companheiros que retornavam das lavouras famintos e exauridos (Gonzalez, 2020).

A partir da função de mucama, a mulher negra deu origem à figura da mãe-preta. De acordo com Gonzalez (2020), essa figura desempenhava o papel de educar os filhos de seus senhores, ao menos na fase mais importante da formação psíquica, a primeira infância. Ela foi responsável por ensinar às crianças brancas o “pretuguês”, que é “a africanização do português falado no Brasil [...] e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 52).

Convém destacar que para Gonzalez (2020), tanto a mãe-preta<sup>5</sup> quanto o pai-joão estão longe de serem exemplos de figuras acomodadas que aceitaram a escravidão, conforme o estereótipo alimentado pela literatura. Para a autora, a mãe-preta exerceu a função de mãe para essas crianças brancas, enquanto as sinhás eram apenas as genitoras, afinal, “quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 87).

As condições de maternidade, gestação e aleitamento eram insalubres, levando muitas vezes as crianças negras à morte (Giacomini, 1988). É crucial recordar que as mulheres

---

<sup>5</sup> Cf. Gonzalez (2020).

escravizadas não cessavam seus afazeres nas lavouras por estarem grávidas ou em trabalho de parto, tampouco escapavam de ser chicoteadas se consideradas “insolentes” ou não desempenhassem suas tarefas. Muitas vezes, carregavam seus filhos amarrados às costas ou deixavam as crianças sob o cuidado das mais velhas, ou outras crianças pequenas, como relembrado por Giacomini (1988) e Davis (2016).

À população negra também era negado o direito de constituir família. Conforme Davis (2016, p. 20), “os homens negros não podiam aspirar à função de ‘chefes de família’, muito menos à de ‘provedores da família’. Uma característica latente do colonialismo era arruinar o espírito de pessoas negras e indígenas, privando-as de qualquer dignidade, desumanizando-as para torná-las “dóceis” e aptas para a venda no mercado escravista. Além dos diversos castigos a que eram submetidos, tinham seus nomes e posição social eliminados, seus grupos dispersos, sua língua nativa suprimida e suas identidades destruídas a tal ponto que pouco restava de suas vidas antes da escravidão.

A política colonial anti indigenista, segundo Silva (2012), destruiu a diversidade de nações indígenas, fragmentou suas identidades e criou uma casta inferior de cidadania subalterna. Essas nações foram desarticuladas, expropriadas de suas terras e lançadas na pobreza, tornando-se “indiferenciadas, miscigenadas, transformando-se em tapuios, caboclos, camponeses sem-terra, trabalhadores urbanos e trabalhadores agrícolas ou isoladas, com limitadas possibilidades de expansão e sobrevivência” (Silva, 2012, p.140).

Um aspecto relevante a ser acrescentado à citação anterior é a vivência da população africana quando trazida à força para o Brasil e quando deslocada para a Amazônia e o Amazonas. A experiência dessa população no Amazonas foi por muito tempo negligenciada pela historiografia, conforme indicado por Alves-Melo (2021). Os estudos acadêmicos costumavam focar nas regiões com maior número de escravizados, como o sudeste e o nordeste do Brasil. Embora até 1884, ano da abolição da escravidão no Amazonas, a província contasse com cerca de 1.500 escravizados, um número reduzido em comparação a outras áreas do império, sua importância não deve ser subestimada (Pozza Neto, 2021).

A província do Amazonas foi a segunda do império a abolir a escravidão. Isto foi feito quatro anos antes da Lei Áurea, por meio do “Auto de Declaração da Igualdade de Direitos dos Habitantes da Província do Amazonas”, assinado em 10 de julho de 1884, pelo Presidente da Província do Amazonas, Teodoro Souto.

A abolição da escravidão no Amazonas ocorreu sob um contexto multifatorial, gradual e complexo, contrariando o mito de que esse processo se deu devido ao forte ideário abolicionista das elites locais e da sociedade. Esse contexto foi marcado pela fervorosa agitação

do movimento emancipacionista local e nacional, além da percepção por parte dos senhores de escravos e gestores públicos de que a escravidão não era mais lucrativa. A criação de fundos de emancipação de cativos, as revoltas dos escravizados e de pressão social, econômica e política internacional, especialmente da Inglaterra, em transição para o trabalho assalariado devido à Revolução Industrial, também contribuíram significativamente para esse processo.

Segundo Pozza Neto (2021) este fundo tinha como objetivo arrecadar fundos para comprar alforrias, fazendo parte das leis orçamentárias desde a década de 1870. A lei n.º 2040 de 28 de setembro de 1871, que criava o fundo, também garantiu que escravizados pudessem acumular dinheiro para comprar sua liberdade. Nesse contexto em que a extinção da escravidão se tornava iminente, ter um escravo beneficiário do fundo de emancipação era vantajoso para muitos senhores. Isso porque eles seriam indenizados com dinheiro público pela perda que teriam. Portanto, o autor ressalta que muitas alforrias foram concedidas não apenas por imposições judiciais ou gratidão, mas também como uma oportunidade de lucrar com a venda da liberdade.

Ainda em relação às alforrias analisadas pelo autor, foram identificados casos em que a liberdade foi concedida sob condições específicas. Isso inclui ser alforriado após a prestação de um serviço determinado ou como parte do pagamento por serviços prestados conforme a sua profissão, quais sejam pedreiros, ferreiros, lavadeiras, engomadeiras, entre outros.

Durante décadas acreditou-se que a mão de obra africana foi pouco utilizada devido ao alto custo que seria adquirir estes trabalhadores nos séculos XVII e XVIII e porque se acreditava que os povos nativos conheciam melhor a região e por isso teriam maior utilidade. No entanto, a criação do curso de graduação em história da UFAM em 1981 e do Departamento de História em 1985, juntamente com a formação institucionalizada de novos historiadores, a capacitação de professores por meio de mestrados e doutorados, e a produção de pesquisas sobre a temática, representaram um marco importante para modificar esse cenário (Alves-Melo, 2021).

Acreditamos que essa longa omissão na historiografia sobre a presença negra na Amazônia também contribuiu para: a) a estranheza das pessoas ao se falar em escravidão na região, como se a província, hoje estado, estivesse desconectada da realidade nacional; e b) a percepção equivocada de que a presença negra nessa região é ínfima, assim como a ideia de que o norte é predominantemente indígena, apesar do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelar o contrário, como exporemos a seguir.

Segundo o Estatuto da Igualdade Racial a população negra é composta por pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça do IBGE, ou que adotam autodefinição similar. Criado pela Lei n.º 12.288/2010, o estatuto visa garantir à população

negra “a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (Brasil, 2021a, p. 23).

O IBGE define uma pessoa parda como aquela que se autodeclara dessa forma ou que se reconhece como uma combinação de duas ou mais categorias de raça/cor, incluindo branca, preta, parda e indígena. Em relação à identificação como pessoa preta, o instituto considera aqueles indivíduos que se declaram como tal.

É importante ressaltar que os movimentos negros no Brasil definem pessoas pretas como aquelas de pele retinta (escura). Por outro lado, pessoas pardas são aquelas cuja pele não apresenta esse tom, mas que possuem traços fenotípicos (características físicas) afro-brasileiras, como cor de pele, características faciais e textura dos cabelos.

Dito isto, conforme Belandi e Gomes (2023), no Censo 2022<sup>6</sup>, pela primeira vez desde 1991, a população parda tornou-se a maioria no Brasil. Cerca de 92,1 milhões de pessoas, representando 45,3% da população total, se identificaram como pardas. Em contrapartida, 88,2 milhões de brasileiros (43,5%) se declararam brancos. Além disso, 20,6 milhões de pessoas, correspondendo a 10,2% da população, se identificaram como pretas. A população indígena foi representada por 1,7 milhões de pessoas (0,8%), enquanto 850,1 mil pessoas (0,4%) se declararam amarelas.

Esses dados refletem as mudanças na composição racial do Brasil ao longo das últimas décadas. A predominância da população parda pode ser vista como um indicador das complexas dinâmicas sociais e históricas do país, onde a miscigenação desempenha um papel central. Ao mesmo tempo, a distribuição das demais identidades raciais aponta para a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira.

O crescimento do número de pessoas que se identificam como pardas pode estar também relacionado a um maior reconhecimento e valorização das múltiplas heranças culturais presentes na população. Essa identificação pode ter sido estimulada, dentre outros, pelo aumento de estudos e maior divulgação científica sobre o tema, sobretudo pelas redes sociais, democratizando o acesso a essas informações.

---

<sup>6</sup> O Censo do IBGE é uma pesquisa demográfica cujo objetivo é coletar informações detalhadas sobre a população brasileira, suas características socioeconômicas/condições de vida. Ele é realizado diretamente desde 1872, ou seja, há 150 anos e atualizado a cada 10 anos. Os dados obtidos nessa coleta são imprescindíveis para o planejamento e a execução de políticas públicas, além de fornecerem subsídios para estudos acadêmicos e outras atividades que demandem informações precisas sobre a população.

A região Norte destaca-se por possuir o maior percentual de pardos, com 67,2% da população se identificando dessa forma. Nesta região, o estado do Pará lidera com 69,9% de sua população se identificando como parda, seguido pelo Amazonas, onde 68,8% dos habitantes se consideram pardos. Por outro lado, este último estado registrou o menor percentual de pessoas pretas, com 4,9% (Belandi e Gomes, 2023).

Esta mesma região, também concentra 45% da população indígena brasileira, com destaque para o Amazonas, que abriga 490,9 mil indígenas (29%). Neste estado, os maiores números são em Manaus (71,6 mil), São Gabriel da Cachoeira (48,2 mil) e Tabatinga (34,4 mil). O Nordeste também é significativo, concentrando em seu território 31% desta população, sendo a Bahia o segundo estado com mais indígenas, com 230 mil pessoas (Censo do IBGE, 2023).

Em relação a esta população, três pontos chamam a atenção no Censo 2022: 1) 63% dessa população vive fora das 573 terras oficialmente demarcadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); 2) 51,25% da população indígena reside na Amazônia Legal, composta pelos estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão; 3) A população indígena teve um aumento de 88,82% em 2022 (Alexandria e Martins, 2023).

No Censo 2022 houve mudança na metodologia do censo, e que fez uma diferença significativa na contagem da população indígena. Dessa vez, os recenseadores foram a locais que não haviam sido visitados em edições anteriores e conseguiram alcançar vários territórios indígenas. É importante salientar que, além disso, houve um investimento de R\$ 350 milhões do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que permitiu a ampliação do trabalho dos recenseadores, bem como o apoio do Ministério dos Povos Indígenas, do Ministério da Justiça, das Forças Armadas e do Ministério do Planejamento (Nunomoura, 2023).

Acreditamos que o aumento no percentual de indígenas neste censo, também se deve ao processo de retomada da ancestralidade, impulsionado pelos movimentos sociais de povos indígenas e por lideranças indígenas que realizam um trabalho de valorização das heranças culturais e da ancestralidade dos povos indígenas. A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, em entrevista ao portal de notícias G1, concluiu que o momento é de resgate das identidades indígenas e muitas pessoas estão se declarando indígenas por se sentirem, pela primeira vez, à vontade para fazê-lo, diferente de outros momentos em que se afirmar indígena podia representar risco de morte (Alexandria e Martins, 2023).

As variações regionais na composição racial do Brasil refletem influências históricas e sociais que moldaram a sua identidade, desde a colonização até as dinâmicas de miscigenação com objetivo de exterminar a população negra do Brasil pelo branqueamento racial e cultural.

Esse processo, enraizado em ideologias racistas e eugenistas, marcou o final do século XIX e início do século XX.

Após a abolição da escravidão em 1888, o Brasil enfrentou o desafio de integrar milhões de ex-escravizados na sociedade. No entanto, essas pessoas foram abandonadas à própria sorte, sem apoio financeiro ou meios de subsistência, enquanto os antigos senhores de escravos, o Estado e a Igreja se eximiam de suas responsabilidades. (Nascimento, 2016). Como afirmou Sueli Carneiro em entrevista à Santana (2017) da Revista Cult, a abolição significou deixar as pessoas livres para apodrecer e morrer nas sarjetas desse país.

A classe dominante brasileira, em vez de apoiar financeiramente os africanos livres e seus descendentes ou integrá-los na sociedade, estava mais preocupada em “salvar a raça branca da ameaça do sangue negro” (Nascimento, 2016, p. 81). Isso reflete a satisfação dessa classe com a situação desumana das pessoas recém-libertas.

Temendo uma sociedade majoritariamente negra e considerando-a “feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue africano” (Nascimento, 2016, p. 85), a classe dominante adotou políticas eugenistas visando eliminar a população afrodescendente. Conforme sinalizamos anteriormente, uma das principais estratégias foi a promoção da imigração europeia e a miscigenação, forçada através do estupro de mulheres negras e indígenas ou de relações inter-raciais.

O governo incentivou a vinda de milhões de imigrantes europeus, oferecendo terras e subsídios para que se estabelecessem. As leis de imigração pós-abolicionistas tinham como objetivo erradicar a “mancha negra” na população brasileira. Decretos como o de 28 de junho de 1890 permitiam a entrada de pessoas aptas para o trabalho, excluindo asiáticos e africanos, que só podiam entrar com autorização do Congresso Nacional. Houve debates na Câmara dos deputados entre 1921 e 1923 sobre leis para proibir a entrada de pessoas pretas no Brasil (Nascimento, 2016).

As teorias eugenistas influenciaram a sociedade brasileira, promovendo a ideia de “melhoramento” da raça por meio da mistura racial controlada. Alguns intelectuais, conforme recorda Nascimento (2016) diziam que um século a nação teria a pele branca, outros previam que até 2012 o Brasil não teria mais negros ou mestiços. Esse pensamento permeou a educação<sup>7</sup>, a política e a cultura, reforçando estereótipos e preconceitos raciais que persistem até hoje.

O impacto desse processo foi profundo, marginalizando e inviabilizando as populações negras e indígenas, que continuam a enfrentar discriminação e exclusão social. Além disso,

---

<sup>7</sup> Cf. Silva, 2023.

moldou a identidade nacional de maneira ambígua, celebrando a miscigenação sem reconhecer plenamente as injustiças históricas subjacentes. Essa ambiguidade dificulta a autopercepção de cor/raça para muitas pessoas no Brasil, sobretudo para pessoas pardas e de descendência indígena. A autodeclaração de identidade racial no Brasil, especialmente para esses grupos, é um processo complexo e carregado de nuances.

Na Amazônia essa dificuldade é ainda mais pronunciada devido às especificidades regionais e à miscigenação amazônica. Isso criou ao longo dos séculos uma população com uma ampla gama de identidades raciais e culturais, muitas vezes sobrepostas e entrelaçadas. Importante destacar que, por muito tempo, uma parte da população dessa região negou sua identidade negra ou indígena devido ao processo de inferiorização dessas raças. Como uma forma de embranquecimento ou de se sentir incluída em uma identidade socialmente aceita, muitos utilizaram termos como “moreno”<sup>8</sup> para se referirem a si ou aos outros.

A categoria parda, por exemplo, no Brasil é ampla e abrange uma grande variedade de fenótipos e origens raciais. Essa amplitude pode gerar incerteza e desconforto na autodeclaração, pois a percepção de identidade racial muitas vezes não se alinha com as categorias oficiais estabelecidas pelo IBGE<sup>9</sup>.

A dificuldade de se autodeclarar pardo/negro no Brasil e na Amazônia é mais que uma questão de escolha pessoal, é também de reconhecimento social e histórico de sua herança cultural e racial. Assim, defendemos a necessidade uma abordagem mais incisiva das instituições e movimentos sociais, promovendo debates e sensibilização da população sobre este tema, considerando as complexidades regionais.

Na contemporaneidade, o Brasil luta contra as heranças desse passado. Movimentos sociais e políticas afirmativas buscam reparar os danos causados pelo racismo estrutural e promover uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Corroboramos com Nascimento (2016, p. 80) que “é constrangedor revolver aspectos tão ignóbeis do nosso passado histórico”, porém, se faz necessário enfrentar esse passado para construir um futuro justo.

O pacto da branquitude é evidente na contemporaneidade e revela uma luta de classes. Nos últimos anos, tem sido perceptível que a comunidade negra e indígena luta e se fortalece cada vez mais. Isso se manifesta, por exemplo, através da retomada ancestral<sup>10</sup>, da recuperação da memória e de informações há muito roubadas, da valorização de traços, vestimentas,

---

<sup>8</sup> Cf. Conrado, Campelo e Ribeiro, 2015.

<sup>9</sup> Cf. Revista Cult 307, 2024.

<sup>10</sup> Retomada ancestral é um termo utilizado pelo movimento indígena que diz respeito ao processo de reconexão com as tradições culturais e conhecimentos ancestrais perdidos ao longo do tempo a partir da colonização.

acessórios e costumes que por muito tempo foram considerados inadequados, feios, inferiores e demonizados, e da representatividade que aldeia<sup>11</sup> e enegrece<sup>12</sup> os mais diversos espaços.

Segundo Bento (2022), o pacto da branquitude representa um acordo implícito entre pessoas brancas, destinado a preservar seus privilégios. A autora destaca que esse pacto é impulsionado pelo narcisismo e pela autopreservação, onde qualquer “diferença” é percebida como uma ameaça ao que é considerado “normal” e “universal”. Ela enfatiza que esse pacto funciona como uma aliança que exclui, reprime e esconde tudo o que é considerado intolerável para a consciência coletiva.

Até o momento, abordamos a história de dor e sofrimento das populações negras e indígenas no Brasil e na Amazônia, destacando as experiências das mulheres e como o racismo e o patriarcado elaboraram ferramentas de opressão para continuar subjugando esses grupos. Concordando com Alves-Melo (2021), a história dessas populações transcende a escravidão, sendo rica e diversificada, com contribuições significativas para a cultura, a economia e a sociedade amazônica. A seguir, discutiremos as insurgências e resistências das mulheres negras e amazônicas frente ao patriarcado-racismo-capitalismo.

## 1.2 Ainda assim, eu me levanto: Resistência Negra e Feminista no Brasil e no Amazonas

*Você pode me riscar da História  
Com mentiras lançadas ao ar.  
Pode me jogar contra o chão de terra,  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.*

*(Maya Angelou – Poema Ainda assim eu me levanto, 1978)*

No contexto brasileiro e amazônico, as mulheres, sobretudo as negras e indígenas, enfrentam uma longa história de dominação e exploração que combina racismo, sexismo e relações de poder associadas ao capitalismo. Desde a invasão colonial e o período da escravidão até os dias atuais, elas têm sido subjugadas por sistemas de dominação sofisticados que se atualizam para perpetuar essa condição. No entanto, como sugere o poema, elas continuam a se levantar, encontrando forças na sua ancestralidade e transformando a dor em luta e a resistência em esperança.

---

<sup>11</sup> Aldear é um termo bastante utilizado por parlamentares indígenas no Brasil e pelo movimento indígena para se referir ao processo de ocupação da política e dos espaços de poder por indígenas.

<sup>12</sup> Enegrecer um espaço pode ser entendido como a busca por aumentar a representatividade e visibilidade das pessoas negras. A autora Sueli Carneiro, no texto *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, utiliza esse termo para se referir a inserção das pautas das mulheres negras na agenda do movimento de mulheres.

Mesmo após o fim da escravidão em 1888, a luta do povo negro e das mulheres continua. A abolição não foi acompanhada de políticas de inclusão ou reparação histórico-social. Deixou as pessoas negras à própria sorte, enfrentando a pobreza, a marginalização e o racismo institucionalizado. Fernandes (2008) argumenta que a abolição não inseriu os negros na sociedade, mas sim perpetuou formas de discriminação e exploração herdadas da escravidão. Essa herança moldou as bases das resistências negras e feministas que emergiriam nas décadas seguintes no Brasil.

A resistência negra e feminista no Brasil tem suas raízes nas primeiras comunidades quilombolas e nas lutas cotidianas pela sobrevivência e dignidade. A resistência cultural desempenhou um papel crucial, com práticas e tradições africanas mantidas e adaptadas como forma de subversão contra a hegemonia cultural branca (Gonzalez, 2020). Os quilombos, comunidades autônomas onde era possível viver em liberdade e se organizar, eram mais que meros refúgios; eram a materialização da resistência organizada do povo negro.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), os quilombos no Brasil são classificados em duas categorias principais: rurais e urbanos. Os quilombos rurais têm uma relação estreita com a terra e a agricultura como principal meio de subsistência, mantendo práticas agrícolas e culturais tradicionais. Já os quilombos urbanos, situados em áreas urbanas e periurbanas, enfrentam desafios relacionados à urbanização e especulação imobiliária, mas mantêm suas práticas culturais e sociais específicas.

O Quilombo dos Palmares, localizado na atual Alagoas, é o mais célebre desses redutos. Liderado inicialmente por Ganga Zumba e, depois, por Zumbi e Dandara, Palmares abrigou milhares de pessoas, tornando-se o maior quilombo da América Latina e o primeiro Estado Democrático e Livre das Américas (Gonzalez, 2020). Sua história simboliza a luta incessante pela libertação de todos os povos oprimidos, testemunhando a coragem e determinação do povo negro que recusou a escravidão como destino.

Em Manaus, o Quilombo Urbano de São Benedito, no bairro Praça 14 de Janeiro, é um símbolo de resistência cultural. Certificado como o segundo quilombo urbano do Brasil em 2014 e reconhecido como patrimônio imaterial pelo Estado do Amazonas em 2015, enfrenta desafios como a especulação imobiliária e a falta de políticas públicas (Brasil, 2020; Alcântara, 2017; Ambrósio, 2023). No entanto, a comunidade mantém vivas suas tradições e práticas

culturais, como a festa de São Benedito<sup>13</sup>, representando a luta contínua pela identidade e direito das comunidades quilombolas.

A resistência dos quilombos simboliza a luta pela liberdade e justiça, inspirando gerações subsequentes. As histórias de liderança e coragem em Palmares e outros quilombos são pilares para as resistências modernas, inspirando ativistas de todas as idades. Nesse contexto, os movimentos negros e feministas emergem como uma continuidade dessa tradição de resistência, ampliando a luta para erradicar todas as formas de opressão.

De acordo com Hooks (2022), o feminismo é um movimento político que busca extinguir a opressão sexista, visando uma transformação profunda na sociedade para erradicar estruturas opressoras, ao fim, beneficiando todas as pessoas. Ao contrário das alegações dos grupos masculinistas e antifeministas, o feminismo não é um movimento anti-homem e não busca garantir privilégios para as mulheres. Estas afirmações distorcem o propósito real do feminismo.

Como movimento, o feminismo produz suas próprias teorias e reflexões críticas e, ao longo do século, contribuiu substancialmente para desvendar os padrões de opressão, as causas e os mecanismos de reprodução da dominação masculina/patriarcal. Também reinterpreto o mundo, tecendo críticas contundentes sobre as desigualdades enfrentadas por vários grupos sociais. O feminismo, por meio de sua produção teórica e ação como movimento, tornou irreversível a busca por um modelo alternativo de sociedade, transformando significativamente o mundo (Gonzalez, 2020).

É fundamental destacar que este movimento é heterogêneo, englobando diversas vertentes que, embora compartilhem preocupações comuns, apresentam divergências significativas<sup>14</sup>. Para melhor compreensão, elencamos dois tipos centrais de feminismo: o feminismo reformista ou liberal e o feminismo revolucionário. Cada um pode ser subdividido em várias vertentes, refletindo as complexidades e as múltiplas experiências vividas pelas mulheres. É importante salientar que nosso objetivo não é esgotar a discussão, nem abordar todas as vertentes e contrastes. Assim, nos quadros abaixo, trouxemos as vertentes mais conhecidas:

---

<sup>13</sup> Cf. Silva (2021).

<sup>14</sup> Cf. Galletti e Rivetti (2023).

**Quadro 1 – Feminismo Reformista**

ASPECTO	DESCRIÇÃO
<b>CONCEITO</b>	Inspirado por valores liberais, este feminismo busca promover a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres nas esferas públicas e privadas por meio de mudanças graduais dentro das estruturas culturais, legais e institucionais.
<b>CARACTERÍSTICAS</b>	Reformas legais; promoção da igualdade de direitos e oportunidades baseado no mercado; liberdade de escolha; avanços individuais; ênfase na igualdade de gênero sem necessariamente desafiar outras estruturas de opressão, como raça/etnia, classe e capitalismo.
<b>SLOGANS/FRASES COMUNS</b>	“O pessoal é político”; “Mais mulheres no poder”; “Mulheres no topo”; “Girl Power”; “Faça acontecer”; empoderamento feminino (individualista).
<b>VERTENTES RELACIONADAS</b>	<b>Feminismo da Igualdade:</b> Visa a Igualdade no direito à educação, à propriedade de si, dos bens e da própria liberdade e à participação política. <b>Feminismo Institucional:</b> Busca a Igualdade de gênero dentro das instituições políticas, econômicas, educacionais e governamentais. Modificar as instituições por dentro, incluindo o Estado.
<b>PRINCIPAIS CRÍTICAS SOFRIDAS</b>	As principais críticas enfrentadas são de confundir feminismo com ascensão individual de mulheres; falar de empoderamento como algo pessoal; omissão das discussões que envolvem classe, raça/etnia, capitalismo e patriarcado; Superficialidade no horizonte político.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Reif (2019); Arruza, Bhattacharya & Fraser (2019) e Galletti e Rivetti (2023), 2024.

**Quadro 2 – Feminismo Revolucionário**

ASPECTO	DESCRIÇÃO
<b>CONCEITO</b>	Este feminismo busca uma ruptura com estruturas sociais, políticas e econômicas que oprimem as mulheres. Nesse sentido, o enfrentamento é na raiz dos problemas: o patriarcado, o racismo e o capitalismo.
<b>CARACTERÍSTICAS</b>	Mudanças estruturais e sistêmicas; enfrentamento a todas as formas de opressão-exploração; promoção de solidariedade entre grupos oprimidos; ênfase na importância de analisar e organizar as lutas considerando as combinações de várias relações sociais, dentre elas: gênero, raça/etnia, classe, sexualidades e territorialidades.
<b>SLOGANS/FRASES COMUNS</b>	“Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”; “Por reparação e pelo Bem-Viver”; “Contra o racismo, a violência e pelo bem-viver”; “Nossos passos vem de longe”; “Eu sou porque nós somos” e “o pessoal é político/o privado é político”.
<b>VERTENTES RELACIONADAS</b>	<b>Feminismo Radical/Radfem:</b> Busca destruir o patriarcado, denunciando como as meninas e mulheres são inferiorizadas material e simbolicamente. Além disso, afirma que as relações de poder baseadas no sexo devem ser abolidas. <b>Feminismo Negro:</b> Combina as lutas contra a opressão racista e sexista, considerando o enfrentamento ao capitalismo e sua destruição e outras formas de opressão e exploração, enfatizando a experiência das mulheres negras e da comunidade negra, de modo geral. <b>Feminismo Materialista:</b> Analisa a opressão de gênero, a partir da perspectiva materialista, ou seja, das condições materiais de existência de homens e mulheres na produção e reprodução da vida. <b>Marxismo Feminista:</b> Baseada na obra de Karl Marx, examina as relações de gênero no capitalismo, destacando a opressão das mulheres e a exploração capitalista. Ela diferencia sexo, gênero e reprodução social. Além disso, algumas autoras incorporaram análises sobre relações raciais.

	<p><b>Ecofeminismo:</b> Relaciona gênero, poder e ecologia, destacando a ligação entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental. Algumas feministas também abordam a exploração dos animais</p>
	<p><b>Cyber feminismo:</b> Utiliza tecnologias digitais para enfrentar o patriarcado, investigando como a internet pode ser uma ferramenta contra as opressões. Cria espaços de expressão virtuais, como blogs e revistas que também se transformam em institutos, e organiza grandes movimentações virtuais que se transformam em atos de rua, como a Marcha das Vadias, o #8M e o Ele Não.</p>
	<p><b>Feminismo Interseccional:</b> Enfrenta múltiplas opressões, analisando como marcadores como raça, etnia, classe, gênero, sexualidade, nação e idade interagem para criar experiências únicas de dominação e exploração.</p>
<p><b>PRINCIPAIS CRÍTICAS SOFRIDAS</b></p>	<p>O movimento feminista revolucionário enfrenta críticas pela dificuldade em mobilizar grandes massas, pois suas propostas podem parecer utópicas ou inatingíveis para algumas pessoas. Além disso, há desentendimentos internos, como a discordância entre feministas radicais e trans feministas, e conflitos entre mulheres mais antigas e mais novas no movimento. Essa resistência a novas interpretações e a forma de tratamento muitas vezes afastam mulheres e meninas que gostariam de se aproximar, embora não se possa generalizar.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Reif (2019), Fernandes (2018) e Galletti e Rivetti (2023), 2024.

Convém destacar que as estratégias feministas não são mutuamente exclusivas. Muitas vezes, as reformas podem ser vistas como um meio para uma luta mais ampla por transformação estrutural. No entanto, conforme sinaliza hooks (2019, p. 51), “o impacto positivo das reformas liberais na vida das mulheres não pode ser confundido com a erradicação do sistema de dominação”.

Cada abordagem revela críticas e experiências diversas, enriquecendo o movimento como um todo. Ao analisar essas abordagens, percebe-se que, quando orientado por uma perspectiva revolucionária e não apenas reformista/ liberal, o feminismo luta pelo fim de todas as formas de dominação e exploração. Seu objetivo vai além de garantir mais direitos para as mulheres ou promover mudanças graduais no sistema atual. Ele busca dismantelar o patriarcado – racismo – capitalismo, permitindo que todas as pessoas possam viver com dignidade.

Saffioti (1976) já enfatizava que o feminismo burguês era um feminismo de classe dominante, caracterizado por uma consciência utópica que busca transformar parcialmente a sociedade, sem questionar os fundamentos que a sustentam. Assim, esse feminismo se torna uma força de consolidação da sociedade de classes, disfarçando suas contradições internas.

Concordamos com Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019) que o feminismo liberal representa uma parte do problema. Essa vertente, amplamente promovida pela mídia patriarcal, seduz e convence meninas e mulheres de que diversificar os espaços, sem a perspectiva de abolir as hierarquias sociais, é suficiente. Ao esvaziar o sentido coletivo de empoderamento, reduzindo-o ao individualismo e à liberdade pessoal, essa vertente transforma o feminismo em

uma luta por ascensão social de poucas mulheres a cargos de prestígio e poder, muitas vezes à custa da exploração e opressão de outras mulheres em posições inferiores e mal remuneradas.

Quando o feminismo liberal promove o individualismo e o elitismo, transformando um movimento revolucionário em uma simples hashtag de redes sociais focada em autopromoção e meritocracia, sugere que as mulheres podem superar as desigualdades apenas com força de vontade, determinação e dedicação intensa. Esse enfoque ignora as opressões sistêmicas que afetam as mulheres de maneiras variadas e não busca a libertação da maioria (Arruza, Bhattacharya e Fraser, 2019). A falta de uma consciência política crítica torna essa perspectiva limitada e prejudicial as lutas.

Ignorar a necessidade de transformações sistêmicas que desafiem a lógica de controle sobre os corpos das mulheres faz do feminismo liberal o álibi perfeito do neoliberalismo (Arruza, Bhattacharya e Fraser, 2019). Enquanto o neoliberalismo avança com políticas de austeridade que cortam serviços públicos essenciais e flexibilizam direitos trabalhistas, o feminismo liberal, ao enfatizar o sucesso individual e a ascensão pessoal, desvia a atenção das mudanças estruturais necessárias. Esse desvio permite que o neoliberalismo avance sem oposição significativa. Como aponta Fouque (1980, *apud* hooks, 2019, p. 35), “o reformismo serve a todos! A burguesia, a ordem, o capitalismo, o falocentrismo estão todos prontos para integrar quantas feministas forem preciso”.

Para hooks (2019) o discurso genérico sobre igualdade entre homens e mulheres muitas vezes ignora as perspectivas de raça e classe, favorecendo principalmente mulheres brancas e burguesas. Ela questiona: “se os homens não são iguais entre si dentro dessa estrutura de classe patriarcal, capitalista e de supremacia branca, com quais homens as mulheres querem se igualar?” (p. 48). Essa abordagem camufla os privilégios dessas mulheres e evita lidar com a complexidade das opressões. Contudo, a luta pela liberdade plena das mulheres deve ser intrínseca à luta contra o cisheteropatriarcado-racismo-capitalismo, uma luta que só pode ser eficaz por meio de uma ação coletiva que desafie essas estruturas opressivas.

É amplamente reconhecido que estes sistemas combinados impactam violentamente a vida das mulheres negras e outros grupos socialmente minorizados. Elas enfrentam opressões que as empurram para situações de extrema vulnerabilidade, criando barreiras adicionais no acesso a direitos e oportunidades.

Historicamente, foram naturalizados para essas mulheres papéis sociais restritos como cozinheira, empregada, babá ou prostituta. Esses papéis reduzem as mulheres negras a estereótipos limitantes e refletem uma visão histórica que associa seu corpo ao prazer, ao

trabalho e ao cuidado, conforme sistematizado por Gonzalez (2020) nas figuras de mulata, doméstica e mãe preta. Nas palavras de Carneiro (2011, p. 2):

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados[...] Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de 'mulatas tipo exportação' [...].

As representações raciais, de classe e gênero perpetuam uma hierarquia que reforça a segregação e a desumanização das mulheres negras, negando-lhes plena dignidade e oportunidades iguais, além de, em muitos casos, ceifar suas vidas. Dados do Ministério da Igualdade Racial (MIR) (Brasil, 2023), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2024) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) demonstram como essa desigualdade se manifesta em diversos setores da sociedade.

No mercado de trabalho, por exemplo, a taxa de ocupação entre mulheres negras no quarto trimestre de 2023 era de 11,1%, significativamente maior que os 7% registrados para mulheres não negras. Além disso, 41% das mulheres negras estão empregadas em trabalhos informais, enquanto esse número é de 30,8% entre as mulheres não negras e 43,2% entre homens negros (DIEESE, 2024). Essa disparidade reflete uma estrutura econômica que marginaliza mulheres negras, restringindo suas oportunidades de emprego e acesso a condições dignas de trabalho.

A desigualdade também se estende ao campo educacional. De acordo com Brasil (2023), 7,4% das mulheres negras não têm nenhuma instrução, enquanto 4,3% das mulheres brancas estão nessa situação. Além disso, apenas 14,7% das mulheres negras conseguem concluir o ensino superior, em comparação a 29% das mulheres brancas. Esses dados revelam um acesso desigual à educação de qualidade, o que impacta diretamente as perspectivas de vida e as oportunidades profissionais das mulheres negras.

A situação se agrava na área da saúde. Durante a gravidez, apenas 68% das mulheres negras têm acesso ao pré-natal adequado, enquanto essa porcentagem é de 81% entre as mulheres brancas. Além disso, doenças como diabetes, sífilis e hipertensão arterial são mais prevalentes entre as gestantes negras, que, apesar da maior vulnerabilidade, recebem menos atenção médica (Brasil, 2023). Essa falta de assistência adequada não só tem consequências graves para as mães e seus filhos, mas também revela o racismo que permeia as políticas públicas e perpetua a desigualdade no acesso a serviços essenciais, penalizando de forma desproporcional as mulheres negras.

A violência é outra questão alarmante que atinge de maneira desproporcional as mulheres negras. Segundo o FBSP (2024), 63,6% das vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres negras, enquanto 35,8% são brancas. Nos demais assassinatos de mulheres, 68,6% das vítimas são negras e 30,9% são brancas. A faixa etária das vítimas de feminicídio, predominantemente entre 18 e 44 anos, concentra 71,1% dos casos, com 16,7% das vítimas na faixa de 18 a 24 anos. O estado do Amazonas destaca-se por ter a maior taxa de homicídio de mulheres do país, com 6,7 em comparação à média nacional de 3,8, onde apenas 12 estados apresentam taxas inferiores.

Além disso, o Brasil registrou em 2024 um dado alarmante de 83,988 vítimas de estupro, com a maioria (76%) sendo de vulneráveis, ou seja, menores de 14 anos (FBSP, 2024). Entre essas vítimas, 52,2% eram negras e 47,1% brancas. A maioria (64,7%) dos estupros ocorrem em casa e são cometidos por familiares (31,2%). A cidade de Manacapuru, no Amazonas, está entre as 50 cidades com maiores taxas de estupros do Brasil. Essa realidade expõe a necessidade urgente de políticas de proteção e prevenção voltadas para a infância e adolescência, especialmente em comunidades vulneráveis. Ademais, a educação sexual nas escolas é crucial para identificar e prevenir violências sexuais, promover uma compreensão saudável da sexualidade, do próprio corpo e obter informações necessários para tomar decisões informadas.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de articular o racismo, o sexismo e outras opressões no contexto do sistema capitalista para interpretar adequadamente os dados e qualificar as políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessas questões. Foi com essa compreensão que, na década de 1980, as mulheres negras no Brasil fizeram com que o feminismo tradicional incorporasse as questões raciais em sua agenda e o movimento negro incluísse as questões de gênero. A participação das mulheres negras em movimentos feministas, predominantemente compostos por mulheres brancas de classe média, e em movimentos negros que reproduziam práticas sexistas representou um desafio significativo.

As mulheres negras, em diversos espaços, enfrentam estereótipos que as rotulam como agressivas, difíceis de dialogar ou problemáticas, e no movimento feminista isso não foi diferente. No movimento negro, elas frequentemente eram relegadas a tarefas administrativas, consideradas como tarefas “femininas” ou de suporte e sofriam com tentativas constantes de exclusão dos processos decisórios, sendo vistas como concorrentes por seus companheiros de luta (Gonzalez, 2020). Essa dinâmica de reprodução de práticas machistas e sexistas reforça as estruturas opressivas, perpetuando velhas hierarquias de poder e desvalorização estabelecidas pelo colonialismo, que subjugaram o povo negro e as mulheres ao longo da história.

Quando o feminismo tradicional, os movimentos negros, os partidos políticos ou qualquer espaço organizativo silencia ou ignora a contribuição das mulheres negras e relega essas mulheres ao trefismo, de forma consciente ou não, corrobora-se o apagamento sistemático e histórico sofrido por essa população que não apenas perpetua a exclusão, mas também fragiliza as lutas coletivas.

Esse contexto reforça a validade das críticas das feministas negras à noção de que “todas as mulheres são oprimidas” e à ideia de que a denúncia isolada do sexismo ou do racismo resolveria todas as questões. A visão de que todas as mulheres enfrentam as mesmas opressões, independente de raça/etnia ou classe, é um equívoco significativo. Autoras negras e feministas destacam que as experiências dessas mulheres não são homogêneas, envolvendo múltiplas opressões interligadas, que exigem uma compreensão sistêmica e complexa que vai além, inclusive, de somar ou sobrepor opressões.

A história do movimento feminista em Manaus tem relação intrínseca com a luta por dignidade para as mulheres operárias do Distrito Industrial nas décadas de 1970 e 1980. O movimento começou a tomar forma com a criação do Comitê da Mulher Universitária na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) durante a ditadura civil-militar, com o objetivo discutir questões de gênero a partir de uma perspectiva sociológica (Vale, 2019). As professoras Marlene Prado e Selda Vale desempenharam um papel essencial na formação política das mulheres operárias.

O acesso do movimento feminista às fábricas foi facilitado pela criação da Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (ADUA) em 1979 e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 (Vale, 2019). Durante esse período, apesar do regime autoritário e repressivo, os movimentos sociais continuaram suas atividades. Em 1986, com o intuito de aglutinar a luta das mulheres metalúrgicas, das feministas e de mulheres de outras categorias profissionais, foi fundado o Comitê da Mulher Trabalhadora.

Torres (2005) relata que as condições de trabalho enfrentada pelas operárias nas fábricas do Distrito Industrial de Manaus eram desumanas, com a assédio moral e sexual, violência psicológica, controle rígido das necessidades fisiológicas e cerceamento dos direitos reprodutivos. As idas ao banheiro eram estritamente controladas e humilhantes e o ciclo menstrual das trabalhadoras era monitorado por uma responsável da linha de produção que inspecionava os absorventes e genitálias para garantir que nenhuma delas estivesse grávida.

Havia testes de gravidez no processo de contratação e quando essas mulheres, já contratadas, engravidavam algumas sofriam abortos espontâneos devido as constantes humilhações e outras recorriam ao aborto, que muitas vezes ocorriam no banheiro da empresa,

para não perderem o dia de trabalho e nem o emprego. A tentativa de esterilização em massa promovida pela empresa americana Pathfinder em 1986 e a prática abusiva de adicionar anticoncepcionais aos sucos distribuídos às operárias pela empresa CCE da Amazônia, somadas a todas as práticas mencionadas, destacam o controle patriarcal – racista – capitalista dos corpos femininos.

Esse controle é uma prática histórica e estrutural que visa manter a subordinação das mulheres em diversas esferas da sociedade. No contexto capitalista, os seus corpos são reduzidos a instrumentos a serviço do mercado. Federici (2017) enfatiza que a repressão dos corpos e da sexualidade feminina foi essencial para a consolidação do capitalismo, com as mulheres confinadas a funções reprodutivas e de cuidado, com seus corpos sendo vigiados e controlados para servir aos interesses do sistema patriarcal-racista-capitalista.

A luta organizada foi crucial para frear os abusos cometidos contra essas mulheres. A atuação da Pastoral Operária, dos encontros feministas e do Comitê da Mulher Trabalhadora foi fundamental para fortalecer a consciência crítica sobre as condições enfrentadas. Torres (2005) resgata que a Pastoral Operária realizou um trabalho socioeducativo com os trabalhadores e trabalhadoras e discutiu temas como mais-valia, salário, lucro, exploração, direitos e o modo de produção capitalista. Nos encontros das mulheres operárias, foram debatidos assuntos como assédio sexual e moral, gravidez, aborto, planejamento familiar, creche e licença maternidade.

Na região amazônica, o feminismo negro ou afroamazônico tem resistido por décadas, enfrentando a opressão patriarcal – racista – capitalista e os desafios ambientais e territoriais que afetam a Amazônia. Esse movimento luta para que os corpos das mulheres desta região sejam reconhecidos como símbolos de resistência ancestral africana e indígena. Ele também busca desmistificar a ideia de que a Amazônia é pouco povoada - destacando que algumas das maiores populações quilombolas e indígenas do Brasil estão localizadas nessa região (Barros, 2022).

Além disso, o feminismo negro/ afroamazônico questiona a noção de que a presença negra na Amazônia é ínfima, resgatando a memória ancestral da presença dessa população, cuja expressão numérica tem sido historicamente significativa. Ademais, promove a visibilidade das mulheres afroamazônicas na luta pela conservação da biodiversidade e valoriza os saberes tradicionais frequentemente vistos como atrasados pelo olhar eurocêntrico (Barros, 2022).

A Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira, uma organização de mulheres negras da região, destaca que nem o feminismo tradicional nem o feminismo negro abordam totalmente as especificidades das mulheres negras afroamazônicas. Elas reivindicam um feminismo negro afroamazônico que evidencie a luta dessas mulheres contra hidrelétricas, mineradoras, garimpo

em territórios indígenas, a não regularização de terras quilombolas, a violação de territórios sagrados, a contaminação dos rios e alimentos, e os estupros cometidos por garimpeiros contra as mulheres e meninas dos territórios amazônicos. Muitas dessas mulheres defendem seus territórios e seus povos com suas próprias vidas.

Na atualidade, as mulheres negras em Manaus e na Amazônia enfrentam uma série de desafios que refletem adversidades históricas que se manifestam sob novas formas. A violência obstétrica, o feminicídio, o assédio sexual, o estupro de crianças, o suicídio da juventude indígena, as dificuldades para garantir o direito ao aborto legal para crianças e adolescentes grávidas, a ausência de educação sexual nas escolas, a violência policial, a contaminação dos rios e alimentos, e o garimpo ilegal, permanecem problemas graves e alarmantes na região. A sub-representação política de mulheres negras, afro amazônicas e indígenas comprometidas com as pautas dos movimentos negro, feminista e indígena, bem como de aliados dessas lutas, agrava a falta de políticas públicas eficazes para enfrentar essas questões.

Na Amazônia, a dificuldade de deslocamento pelos rios e a logística complexa impactam a mobilização das mulheres e a implementação de políticas públicas essenciais. À medida que essas mulheres e aliados continuam a enfrentar e combater essas adversidades, o protagonismo político emerge como uma estratégia essencial para transformar as condições atuais. A participação ativa das mulheres negras/ afroamazônicas e aliados em partidos, movimentos sociais, instituições e, principalmente, nas suas comunidades de base é vital para garantir que suas necessidades e especificidades sejam representadas e abordadas.

Para que possamos explorar, nos próximos capítulos, como essas mulheres estão se posicionando e influenciando o cenário político na luta contra essas questões e promovendo mudanças significativas em suas comunidades, no próximo tópico trataremos reflexões sobre o sistema cisheteropatriarcal – racista – capitalista. Esses sistemas de dominação – exploração, combinados e complexificados, formam um sistema indissociável, que Saffioti (2015) buscou explicar a partir da metáfora do nó ou novelo. A autora trabalha com o conceito de patriarcado, nesta pesquisa, trabalharemos com esse conceito de maneira ampliada: cisheteropatriarcado.

### **1.3 Entrenós da Dominação - Exploração: Cisheteropatriarcado – Racismo – Capitalismo**

*O corpo das mulheres é a última fronteira do capitalismo.*

*(Silvia Federici – Calibã e a Bruxa, 2017)*

Neste capítulo, evidenciamos que o cisheteropatriarcado, o racismo e o capitalismo são sistemas de dominação – exploração inseparáveis que se reforçam mutuamente para perpetuar

desigualdades. A análise isolada destes, exceto para fins didáticos, simplifica a complexidade das relações sociais e enfraquece a compreensão das múltiplas dimensões da opressão. A crítica feminista negra e marxista tem sido incisiva ao defender uma análise dialética que integra as relações de classes, raça/etnia e gênero, compreendendo-as como complexas e indissociáveis e não como meras sobreposições ou somas de opressões.

Para ilustrar essa fusão, Saffioti (2015) utiliza a metáfora do nó ou novelo, sugerindo que esse nó não é rígido ou imutável, mas sim um nó frouxo, permitindo mobilidade entre suas partes. Essas três estruturas interagem de maneira que uma influencia a outra na dinâmica do conjunto. Assim, a expressão cisheteropatriarcado – racismo – capitalismo reflete de forma mais precisa essa simbiose, pois, não hierarquiza as opressões, não privilegia uma em detrimento de outra, nem transforma um sistema em adjetivo ou substantivo do outro, como “capitalismo patriarcal” ou “racismo capitalista” (Saffioti, 1987; Saffioti, 2015).

O patriarcado enquanto sistema de dominação-exploração, privilegia os homens em relação às mulheres, estabelecendo normas que as relegam a papéis sociais de submissão e cuidado. Ele transforma as mulheres em “objeto de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Saffioti, 2015, p. 112). A ampliação do termo para cisheteropatriarcado reflete a necessidade de incorporar à dominação masculina, as dimensão de sexualidade (heteronormatividade) e identidade (cisgeneridade)<sup>15</sup>.

O racismo, por sua vez, é uma estrutura que impõe experiências de desvalorização e subalternidade a grupos raciais/étnicos, como a população negra e indígena, ao mesmo tempo que mantém privilégios para outro grupo, nesse caso, a branquitude. Almeida (2019) classifica o racismo em três concepções: individualista, institucional e estrutural, destacando suas características e interconexões.

Na concepção individualista, o racismo é compreendido como um aspecto relacionado à subjetividade e às atitudes pessoais. Almeida (2019) explica que, nessa perspectiva, ele é visto como um fenômeno ‘irracional’, mais ligado a aspectos psicológicos do que políticos, sendo muitas vezes minimizado como ‘inconsequência’, em vez de reconhecido como uma imoralidade e crime.

O racismo institucional, por sua vez, está relacionado ao funcionamento das instituições e ao papel do Estado. Para Almeida (2019), essa abordagem representa um avanço teórico, pois

---

<sup>15</sup> A heteronormatividade é um sistema que naturaliza e estabelece a heterossexualidade como padrão de relação. A cisgeneridade, por sua vez, refere-se à condição em que o sexo atribuído ao nascimento corresponde à identidade de gênero do indivíduo. Quando não há essa correspondência, utiliza-se a nomenclatura ‘transgênero’ para designar tais pessoas.

desloca a compreensão do racismo como mero comportamento individual, situando-o no âmbito das dinâmicas institucionais que sistematicamente conferem privilégios e vantagens a determinados grupos raciais.

Já o racismo estrutural vai além do indivíduo e das instituições, sendo parte fundamental da organização social. Ele integra as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares como uma norma, e não como uma exceção. Almeida (2019) ressalta que não se trata de um desvio psicológico ou falha institucional, mas de um processo que se perpetua historicamente como uma herança social. Assim, comportamentos individuais, coletivos e práticas institucionais derivam desse sistema estruturante. O combate ao racismo, portanto, não exige apenas ações pontuais em nível individual e institucional, mas mudanças profundas e estruturais nas relações sociais, políticas e econômicas, defende o autor.

O capitalismo é um sistema econômico caracterizado pela apropriação dos meios de produção, pelo lucro e pela exploração da força de trabalho, privilegiando funções ocupadas pelos homens. Ele legitima uma divisão sexual e racial do trabalho, designando papéis específicos para homens e mulheres, enquanto relega à população negra trabalhos precarizados, mal remunerados e insalubres. González (2020) argumenta que essa estrutura faz com que negros e mulheres sejam tratados como trabalhadores de segunda categoria, mesmo dentro de uma classe já altamente explorada. O racismo e o sexismo, ao sustentarem essa ideologia de dominação, tornam negros e mulheres em cidadãos de segunda classe, resultando em uma discriminação ainda mais severa.

A socialização feminina prepara as mulheres para assumirem a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelos cuidados, desde o marido e os filhos até netos e outros familiares. Há uma pressão social para que as mulheres tenham filhos, constituam uma família junto a um homem, sejam boas esposas, mães e donas de casa, e equilibrem tudo isso com um emprego no mercado de trabalho. Essa sobrecarga limita o acesso das mulheres à vida política e pública (Biroli, 2016). Todo esse trabalho doméstico e de cuidados, realizado de forma não remunerada e invisível, sustenta diretamente o sistema capitalista. Como argumenta Federici (2021), o capitalismo depende da exploração do trabalho reprodutivo, já que ele garante a reprodução da força de trabalho sem custos para o Capital.

Esse panorama de sobrecarga e exclusão é justamente o que Antonieta<sup>16</sup>, entrevistada 1 do MDB, descreve:

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida no dia 10 de abril de 2024, via *google meet*.

Hoje a mulher negra se afasta muito da política porque ela está preocupada com as suas necessidades primárias: alimentar seus filhos, pagar as contas. Então existe um afastamento muito grande da política e é um afastamento que é estrutural. É todo um sistema que faz essa mulher se afastar. Não é que ela não goste de política, é que realmente não tem como ela conciliar o que é prioritário para a vida dela, muitas vezes ser mãe solo, fazer múltiplas jornadas de trabalho, dar conta de uma família e a carga emocional de tudo isso para escolher a política.

Essa observação da entrevistada evidencia como o sistema cisheteropatriarcal – racista – capitalista atua para impedir a participação política das mulheres negras, sobrecarregando-as com responsabilidades que deveriam ser divididas, mas que recaem exclusivamente sobre elas. Além disso, ela expõe a dificuldade em conciliar essas múltiplas jornadas de trabalho com a atividade partidária, ressaltando que o afastamento das mulheres negras da política não é por falta de interesse.

A análise de Antonieta, entrevistada 1 do MDB, corrobora com o argumento de Biroli (2016) a respeito da sobrecarga das mulheres, ao mesmo tempo que reforça a observação de Gonzalez (2020) sobre como as mulheres negras são forçadas a assumirem funções de menor remuneração dentro da divisão sexual e racial do trabalho. Nesse contexto, a fala da entrevistada, conecta-se diretamente à crítica de Federici (2021), pois o afastamento dessas mulheres da política reflete não apenas uma escolha individual, mas uma exclusão estrutural enraizada em um sistema de dominação-exploração que se beneficia da invisibilidade do trabalho reprodutivo e da exploração das mulheres negras.

Saffioti (1987, p. 50) explica que esse sistema é de dominação e exploração, pois “enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”. Esse sistema de dominação-exploração se modernizou, criando outras formas de controle e opressão. Nesse contexto, o conceito de cisheteropatriarcado surge como uma expressão dessa adaptação.

Além de manter o poder masculino, o cisheteropatriarcado reforça a cisgeneridade – a imposição de que todas as pessoas devem se identificar com o gênero atribuído ao nascimento – e a heterossexualidade compulsória, que estabelece a atração pelo sexo oposto como norma universal. Essas normas perpetuam desigualdades e moldam as relações sociais, impactando de forma desproporcional a população LGBTQIAPN+ e as mulheres negras, sem se limitarem a elas.

Compreender essas dinâmicas e mobilizar essas dimensões é fundamental, pois as normas impostas por esses sistemas geram múltiplas formas de violência cotidiana, algumas

sutis e veladas, manifestando-se em atitudes e discursos que naturalizam a exclusão, enquanto outras são explícitas, como a discriminação direta e violência física e simbólica. Essas opressões se entrelaçam, afetando não apenas o acesso a direitos e oportunidades, mas também o bem-estar emocional e a dignidade das pessoas que fogem do padrão: homem cisgênero, heterossexual, branco, rico e mais velho.

Essa realidade é exemplificada na fala de Zeferina<sup>17</sup>, entrevistada 1 do PT, uma mulher jovem, negra e bissexual que participa ativamente da política partidária em Manaus. Ela revelou as estratégias que adota para lidar com o controle social e as expectativas em relação a seu corpo e vida afetiva:

uma forma de eu me proteger, por exemplo, é usar essa aliança. Eu não tenho um companheiro, mas para me reafirmar dentro do partido, a gente precisou chegar nessa tática que a gente utiliza como estratégia política, justamente para que eu pudesse afirmar, por exemplo, a questão da idade, superar esse quesito da idade, superar essa dimensão, por exemplo, ‘ah, amante de quem?’, ‘tem relações sexuais com quem?’, ‘namora com quem?’, para isso não entrar no discurso, na dúvida.

Esse relato revela múltiplas violências aos quais mulheres negras que desafiam a heteronormatividade são submetidas na construção político-partidária. A estratégia de usar uma aliança como mecanismo de proteção e validação, ilustra uma resposta à pressão social que impõem às mulheres, como critério de respeitabilidade, o casamento, relacionamentos heterossexuais, constituição de uma família e padrão estético eurocêntrico.

A aliança, em muitos contextos, além de ser vista como símbolo de união, impõe respeito e legitimidade, sinalizando que a mulher está acompanhada e, portanto, é digna de respeito. Essa ideia sugere que a valorização da mulher está ligada à sua relação com um homem. Além disso, a antecipação de que essa aliança implica um relacionamento heterossexual evidencia as limitações existentes acerca da sexualidade feminina, que raramente contempla a possibilidade de relacionamento entre mulheres. Essa realidade reafirma a máxima feminista de que homens, frequentemente, respeitam apenas outros homens, perpetuando uma estrutura heterossexista sustentada pelo cisheteropatriarcado.

Outro ponto relevante é a subestimação da capacidade da entrevistada devido a sua aparente juventude. As expectativas sociais sobre as mulheres negras, fundamentado no cisheteropatriarcado – racismo – capitalismo, determinam que mulheres em cargo de poder devem demonstrar uma aparência madura e séria que muitas vezes vem associado a relacionamentos heteronormativos e a padrões estéticos eurocênticos. Essa visão ignora as

---

<sup>17</sup> Entrevista presencial concedida no dia 9 de abril de 2024.

capacidades e experiências que jovens mulheres negras, independente do estado civil, aparência e orientação sexual, possuem.

Como bem ressalta Saffioti (1987. P. 48) “discriminar a mulher não constitui um característico apenas dos conservadores. Trata-se de prática diária também dos tidos e havidos como progressistas”, enfatizando que a subestimação e a exclusão dessas mulheres independem do espectro político do partido e dos filiados. Até mesmo os que se consideram e quem essas mulheres consideram como aliados na luta por equidade, as violentam diariamente no âmbito partidário, como é o caso dessa entrevistada e de outras que veremos nos próximos capítulos.

A análise do sistema cisheteropatriarcal – racista – capitalista revela um panorama complexo de opressão, dominação e exploração que se perpetua nas estruturas sociais. Como evidenciado pelas falas de Antonieta, entrevistada 1 do MDB e Zeferina, entrevistada 1 do PT, a sobrecarga imposta às mulheres negras não é um fenômeno isolado, mas sim uma consequência de um sistema que visa garantir a subordinação e a invisibilidade dessas mulheres na esfera política e social. Essas mulheres nos alertam sobre a urgência de uma abordagem crítica que desnaturalize as normas cisheteropatriarcais e racistas que continuam a determinar o espaço das mulheres na política e colaboram com sub-representação das mulheres na política.

## **CAPÍTULO 2 – NOS BASTIDORES DO PODER: mulheres negras hackeando a política**

*Ah! Comigo, o mundo vai modificar-se.  
Não gosto do mundo como ele é.*

*(Carolina Maria de Jesus – Diário de Bitita, 1986)*

Este capítulo aborda a representação política das mulheres negras nos partidos, com ênfase nas suas filiações e candidaturas nas eleições de 2016, 2020 e 2024. O objetivo é compreender como essas mulheres estão ocupando esses espaços de poder, como funcionam os partidos e se esses espaços atendem as suas necessidades. A pesquisa se baseia no mapeamento das filiações partidárias e no registro de candidaturas de mulheres negras em três partidos em Manaus: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PcdoB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Primeiramente, será realizada uma análise das filiações femininas ao longo dos últimos três ciclos eleitorais, considerando aspectos como idade, estado civil e escolaridade. Em seguida, discutiremos as candidaturas de mulheres negras, com ênfase nos desafios que enfrentam para se tornarem representantes eleitas. Por fim, exploraremos o funcionamento das engrenagens política, incluindo as instâncias partidárias e espaços de luta dentro dos partidos, além de abordar as múltiplas jornadas de trabalho das mulheres negras nos partidos e na política

### **2.1 Abrindo caminhos: mapeando as filiações e candidaturas de mulheres negras**

*O importante não é ser o primeiro ou primeira,  
o importante é abrir caminhos.*

*(Conceição Evaristo – Programa Roda Viva, 2021)*

Neste item, apresentaremos o mapeamento das filiações de mulheres no Partido dos Trabalhadores (PT), no Partido Comunista do Brasil (PcdoB) e no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), bem como o registro de candidaturas das mulheres negras nesses partidos nos anos de 2016, 2020 e 2024.

A partir de um universo de 31 partidos políticos ativos, selecionamos uma amostra não probabilística-intencional composta por três partidos em Manaus. Segundo Marconi e Lakatos (2010), esse tipo de amostra não busca atender a critérios estatísticos, mas se baseia na observação dos objetivos específicos da pesquisa.

Como critério de seleção, consideramos os partidos que apresentavam a maior quantidade de mulheres filiadas até 2022 em Manaus, ano em que delineamos esta pesquisa, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (Brasil, 2022a). Esses dados foram

obtidos por meio do cruzamento de informações sobre filiação partidária, com a seleção de gênero e partido. A partir desses procedimentos, chegamos aos resultados detalhados no quadro abaixo:

**Quadro 3** – Quantitativo de filiadas nos Partidos Políticos em Manaus (2022)

POSIÇÃO	PARTIDO	SIGLA	FILIADAS
1º	PARTIDO DOS TRABALHADORES	PT	5447
2º	REPUBLICANOS	REPUBLICANOS	4755
3º	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	PCDOB	4742
4º	PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA	PSDB	2465
5º	PODEMOS	PODE	2396
6º	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	MDB	1938
7º	PROGRESSISTAS	PP	1904
8º	UNIÃO BRASIL	UNIÃO	1685
9º	PARTIDO LIBERAL	PL	1572
10º	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	PTB	1483
11º	SOLIDARIEDADE	SOLIDARIEDADE	1133
12º	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	PDT	1117
13º	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	PROS	1010
14º	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	PMN	986
15º	PARTIDO VERDE	PV	965
16º	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	PSB	895
17º	AGIR	AGIR	853
18º	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	PSC	850
19º	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA	PMB	704
20º	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA	PRTB	626
21º	CIDADANIA	CIDADANIA	615
22º	PATRIOTA	PATRIOTA	549
23º	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	PSOL	507
24º	DEMOCRACIA CRISTÃ	DC	460
25º	AVANTE	AVANTE	348
26º	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	PSD	150
27º	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	PCB	148
28º	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	PSTU	46
29º	REDE SUSTENTABILIDADE	REDE	45
30º	PARTIDO NOVO	NOVO	37
31º	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	PCO	13

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de filiação partidária fornecidas pelo TSE, 2022.

Após a obtenção desses dados, entramos em contato com as secretarias de mulheres das direções municipais de cada partido para verificar quais deles tinham interesse em participar do estudo. Os três primeiros partidos que responderam positivamente foram selecionados e firmaram o termo de anuência para colaborar com a pesquisa.

É importante salientar que o TSE não divulga adequadamente as informações sobre a raça/etnia dos filiados, apenas das candidaturas. Por este motivo, não foi possível selecionar os partidos com base no critério de maior número de mulheres negras filiadas. Durante a pesquisa de campo, descobrimos que, embora as fichas de filiação partidária contenham perguntas sobre raça/etnia, nenhum dos partidos pesquisados possuía esses dados sistematizados. Dessa forma, não foi possível identificar quantas pessoas negras fazem parte dos quadros partidários.

Com o aceite dos partidos, solicitamos às secretárias de mulheres que nos fornecessem os contatos de dirigentes e representantes políticas que atendessem aos seguintes critérios:

**Quadro 4 – Critérios de inclusão e exclusão da pesquisa**

FILIADAS	CRITÉRIO	
	INCLUSÃO	EXCLUSÃO
<b>REPRESENTANTES POLÍTICAS</b>	<p>Pessoas que identificam com a identidade de gênero feminina;</p> <p>Mulheres que se autodeclaram pretas ou pardas (negras); Mulheres a partir dos 18 anos de idade;</p> <p>Mulheres filiadas a pelo menos 1 ano;</p> <p>Mulheres com alguma experiência em eleições;</p> <p>Mulheres que já organizaram ou que organizam coletivos, diretórios, associações, dentre outros, vinculados ao partido</p>	<p>Mulheres que estejam afastadas das funções do partido;</p> <p>Mulheres que estejam filiadas, mas não participem das atividades promovidas pelos partidos;</p>
<b>DIRIGENTES</b>	<p>Pessoas que se identificam com qualquer identidade de gênero;</p> <p>Pessoas maiores de 18 anos;</p> <p>Ser dirigente a pelo menos uma gestão;</p> <p>Ser coordenador/a ou função correlata de coletivos, diretórios, associações, dentre outros, vinculados ao partido.</p>	<p>Estar afastado das funções do partido;</p> <p>Ter sofrido afastamento disciplinar do partido por violência racial ou de gênero;</p> <p>Ser filiado há menos de um ano</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Após o contato com as filiadas, agendamos encontros presenciais para a realização de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Manzini (1990/1991), esse tipo de entrevista é direcionado para um tema específico, sobre o qual elaboramos um roteiro composto por perguntas principais. Essas questões podem ser complementadas por outras que surgem espontaneamente ao longo da conversa, permitindo maior flexibilidade na exploração dos tópicos de interesse.

Com as entrevistas concluídas e os dados de filiação e candidaturas consolidados, pudemos traçar um panorama mais detalhado da participação política das mulheres nos três partidos estudados. É importante destacar que a escolha de iniciar a análise em 2016 foi motivada pela inserção, a partir de 2014, da pergunta sobre cor/raça nos registros de candidaturas pelo TSE, sendo as eleições municipais de 2016 as primeiras a fornecerem esses dados oficialmente.

Em Manaus, segundo o TSE (Brasil, 2024a), o eleitorado é composto por 1.446.122 pessoas. Desse montante, 47,20% (682.572) são homens e 52,80% (763.550) são mulheres, o que evidencia a significativa força política feminina. Entre as eleitoras, a maioria se declara negra, com 7,94% identificando-se como pardas e 0,43% como pretas. Notadamente, 89,62% não informaram sua cor ou raça, o que consideramos um problema do ponto de vista da precisão dos dados, mas também que levanta suspeitas sobre essa ausência estar relacionada a problemas de percepção da própria identidade étnico-racial das eleitoras ou falha cadastral por parte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Do total, 69,22% são solteiras e 26,26% são casadas, enquanto a faixa etária predominante varia de 25 a 49 anos. Em relação à escolaridade, 37,26% possuem ensino médio completo; 17,10% têm ensino médio incompleto; 14,56% ensino fundamental incompleto e 13,89% alcançaram o ensino superior e o concluíram. Esse panorama do perfil do eleitorado feminino em Manaus ressalta a diversidade e a complexidade da participação de mulheres na política, evidenciando as diversas necessidades que devem ser consideradas na formulação de políticas públicas e a quem essas políticas precisam ser direcionadas.

O mapeamento das filiações partidárias que apresentaremos a seguir, nos permitirá entender como essas mulheres estão se organizando nos partidos políticos, bem como a dinâmica de inclusão e representatividade dentro das estruturas partidárias. Essa análise é fundamental para compreender o cenário político atual em Manaus, assim como as oportunidades, ou ausência delas, e os desafios que as mulheres enfrentam na busca por representação política.

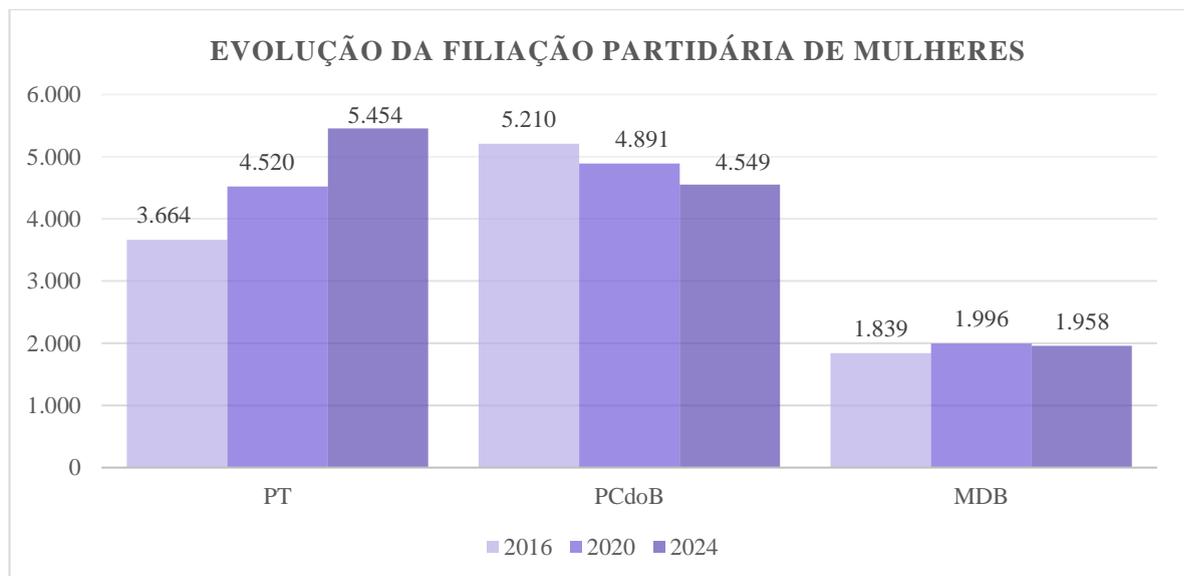
**Tabela 1 – Filiações partidárias por gênero em Manaus**

Ano	Partido	Mulheres filiadas	% Mulheres	Homens filiados	% Homens	Total de filiações	Total Geral
2016	PT	3.664	47,50%	4.043	52,41%	7.714	22.569
	PcdoB	5.210	48,20%	5.569	51,52%	10.810	
	MDB	1.839	45,46%	2.199	54,36%	4.045	
2020	PT	4.520	48,93%	4.718	51,07%	9.238	23.396
	PcdoB	4.891	49,22%	5.047	50,78%	9.938	
	MDB	1.996	47,00%	2.224	53,00%	4.220	
2024	PT	5.454	49,43 %	5.576	50,53 %	11.034	24.310
	PcdoB	4.549	49,91 %	4.565	50,09 %	9.114	
	MDB	1.958	47,04 %	2.204	52,96 %	4.162	

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas estatísticas de filiação partidária do TSE (Brasil), 2024a.

A tabela 1 apresenta as filiações partidárias por gênero em Manaus nos anos de 2016, 2020 e 2024. É evidente que ao longo dos anos analisados houve um crescimento gradual na participação das mulheres na política por meio da filiação partidária. Essa tendência nos partidos analisados, é notável sobretudo no PT e no PcdoB, que tem se esforçado para aumentar a presença de mulheres em suas estruturas.

Para ilustrar melhor essa evolução, o Gráfico 1 a seguir demonstra a evolução das filiações de mulheres nos partidos estudados, permitindo uma compreensão mais clara do aumento dessa participação nos diferentes partidos.

**Gráfico 1 – Evolução da filiação partidária de mulheres em Manaus**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas do TSE sobre o perfil da filiação partidária da eleição por gênero (Brasil, 2024b).

No gráfico 1, observa-se um aumento constante no número de filiações de mulheres no PT, que apresentou o maior contingente em todos os anos estudados. Em 2016, o partido registrou 3.664 mulheres filiadas, número que saltou para 5.454 em 2024, representando um aumento de aproximadamente 49%. Esse crescimento sugere que tal adesão pode estar ligada a estratégias implementadas pelo partido para aumentar a participação feminina, além de fatores relacionados ao contexto político, como será discutido a seguir.

No caso do Pcdob, as mulheres mantiveram uma presença expressiva. Embora o número total de filiadas tenha diminuído de 5.210 em 2016 para 4.549 em 2024, o percentual de mulheres filiadas permaneceu estável, em torno de 50% ao longo do período. Isso indica um esforço contínuo do partido para alcançar e manter a paridade de gênero em suas fileiras.

Por outro lado, o MDB, apesar de ter registrado um aumento no número de filiadas entre 2016 e 2024, não apresentou uma evolução tão significativa em comparação com os outros partidos. Em 2016, o partido contava com 1.839 mulheres filiadas, número que cresceu para 1.958 em 2024. Contudo, a participação feminina no MDB permaneceu abaixo de 50%, indicando que o partido ainda enfrenta desafios em atrair e reter mulheres em sua estrutura partidária.

Antonieta, entrevistada 1 do MDB, menciona um esforço do MDB para modificar o perfil de seus filiados: *“O MDB, acho que ele tem tentado sair da cara do, sei lá, de quem manda no país, sabe? Tipo, do político homem hétero, branco, barrigudo, calvo, sabe? E tá querendo reconstruir essa cara de pessoas reais: Indígenas, negros, mulheres”*. Nesse contexto, a entrevistada se percebe como essencial para a concretização dessa estratégia, uma vez que sua atuação no Amazonas contribui para que o partido seja constituído pela diversidade local e que esses grupos sejam devidamente acolhidos: *“eu vejo que, assim, esse meu trabalho tem sido necessário pro MDB no sentido de se posicionar socialmente no cenário político”*.

Esse panorama demonstra que, embora haja um movimento crescente de filiações femininas, os homens ainda são maioria nos partidos analisados, especialmente no MDB. Entretanto, a diferença percentual entre homens e mulheres vem diminuindo, e o Pcdob é o partido que apresenta a melhor distribuição nesse sentido.

A partir de 2020, o Pcdob demonstra equilíbrio na distribuição entre homens e mulheres, o que sugere uma estratégia de incentivo à filiação feminina e à paridade de gênero. Acotirene<sup>18</sup>, entrevistada 1 do PCdoB, em entrevista, considera o partido um protagonista na valorização das

---

<sup>18</sup> Entrevista presencial concedida no dia 4 de abril de 2024.

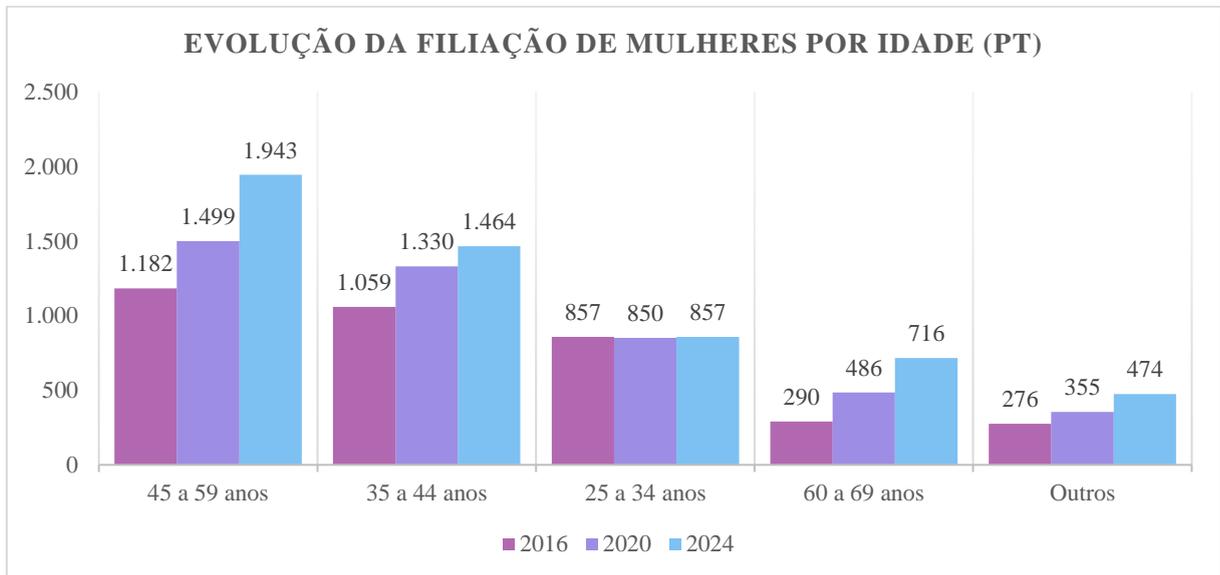
mulheres filiadas e ressalta que houve embates internos com os homens, sendo “*um processo de convencimento, de briga e de luta*” para que, hoje, a paridade fosse alcançada.

Por fim, o aumento nas filiações ao PT e ao PCdoB pode estar relacionado não apenas às políticas de inclusão desenvolvidas por esses partidos, mas também ao crescimento das chamadas pautas identitárias, ligadas aos direitos de grupos historicamente minorizados, como mulheres negras, indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQIAPN+, em um contexto de transformação política e social no Brasil.

Além do crescimento observado nas filiações femininas ao longo dos anos, é importante compreender o perfil dessas mulheres. A análise de variáveis como idade, escolaridade e estado civil, permite traçar um panorama mais detalhado, evidenciando quem são as mulheres que vem ocupando cada vez mais espaços nas fileiras partidárias. A seguir, exploraremos o perfil demográfico dessas filiadas, destacando as diferenças entre os partidos e os anos analisados.

Entre 2016 e 2024, o perfil etário das mulheres filiadas aos partidos em Manaus revela tendências importantes a respeito do envolvimento dessas mulheres na política. A análise dos dados mostra que a faixa etária predominante entre as filiadas varia entre os partidos, refletindo diferentes perfis de engajamento.

**Gráfico 2** – Evolução das filiações de mulheres considerando a idade (PT)



Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de perfil da filiação partidária da eleição por idade (PT), Brasil, 2024c.

Conforme mostrado no gráfico 2, no PT, a maioria das filiadas está concentrada em faixas etárias mais maduras, especialmente entre 45 e 59 anos. No entanto, também se observa uma participação expressiva de mulheres entre 35 e 44 anos, além de um crescimento

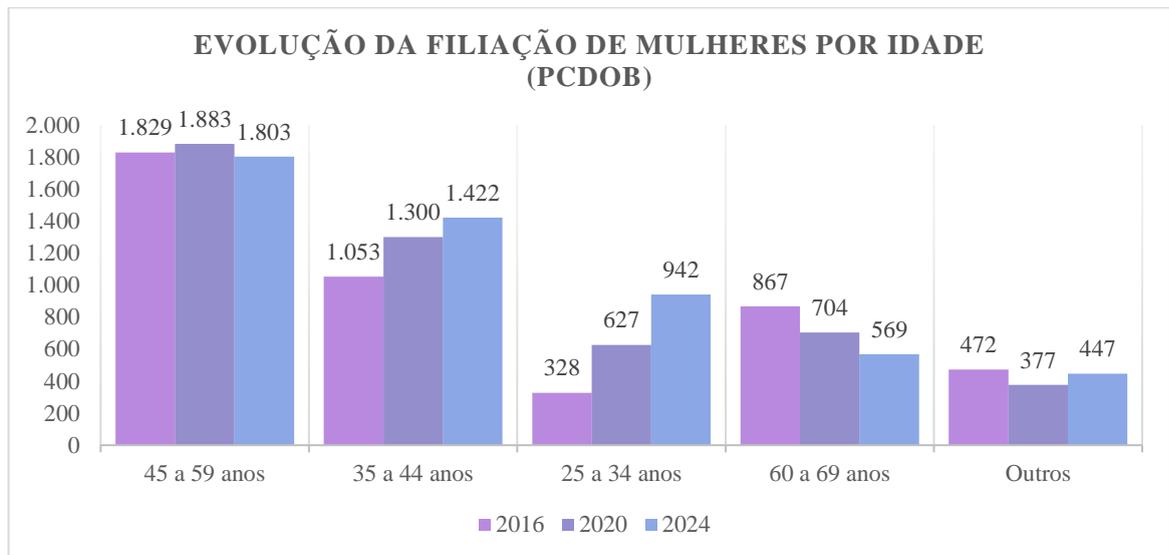
significativo na faixa de 60 a 69 anos, que passou de 290 para 761 filiadas entre 2016 e 2024. Esse padrão, sugere que o partido atrai, em grande parte, mulheres com uma trajetória de militância consolidada ou que, nesse estágio da vida, se sentem mais seguras para participar ativamente da política partidária.

A predominância de filiadas mais maduras pode estar mais relacionada a uma afinidade geracional com o PT do que a uma escolha deliberada do partido. Esse grupo de filiadas, em grande parte, pode identificar-se com o longo histórico de lutas do PT, que inclui a defesa dos trabalhadores, dos direitos sociais, e a resistência à ditadura empresarial-militar.

O partido conta ainda com expoentes políticos como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ex-presidenta Dilma Vana Rousseff e a deputada federal Benedita da Silva, cujas trajetórias são capazes de mobilizar uma base fiel de mulheres que enxergam nessas lideranças a representação legítima de suas lutas e esperanças. Esse vínculo pessoal com figuras históricas do PT pode explicar a forte presença de mulheres mais maduras entre as filiadas, mesmo em momentos de crise partidária.

A desconstrução midiática enfrentada pelo PT nos últimos anos, marcada por campanhas de difamação, escândalos de corrupção e discursos polarizadores, parece ter afetado a relação dos jovens com o partido. No entanto, reduzir o afastamento juvenil apenas a esses fatores seria simplista. A rejeição aos partidos políticos entre jovens tem sido amplamente observada por cientistas políticos e pelo TSE.

Um levantamento recente de Vista, Noia e Garcia (2024) aponta que a filiação de pessoas entre 16 e 24 anos alcançou o menor patamar em uma década. Apesar disso, o PT busca reconquistar esse público, dividindo com o PSOL a liderança na filiação de jovens, seguido pelo MDB. A geração que cresceu em um cenário de instabilidade política e social pode ter desenvolvido uma aversão não só ao PT, mas à política partidária em geral, preferindo outras formas de ativismo ou novas siglas.

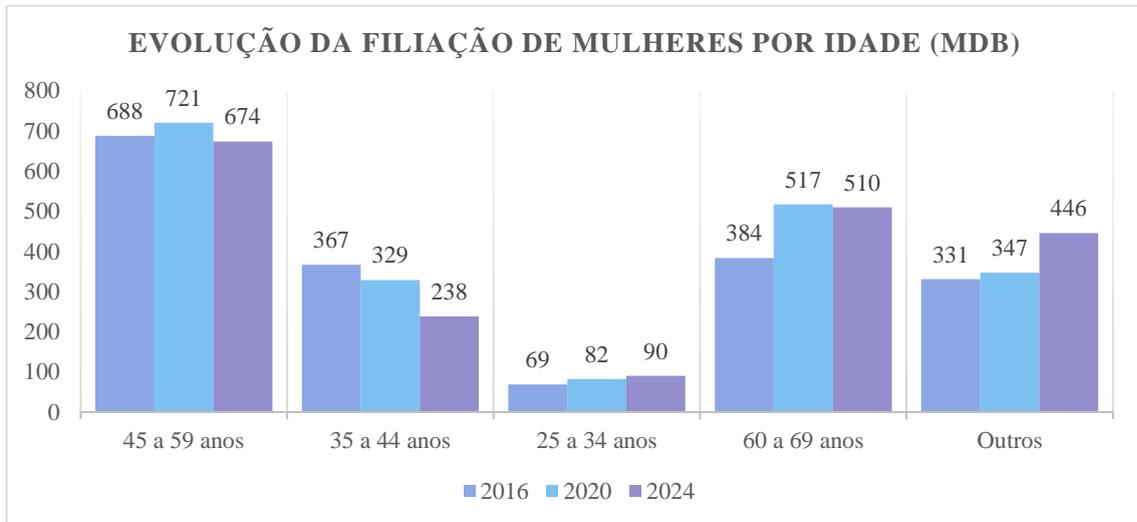
**Gráfico 3** – Evolução das filiações de mulheres considerando a idade (PcdoB)

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de perfil da filiação partidária da eleição por idade (PCdoB), Brasil, 2024d.

De acordo com o gráfico 3, o perfil etário das filiadas ao PcdoB é mais heterogêneo, refletindo uma base de apoio diversa que abrange tanto mulheres jovens quanto maduras. Predominam as filiadas nas faixas de 45 a 59 anos e 35 a 44 anos, mas o que diferencia o PcdoB do PT, por exemplo, é o crescimento significativo de filiadas entre 25 e 34 anos, enquanto a participação de mulheres entre 60 e 69 anos diminuiu ao longo do tempo.

As mulheres mais jovens, em fase inicial de suas carreiras profissionais, política e vida adulta, parecem ver no partido um espaço de diálogo e construção que atende às suas demandas. O equilíbrio entre a presença de mulheres mais jovens e aquelas com uma trajetória de ativismo consolidada sugere que o PcdoB valoriza tanto a renovação de seus quadros quanto a experiência política de suas filiadas.

Acotirene, entrevistada 1 do PcdoB, destaca que o movimento estudantil, por meio da União da Juventude Socialista (UJS), tem sido um importante porta de entrada para militantes, tanto universitários quanto secundaristas. Esse trabalho de base contribui para a crescente presença de jovens filiadas, sugerindo um vínculo forte com a formação política desde cedo. A entrevistada também menciona que, por meio de seus núcleos e secretarias, o partido “*está sempre pensando no bem-estar das camaradas*”, promovendo momentos de acolhimento e descontração. Esse enfoque no cuidado e acolhimento pode ser um diferencial importante na atratividade do partido para as novas gerações.

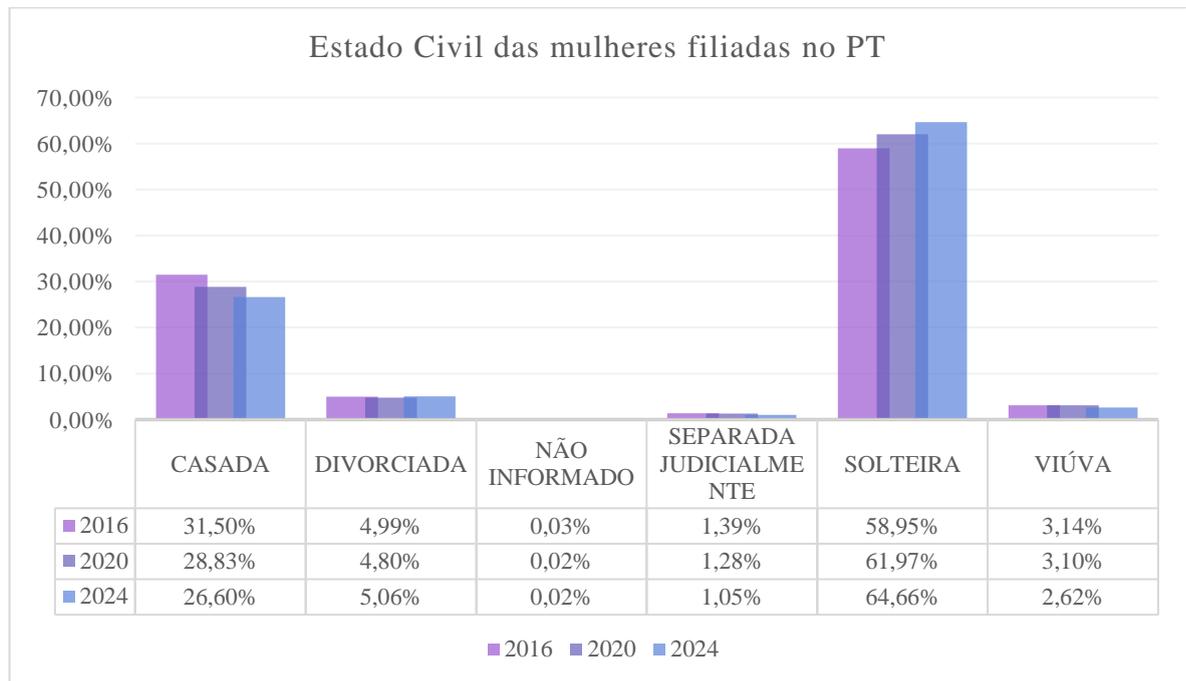
**Gráfico 4 – Evolução das filiações de mulheres considerando a idade (MDB)**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de perfil da filiação partidária da eleição por idade (PCdoB), Brasil, 2024de.

Conforme apresentado no gráfico 4, a filiação de mulheres ao MDB entre 2016 e 2024 revela um partido com forte presença de mulheres nas faixas etárias mais avançadas, especialmente entre 45 e 69 anos. Esses dados, sugerem uma conexão dessas mulheres com pautas mais voltadas ao centro no espectro político, o que pode indicar afinidade com a moderação e a tradição política do partido. No entanto, o MDB se destaca pelo baixo número de filiadas jovens, particularmente na faixa de 25 a 34 anos, que apesar de apresentar um pequeno aumento de 69 filiadas em 2016 para 90 em 2024, ainda revela dificuldades em atrair essa nova geração.

Os números em relação as mulheres entre 35 e 44 anos também chama a atenção, apontando que o partido não tem conseguido renovar sua base nessa faixa etária. Esse afastamento pode estar relacionado à busca dessas mulheres por outras formas de ativismo ou partidos que ofereçam maior abertura para suas demandas. Em resposta a esse cenário, o MDB tem promovido campanhas de filiação como a “Bora filiar, Bora 15”, uma iniciativa nacional que visa renovar seus quadros. A campanha buscou incentivar os diretórios locais a uma espécie de competição para aumentar o número de filiações e atingir as metas estabelecidas.

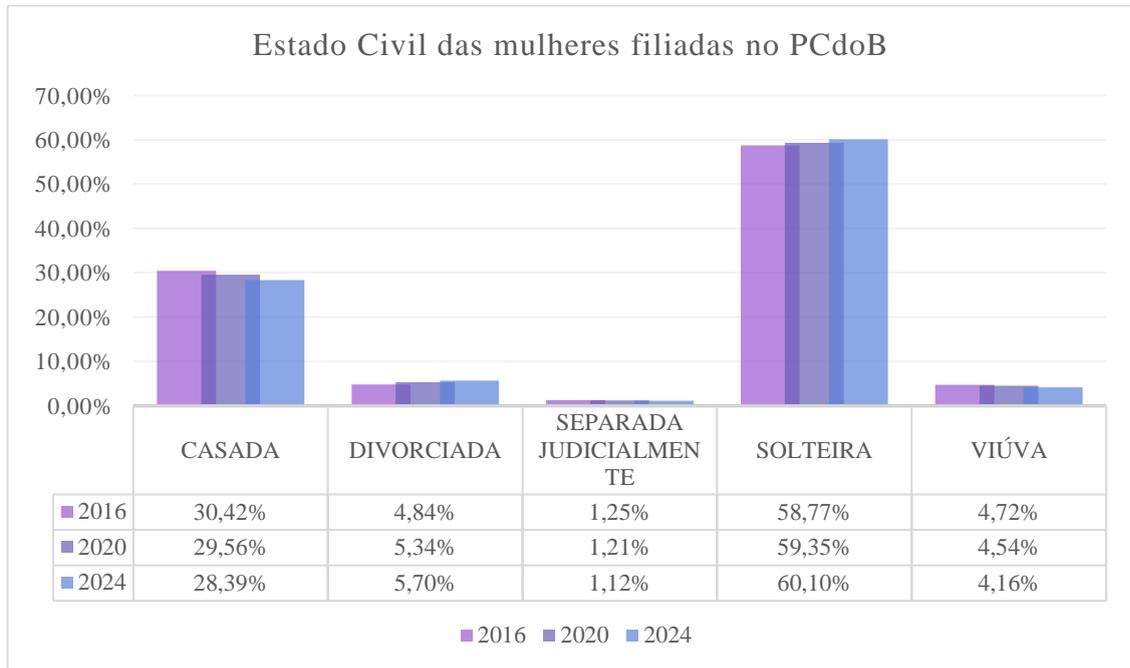
Após a análise do perfil etário das filiadas, é importante considerar outros aspectos demográficos que também influenciam sua participação política. O estado civil, por exemplo, oferece uma dimensão adicional para compreender as dinâmicas sociais e pessoais que moldam essas representações. Afinal, essa variável pode afetar diretamente as condições de engajamento político, colocando as mulheres em situações desafiadoras, ao conciliar vida familiar, trabalho e militância. A seguir, apresentamos o gráfico sobre o estado civil das filiadas do PT.

**Gráfico 5 – Estado civil das mulheres filiadas no PT**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de perfil da filiação partidária da eleição por estado civil (PT), Brasil, 2024f.

De acordo com o gráfico 5, há uma predominância de filiadas solteiras no PT, cuja proporção aumentou de 58,95% em 2016 para 64,66% em 2024. Em contrapartida, a participação de mulheres casadas diminuiu de 31,50% em 2016 para 26,60% em 2024. Esse dado sugere que mulheres solteiras têm maior liberdade e disponibilidade para se dedicarem à militância partidária, enquanto as mulheres casadas enfrentam mais desafios para equilibrar as responsabilidades familiares com a política.

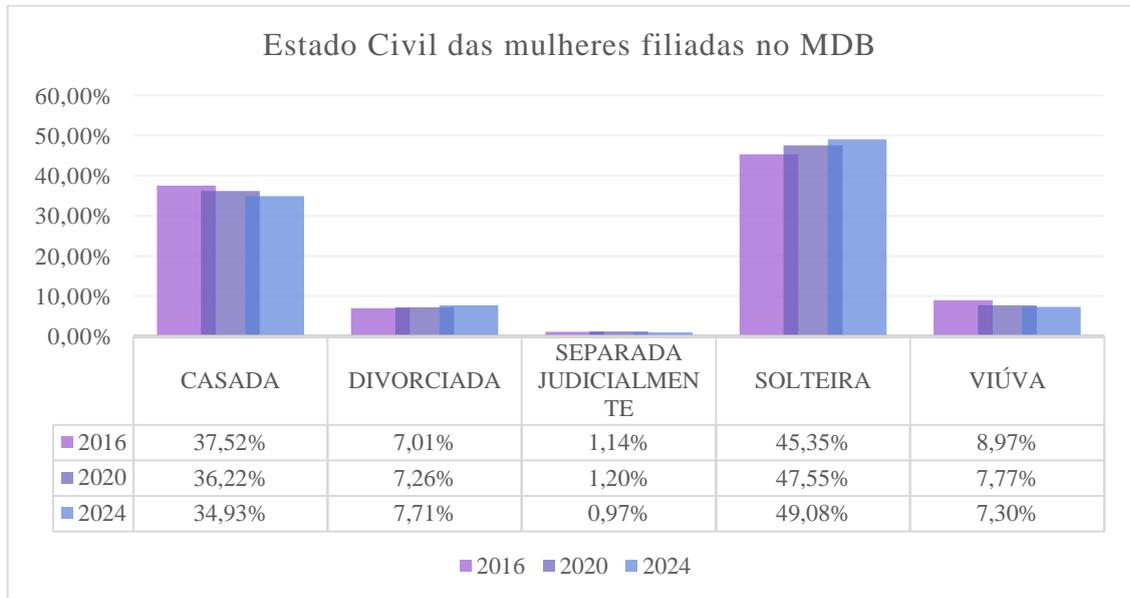
Ao comparar com os homens do PT, observa-se que, embora a maioria também seja solteiro, a proporção de homens casados é maior que a de mulheres casadas entre 2016 e 2024. Isso pode indicar que, para os homens, o casamento e a participação política coexistem com menos obstáculos, ao passo que as mulheres, devido aos papéis sociais e familiares sobrecarregados, são menos incentivadas a se envolverem. Essa realidade reflete as expectativas sociais e o papel atribuído às mulheres de serem principais cuidadoras, gerando uma responsabilidade adicional que afeta sua presença na política partidária.

**Gráfico 6 – Estado civil das mulheres filiadas no PCdoB**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de perfil da filiação partidária da eleição por estado civil (PCdoB), Brasil, 2024g.

Como indicado no gráfico 6, observa-se um aumento no percentual de mulheres solteiras filiadas ao Pcdob ao longo dos anos, enquanto o número de mulheres casadas apresenta uma leve, mas contante, redução. Entre 2016 e 2024, a proporção de mulheres solteiras cresceu de 58,77% para 60,10%, enquanto a de mulheres casadas caiu de 30,42% para 28,39%.

Comparativamente, o cenário entre os homens do partido mostra uma predominância de solteiros, passando de 54,95% em 2016 para 56,05% em 2024, com uma proporção de homens casados que se mantém constante (entre 38,71% e 38,88%). Esse contraste sugere que o impacto das responsabilidades associadas ao casamento ainda recai desproporcionalmente sobre as mulheres, dificultando sua atuação e permanência na militância política.

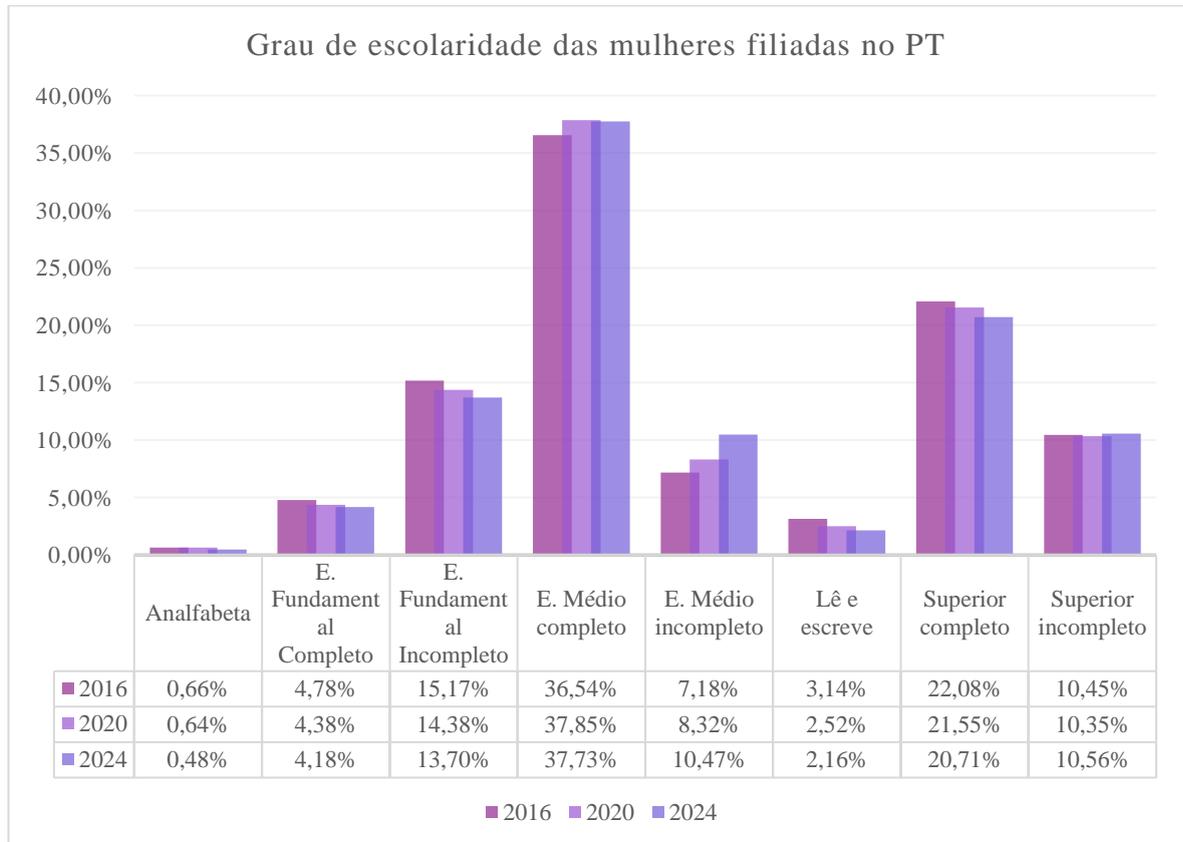
**Gráfico 7 – Estado civil das mulheres filiadas no MDB**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de perfil da filiação partidária da eleição por estado civil (MDB), Brasil, 2024h.

De acordo com o gráfico 7, entre 2016 e 2024, o percentual de mulheres solteiras aumentou de 45,35 para 49,08%, enquanto o de mulheres casadas apresentou leve queda, de 37,52% para 34,93%. Esse padrão sugere uma mudança gradual, com uma presença crescente de mulheres solteiras no partido. Além disso o percentual de mulheres divorciadas também subiu de forma modesta, de 7,01% para 7,71%. Em contrapartida, a presença de mulheres viúvas apresentou uma leve redução ao longo do período.

Comparativamente houve redução na proporção de homens casados filiados ao MDB, que caiu de 52,57% em 2016 para 46,55% em 2024, enquanto o percentual de homens solteiros aumentou de 39,34% para 45,24%. Isso indica uma mudança no perfil masculino do partido, mas, ainda aponta que mulheres casadas tem maiores desafios em sua participação política.

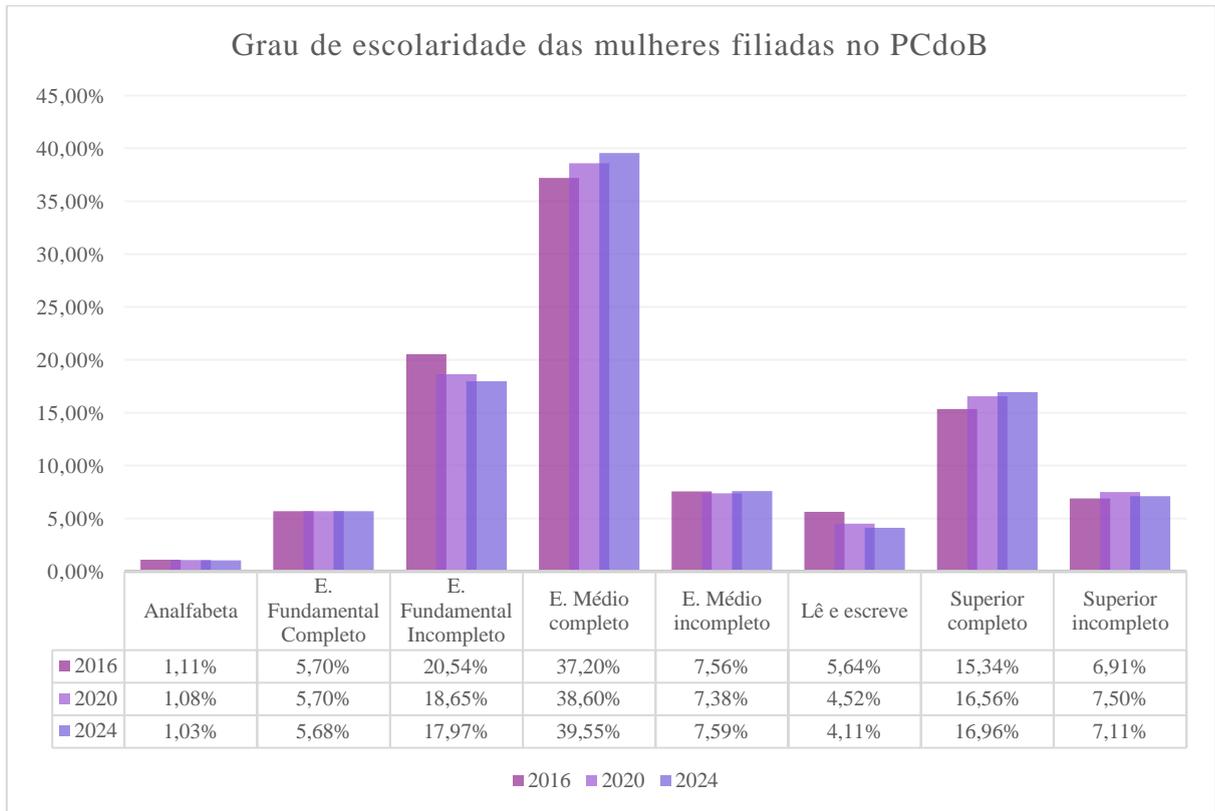
Após analisar o estado civil das filiadas, é crucial considerar o grau de escolaridade como uma variável que impacta diretamente a participação política das mulheres. A educação molda a formação de identidade, opiniões e habilidades políticas e pode ser um fator importante na ocupação de cargos dentro dos partidos. A seguir, analisaremos o grau de escolaridade das mulheres filiadas ao PT, Pcdob e MDB.

**Gráfico 8 – Grau de escolaridade das mulheres filiadas no PT**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de perfil da filiação partidária da eleição por grau de escolaridade (PT), Brasil, 2024i.

O gráfico 8 indica melhoria nos indicadores educacionais das filiadas ao PT entre 2016 e 2024. Observa-se uma redução no analfabetismo e no percentual de filiadas com ensino fundamental incompleto, refletindo o impacto de políticas públicas externas à educação básica. O aumento de filiadas com ensino médio completo sugere avanços na qualificação profissional.

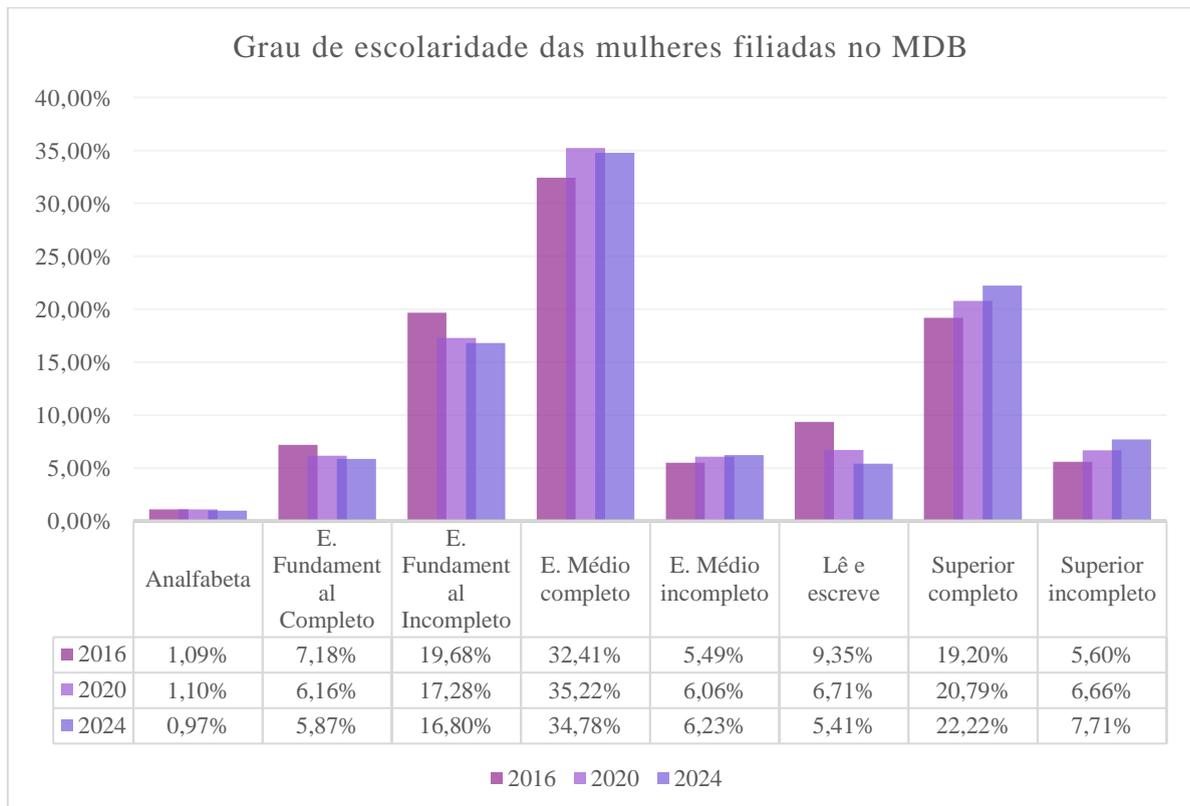
Houve uma queda no número de filiadas com ensino superior completo e estabilidade com ensino superior incompleto, possivelmente influenciadas por desafios no acesso e permanência no ensino superior, efeitos da pandemia e cortes na educação pública. O perfil educacional heterogêneo revela que o PT possui um alcance em diferentes camadas sociais, mas que sua base é composta em sua maioria por mulheres com ensino educacional completo seja médio ou superior.

**Gráfico 9 – Grau de escolaridade das mulheres filiadas no Pcdob**

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de perfil da filiação partidária da eleição por grau de escolaridade (PT), Brasil, 2024j.

O gráfico 9 apresenta uma melhoria gradual nos indicadores educacionais entre as filiadas ao Pcdob, com uma redução consistente no percentual de mulheres sem alfabetização ou com ensino fundamental incompleto entre 2016 e 2024. A categoria de filiadas com ensino médio completo registrou crescimento contínuo, passando de 37,20% em 2016 para 39,55% em 2024, o que reforça o acesso mais amplo à educação secundária.

Observa-se também um aumento entre aqueles com ensino superior completo, que vai de 15,34% para 16,96% no mesmo período. No entanto, a estabilidade na proporção de filiadas com superior incompleto, que subiu apenas de 6,91% para 7,11%, reflete as dificuldades que muitas mulheres ainda enfrentam para concluir o ensino superior. Esse perfil educacional evidencia que o Pcdob atrai mulheres de diversas formações acadêmicas, mas que sua base se concentra majoritariamente entre as filiadas ao ensino médio completo.

**Gráfico 10** – Grau de escolaridade das mulheres filiadas no MDB

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de perfil da filiação partidária da eleição por grau de escolaridade (MDB), Brasil, 2024k.

O gráfico 10 também revela uma melhoria nos indicadores educacionais entre as filiadas do MDB entre 2016 e 2024. Observa-se uma queda de nível no analfabetismo e no ensino fundamental incompleto, enquanto o ensino médio permanece estável. O percentual de filiadas com ensino superior completo cresceu 19,20% para 22,22%, enquanto aquelas com superior incompleto subiram de 5,60% para 7,71%. Em suma, o MDB apresenta um perfil diversificado com filiadas majoritariamente com o ensino médio completo e um aumento entre as filiadas com nível superior.

A análise comparativa das filiadas ao PT, Pcdob e MDB entre 2016 e 2024 revela as dinâmicas que moldam a participação política feminina nesses contextos partidários e a representação política feminina. Esses dados são cruciais para a pesquisa, pois, evidenciam como os indicadores idade, estado civil e grau de escolaridade influenciam a trajetória política das mulheres e suas possibilidades de engajamento nos partidos.

Observa-se que o perfil etário mais maduro do PT e do MDB indica que ambos atraem mulheres em fases da vida com maior estabilidade familiar e profissional. Ambos enfrentam desafios para atrair mulheres jovens, embora já promovam campanhas para reverter esse cenário. Em contrapartida, o Pcdob demonstra uma abertura maior para jovens lideranças

femininas, atraindo mulheres que estão no início de suas carreiras profissionais e políticas e que se identificam com as pautas defendidas pelo partido.

O estado civil também é significativo: em todos os partidos, a participação de mulheres casadas tem diminuído, enquanto a de mulheres solteiras tem aumentado. Esse dado pode sinalizar que mulheres solteiras possuem maior liberdade e disponibilidade para se dedicarem à atividade partidária, enquanto mulheres casadas podem ter mais dificuldades em conciliar a vida pública com os papéis socialmente impostos às mulheres casadas. O partido com maior percentual de mulheres casadas é o MDB e com maior percentual de mulheres solteiras é o PT.

Quanto à escolaridade, os três partidos apresentam melhorias nos índices educacionais de suas filiadas. Todos apresentaram maior concentração de filiadas com ensino médio completo, seguido pelo nível superior, exceto o Pcdob, que possui uma distribuição maior entre o ensino médio completo, seguido de fundamental incompleto. No PT, as filiadas com ensino superior completo representam 20%, mas essa proporção está em queda gradual. Já o MDB apresenta o maior percentual de filiadas com ensino superior completo 22,22% em crescimento, enquanto o número de filiadas com ensino fundamental incompleto está em declínio. O avanço na escolaridade é um desafio comum entre os partidos, com um perfil significativo de mulheres com ensino fundamental incompleto.

A escolaridade exerce um papel político vital na vida das mulheres, pois, por meio da alfabetização, elas conseguem se expressar, acessar informações, desenvolver a imaginação e pensar criticamente de forma autônoma, fortalecendo sua capacidade de enfrentar os desafios do mundo (Bunch, 1979 *apud* Hooks, 2019).

Paulo Freire, renomado educador brasileiro, defende que a educação tem o potencial de transformar não apenas realidades individuais, mas também a sociedade como um todo. No entanto, ele ressalta que a educação deve ir além do modelo “bancário”, caracterizado pela relação hierárquica entre o professor, como detentor do saber, e o aluno, como mero receptor.

Freire (2005) defende uma educação libertadora e crítica, capaz de promover a emancipação política e social, tornando-se uma ferramenta essencial para reivindicar direitos e transformar o mundo – uma perspectiva que explica por que suas ideias são consideradas subversivas por quem defende uma educação baseada no autoritarismo, na manipulação e na manutenção do *status quo*.

Esse perfil das filiadas pode impactar suas chances de concorrer eleitoralmente e fortalecer sua representação política. A análise desses indicadores é fundamental para a próxima etapa: o mapeamento das candidaturas de mulheres negras no PT, Pcdob e MDB em Manaus entre 2016 e 2024.

**Tabela 2** – Mapeamento das candidaturas para vereança em Manaus

Ano	Partido	Candidatos (geral)	Candidatas (geral)	Candidatas negras	Total de candidaturas
2016	PT	31	15	5	46
	PcdoB	34	16	10	50
	MDB	39	16	9	55
2020	PT	43	19	14	62
	PcdoB	36	17	15	53
	MDB	33	15	10	48
2024	PT	12	7	4	19
	PcdoB	5	3	2	8
	MDB	29	13	10	42

Fonte: Elaborado pela autora com base nas estatísticas de candidaturas fornecidas pelo TSE (Brasil), 2024l.

O mapeamento das candidaturas evidencia tendências e mudanças estruturais, especialmente nas eleições de 2024, quando as federações partidárias alteraram significativamente o cenário eleitoral. De acordo com o TSE (Brasil, 2024m), essas federações visam reduzir a fragmentação partidária e alinhar os partidos em torno de agendas programáticas comuns. As federações atuam como uma unidade por pelo menos quatro anos, promovendo maior estabilidade nas alianças do que as coligações tradicionais, que são temporárias. A exemplo disso, se um candidato eleito pela federação se desfiliar sem justa causa, ele perde o mandato (Brasil, 2024m).

Nas eleições de 2024, as federações registradas pelo TSE foram: “Fé Brasil” (PT, PCdoB e PV), “PSDB Cidadania” (PSDB e Cidadania) e “PSOL REDE” (PSOL e Rede Sustentabilidade), impactando o número de candidaturas. Essa estrutura levou os partidos a reduzirem candidaturas, priorizando as mais competitivas. O PT, por exemplo, passou de 62 candidaturas em 2020 para 19 em 2024; o PcdoB, de 50 em 2016 para apenas 8 em 2024. O MDB, que não participou de federações, também reduziu suas candidaturas, passando de 55 em 2016 para 42 em 2024.

Segundo o Alves, Ribeiro e Faustino (2024) o papel das federações partidárias na promoção da participação feminina foi muito relevante. A federação “Fé Brasil” apresentou percentuais reduzidos de desrespeito à cota de mulheres em comparação aos partidos isolados. Por exemplo, essa federação registrou 1,02% de desrespeito, enquanto o PT, o PcdoB e o PV, analisados individualmente, apresentaram 2,41%, 2,02% e 2,94%, respectivamente. Esses dados sugerem que a colaboração entre partidos em federações fortalece o cumprimento da

legislação eleitoral e estimula a inclusão de mulheres na política (Alves; Ribeiro e Faustino, 2024).

A Tabela 2 mostra que, apesar da redução geral de candidaturas, a representação feminina e negra foi mantida proporcionalmente. Nos anos anteriores às federações, especialmente em 2016 e 2020, houve aumento nas candidaturas de mulheres negras, que pode ser resultado da pressão pública por mais mulheres negras na política, dos incentivos estabelecidos pelo TSE e até por um compromisso crescente de alguns partidos com a diversidade na política.

O aumento de candidaturas femininas e negras é essencial para democratizar as decisões políticas, sobretudo de mulheres negras comprometidas com demandas de grupos historicamente minorizados e sub-representados. Embora o número de filiações e candidaturas femininas tenha crescido, as mulheres negras continuam sub-representadas, evidenciando não apenas as limitações da cota de 30% – que, por si, não tem garantido maior presença feminina nas casas legislativas –, mas também os obstáculos institucionais e sociais e as barreiras legitimadas, como as anistias a partidos que descumprem as ações afirmativas, a violência política de gênero e raça, o racismo e o machismo que moldam todas essas relações e as relações econômicas.

Conforme levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) (2024a), mais da metade das candidaturas em 2024 (52,73%) foram de pessoas negras. Esse percentual resulta não de um aumento de candidaturas negras, mas da redução de candidaturas de pessoas brancas. Partidos de esquerda apresentaram a maior proporção de candidaturas negras (57%), enquanto partidos de direita ficaram com a menor proporção (51,02%). Nacionalmente, o Pcdob, foi o partido com maior registro de candidaturas negras, enquanto o MDB foi o que mais elegeu mulheres e pessoas negras.

Na análise prévia do INESC (2024b) sobre o perfil dos eleitos (as) no 1º turno das eleições, as mulheres representaram 17,9% dos eleitos para todos os cargos em 2024, marcando um aumento contínuo: 2,2% em relação a 2020 (15,7%) e 4,5% em relação a 2016 (13,4%). Para cada 4 candidatos brancos, 1 foi eleito; para cada 6 candidatos negros, 1 foi eleito; e para cada 12 mulheres, 1 foi eleita. A proporção é ainda menor para mulheres negras: para cada 4 mulheres pardas, 1 foi eleita, enquanto para cada 26 mulheres pretas, 1 foi eleita. Em Manaus, em 2024, o MDB elegeu apenas homens (3), o PT elegeu 1 homem, e o Pcdob não elegeu ninguém.

A sub-representação de mulheres negras se agrava com a aprovação de anistias para partidos que descumprem o investimento mínimo em candidaturas de mulheres e pessoas

negras. Partidos de direita e esquerda uniram-se e garantiram não apenas o perdão pelo descumprimento, como as sanções que poderiam vir da Justiça Eleitoral, enfraquecendo as ações afirmativas na política. Segundo Nogueira, Maruci e Astrolábio (2022), desde 2015, quatro anistias foram aprovadas.

**Figura 1** – Linha do tempo das anistias concedidas aos partidos políticos no Brasil



Fonte: Nogueira, Maruci e Astrolábio, 2022.

De acordo com Nogueira, Maruci e Astrolábio (2022), a “Lei de Cotas” (Lei. 9.100/1995), de autoria de Marta Suplicy, foi um marco inicial para a inserção de mulheres na política, ao estabelecer a reserva de 20% das candidaturas por partido para mulheres nas eleições municipais. Em 1997, a Lei 9.504 ampliou essa reserva para 30%, incluindo também as esferas estadual e federal (exceto o Senado). Contudo, partidos políticos alegavam que reservavam as vagas, mas que faltavam candidatas para preenchê-las. Com a Lei 12.034/2009, o preenchimento dos 30% tornou-se obrigatório. Em 2014, o Judiciário passou a assegurar esse cumprimento, determinando que, se o percentual mínimo não fosse atingido, as candidaturas do sexo que excedesse 70% deveriam ser excluídas.

A obrigatoriedade de preenchimento também foi burlada pelos partidos que recorreram, às candidaturas fictícias ou “laranjas”. Para não renunciarem às candidaturas masculinas, partidos registram mulheres como candidatas apenas para cumprir a cota, sem oferecer apoio real às campanhas. Esse crime vem sendo amplamente combatido pelo TSE, que, para as eleições de 2024, implementou medidas rigorosas para coibir essa prática. Entre elas, considera-se fraude eleitoral candidatas com votação zerada ou pífia (independente do motivo), prestação de contas sem movimentação financeira ou padronizada e ausência de ações de campanha em benefício próprio. Nesses casos, os votos da legenda podem ser anulados, a bancada eleita cassada, e os envolvidos declarados inelegíveis (Brasil, 2024n).

Para combater as desigualdades enfrentadas por mulheres e pessoas negras – incluindo o boicote intrapartidário –, a legislação estabeleceu uma cota mínima de 30% dos recursos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) e do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC ou Fundo Eleitoral) para candidatas mulheres. Em 2015, a Lei nº 13.165/2015 determinou que ao menos 5% do Fundo Partidário fosse destinado ao incentivo da participação feminina na política.

Desde 2014, quando a coleta de informações de raça dos candidatos passou a ser obrigatória, observou-se um aumento de candidaturas negras. A partir de 2020, os partidos passaram a ser obrigados a destinar proporcionalmente, para candidatura negras, recursos de campanha e tempo de propaganda eleitoral gratuita na TV e no rádio, uma conquista importante dos movimentos negros. Ainda não é possível afirmar se houve aumento real nas candidaturas negras ou apenas uma mudança nas autodeclarações raciais.

Essas medidas representam avanços no combate à sub-representação de mulheres e pessoas negras na política, pressionando dirigentes partidários, políticos e a sociedade a refletirem sobre práticas que afetam diretamente a democracia. A ação do TSE tem sido fundamental, especialmente ao lidar com o racismo institucional e estrutural que permeia a

disputa eleitoral, negando sistematicamente espaços para mulheres e homens negros, bem como para pessoas indígenas e LGBTQIAPN+. Contudo, é necessário cessar as frequentes anistias concedidas aos partidos que violam essas normas, eliminando as brechas que permitem a perpetuação das desigualdades e fortalecimento de privilégios raciais, patriarcais e econômicos no Brasil.

Para avançarmos, é preciso desvelar como as estruturas e dinâmicas internas dos partidos moldam as possibilidades de ação para mulheres negras. Ao explorar as instâncias e espaços de luta, as tensões nas abordagens sobre cisheteropatriarcado – racismo – capitalismo, e as ações voltadas à representatividade, entenderemos mais profundamente como essas engrenagens influenciam sua participação e enfrentamento no cenário político.

## **2.2 Engrenagens: instâncias partidárias e espaços de luta nos partidos**

*A política não se situa no polo oposto ao de nossa vida.  
Desejemos ou não, ela permeia nossa existência,  
insinuando-se nos espaços mais íntimos.*

*(Ângela Davis – Mulheres, Cultura e Política, 2017)*

O funcionamento dos partidos políticos depende de suas instâncias e dinâmicas internas, que desempenham um papel fundamental na atração de novos membros e na manutenção dos antigos. As instâncias partidárias, como diretórios, comitês, secretarias e núcleos, são espaços de poder e disputa, influenciando quais pautas devem ser debatidas e quais serão priorizadas. Para mulheres negras, acessar e transformar esses espaços, tornando-os mais acolhedores, significa enfrentar estruturas marcadas pelo racismo e machismo. Nesse sentido, compreender as engrenagens partidárias é essencial para desvendar os desafios e delinear estratégias que rompam com práticas excludentes, promovendo uma política verdadeiramente democrática, diversa e inclusiva.

Os partidos são organizados em diferentes instâncias, que variam conforme o estatuto de cada sigla. Geralmente, essas instâncias incluem diretórios nacionais, estaduais e municipais, comissões executivas, secretarias especializadas e núcleos temáticos. Cada instância, possui funções específicas, que vão desde a elaboração de programas partidários e estratégias eleitorais até a mobilização de militantes e a organização de campanhas eleitorais. A composição e o funcionamento dessas instâncias refletem os princípios ideológicos de cada partido e determinam suas práticas de poder e de representação.

De acordo com o artigo 1º do estatuto do PT (PT, 2017, p. 3), o partido se propõe a:

a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

O partido desenvolve suas políticas por meio de debates realizados em encontros e congressos. Os encontros decidem as diretrizes de curto e médio prazo, enquanto os congressos tomam decisões estratégicas de longo prazo, definindo o rumo e as perspectivas do partido. O PT é conhecido por ser um partido de tendências, ou seja, grupos internos formados por filiados e filiadas que abordam visões políticas específicas. Essas tendências têm como objetivo, segundo o site oficial do partido, estimular a pluralidade política e ideológica do partido, respeitando as resoluções do partido e prezando pela unidade partidária.

Em nível nacional, o partido se organiza por meio das seguintes instâncias e órgãos:

**Figura 2** – Organograma das instâncias e órgãos do PT em nível nacional

<b>Nível Nacional</b>	<b>INSTÂNCIAS</b>
	I - Congresso Nacional
	II - Encontro Nacional
	III - Diretório Nacional
	IV- Comissão Executiva Nacional
	V - Setoriais Nacionais
	VI - Juventudo do PT
	<b>ORGÃOS</b>
	I - Bancadas Parlamentares
	II - Conselho Fiscal Nacional
	III - Comissão de Ética Nacional
	IV - Ouvidoria Nacional
	V - Conselho de Assuntos Disciplinares
	VI - Fundação Perseu Abramo
VII - Macrorregiões Nacionais	
VIII - Escola Nacional de Formação	

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do estatuto do PT (2017), 2024.

Essa estrutura desempenha um papel essencial na articulação de políticas e no engajamento com diversos setores da sociedade. Complementando essas ações, a Fundação Perseu Abramo e a Escola Nacional de Formação, têm funções estratégicas: fortalecer a formação política contínua, em sintonia com as diretrizes do partido, e contribuir para a mobilização e capacitação de quadros políticos e da sociedade.

No entanto, Zeferina, entrevistada 1 do PT, destaca uma lacuna crítica: a falta de formação política oferecida aos novos filiados. Ela afirma: “*Eu não tive formação política e*

*isso é uma reclamação de todos os partidos. A gente entra, se filia, muito naquela perspectiva do partido [...] Não há essa formação nem a nível local e nem a nível nacional”*. A entrevistada afirma que há resistência dentro do partido em abordar temáticas sobre relações de gênero e raça e com frequência as lideranças precisam se impor para serem ouvidas, o que é cansativo:

Sim, eu acho, por exemplo, que as nossas lideranças se impõem, né, e que é cansativo também, né, sejamos sinceras, mesmo assim, nossas lideranças ainda se impõem, então conseguem dar um auê no partido, então, por exemplo, nem uma mesa é pensada sem uma presença negra ou feminina, mas, assim, ainda tem muitos outros grupos que são parados.

Apesar dos avanços, como a paridade de gênero (50% homens e 50% mulheres) estabelecida no estatuto para as direções em todas as esferas do partido, Zeferina, entrevistada 1 do PT, ressalta que essa obrigatoriedade precisa ser renovada de maneira consistente em todos os níveis do partido, especialmente no Amazonas e em Manaus.

Para a entrevistada, é fundamental que essas práticas transcendam o discurso e o preenchimento simbólico de representatividade, que muitas vezes se limitam a atender cotas em eventos para aparentar inclusão. Atualmente, as classificações étnico-raciais previstas no estatuto exigem no mínimo 20% de presença negra nas direções partidárias, mas a entrevistada enfatizou que esse percentual deve ser ampliado e consolidado em práticas que assegurem a participação real dessas lideranças:

Uma das coisas que a gente vai propor, é que, por exemplo, a gente tenha, pelo menos, uma questão de porcentagem de presenças negras dentro da nossa direção, porque, senão, a gente não consegue avançar na concretude dessas coisas. Por exemplo, a gente tem uma cota de juventude, tem uma cota de mulheres dentro da nossa direção, juventude é 30%, de mulheres, tem que ter a paridade, né, e de presença negra, então, assim, é algo que a gente precisa avançar, então, a prática, que são as constituições institucionais, é isso que a gente precisa confrontar, né, então, assim, não apenas num discurso, não apenas numa composição de mesa, mas acho que a gente tem que pensar além, a própria institucionalidade do partido que tem que ter a presença negra (Zeferina, entrevistada 1 do PT).

Nesse contexto, a entrevistada defende que a formação política se torne obrigatória e seja realizada por setores como os de Negritude e LGBTQIAPN+.

Então, se a gente não colocar isso como regra, que pra você se filiar ao partido você precisa passar por uma formação conduzida por uma setorial de negritude, LGBTQIAPN+, a gente vai continuar tendo as fraudes dentro dos nossos processos políticos. Não há essa formação nem a nível local e nem a nível nacional, por isso eu prego sobre essa autonomia, porque senão, se a gente não tiver essa autonomia, nas setoriais ou então nas secretarias, a gente sempre vai estar subjugado, por exemplo, as leis partidárias. E em vários momentos a gente precisa propor que essa leis sejam refeitas, justamente porque a condição partidária está todo tempo mudando.

Gramsci (1925) enfatizou a necessidade de constante aprimoramento intelectual da militância, especialmente em contextos políticos instáveis. Ele defende que a entrada de novos militantes no partido seja realizada de forma cuidadosa e acompanhada de uma formação política que os capacite para compreender a conjuntura e mobilizar a classe trabalhadora de maneira eficaz. Assim, evita-se a fragmentação interna e preservam-se os princípios fundamentais do partido.

Essa perspectiva destaca a importância de partidos de esquerda, como o PT, investirem seriamente na formação política dos militantes, preparando-os para enfrentar os desafios contemporâneos sem perder de vista seus objetivos fundamentais. Essa visão teórica também se reflete na estrutura do partido em nível municipal, organizado por meio das seguintes instâncias e órgãos:

**Figura 3** – Organograma das instâncias e órgãos do PT em nível municipal

<b>Nível Municipal</b>	<b>INSTÂNCIAS</b>
	I - Encontro Municipal
	II - Diretório Municipal
	III - Comissão Executiva Municipal
	IV- Encontro Zonal, onde houver
	V - Diretório Zonal, onde houver
	VI Comissão Executiva Zonal, onde houver
	VII - Núcleos de Base
	VIII - Setoriais
	IX - Juventude do PT
	<b>ORGÃOS</b>
	I - Bancada de Vereadores
	II - Conselho Fiscal
	III - Comissão de Ética

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do estatuto do PT (PT, 2017), 2024.

Zeferina, entrevistada 1 do PT, destaca que as secretarias, especialmente as de Mulheres, desempenham um papel crucial na unificação das mulheres dentro do partido, mesmo diante das divergências entre as tendências. Ela reflete:

Eu acho que as mulheres conseguem ter uma maturidade maior, justamente para entender que são mulheres, que a prática política das mulheres deve ser, pelo menos, diferenciada. Estou dizendo que, muitas vezes, a gente não consegue, porque, às vezes, a gente vai mesmo para o confronto, digamos assim, porque as nossas tendências acabam nos forçando a isso, né? Mas eu acho que a gente tem essa ciência, e pelo fato de a gente ter essa ciência, eu acho que a gente já consegue trabalhar muito mais como coletivo.

Conforme hooks (2019) o sexismo, tanto entre homens e mulheres quanto entre as próprias mulheres, gera dinâmicas de dominação e hostilidade. Ela observa que os valores

patriarcais ensinam às mulheres a competirem entre si e a se sentirem ameaçadas, o que perpetua divisões e desconfiança. Entretanto, o relato da entrevistada ilustra como as mulheres do PT em Manaus têm superado essa lógica, desenvolvendo uma consciência coletiva que desafia essa competitividade imposta pelo sexismo presente nas estruturas partidárias e na sociedade. Mesmo enfrentando desafios entre as tendências políticas, essas mulheres atuam de forma solidária, priorizando a coletividade.

Essa unidade entre as mulheres trouxe conquistas importantes, como uma sala para a Secretaria de Mulheres na sede do partido em Manaus. Alexandrina<sup>19</sup>, entrevistada 2 do PT, reforça o impacto dessa organização. Ela afirma:

A gente se encontra sempre na secretaria de mulheres. É onde me sinto bem. É onde me sinto acolhida. Pode ter o maior pau por espaço, eu não consigo brigar porque aqui fora é tão difícil. Aqui no movimento social é tão duro que eu vejo e fico pensando ‘o que é isso diante do que eu vivo? [...] não me abala[...] a gente não quer ter espaço. A gente quer estar junto no dia de comemoração e em qualquer momento que for.

Outra conquista valiosa dessa unidade está nas decisões congressuais e nos encontros petistas, que levam em conta o bem-estar de todas as mulheres, transcendendo as divisões internas. Zeferina, entrevistada 1 do PT, explica que, embora as divergências entre tendências sejam intensas a ponto de gerar boicotes de eventos organizados por determinados grupos, esse tipo de comportamento raramente se manifesta entre as mulheres. Como ela ressalta:

Sob uma ótica de feminismo, uma ótica de coletivo, a gente passa por cima disso, por exemplo, para pensar uma política mesmo de feminismo na nossa prática. Então, eu acho que, assim, isso mudou minha visão, por exemplo, sobre o coletivo de mulheres.

Hooks (2019) enfatiza que, para construir um movimento feminista sólido, é essencial que as mulheres desaprendam as lições do patriarcado, que promovem a desconfiança e a rivalidade. A autora afirma que a transformação social como um todo requer uma frente unida e destaca que “a solidariedade fortalece a luta de resistência [...] cabe às mulheres tomarem a iniciativa e demonstrarem o poder da solidariedade” (p. 80). A experiência das mulheres petistas em Manaus demonstra esse avanço, evidenciando que, mesmo em ambientes desafiadores, é possível construir uma política feminista baseada na irmandade e na força coletiva.

Após explorar a estrutura interna e as dinâmicas das mulheres no PT, voltamos nosso olhar para o Pcdob. De acordo com o art. 1º do estatuto do partido (Pcdob, 2022), a agremiação:

Luta contra a exploração e opressão capitalista e imperialista. Visa à conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem como objetivo superior o comunismo. Afirmando a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, almeja retomar um novo ciclo de luta pelos ideais socialistas,

<sup>19</sup> Entrevista presencial concedida no dia 4 de abril de 2024.

renovados com os ensinamentos da experiência socialista do século XX, e desenvolvidos para atender à realidade do nosso tempo e às exigências de nosso país e nossa gente. Ao mesmo tempo, no espírito do internacionalismo proletário, apoia a luta anti-imperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial.

O Pcdob segue a tradição marxista-leninista e adota o princípio do centralismo democrático. Diferente do PT, que permite tendências, o Pcdob proíbe grupos organizados fora da estrutura formal do partido. Esse princípio centraliza as ações em um único órgão dirigente: O Congresso do Partido, entre congressos, o Comitê Central, garantindo a coesão política e ideológica (Pcdob, 2022).

Conforme a resolução do III Congresso da Internacional Comunista (1921), no que diz respeito a estrutura, os métodos e a ação dos Partidos Comunistas, o centralismo democrático não deve ser burocrático ou autoritário; seu objetivo é coordenar a luta proletária de forma democrática e eficiente, promovendo uma liderança forte e adaptável.

O Congresso é a instância máxima e mais democrática do partido. Suas decisões são obrigatórias para todo o conjunto da militância e só podem ser alteradas por outro Congresso. O Comitê Central é o principal órgão dirigente, responsável por convocar os congressos e é composto por comissões específicas como a Comissão Política Nacional, a Comissão Executiva Nacional, as Bancadas Parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado federal e a Comissão de Controle (Pcdob, 2022). A estrutura do Pcdob é dividida em três níveis principais: instâncias e organismos superiores, intermediários e distritais e de base.

**Figura 4 – Organograma das instâncias e organismos de direção do PCdoB**

<b>Instâncias e organismos do PCdoB</b>	<b>SUPERIORES</b>
	I - Congresso do Partido e Comitê Central
	II - Convenção Eleitoral Nacional
	<b>INTERMEDIÁRIA</b>
	I - Conferências Estaduais e a do Distrito Federal (DF)
	II - Comitês Estaduais e o Comitê do DF
	III - Convenções Eleitorais Estaduais e a do DF
	<b>DISTRITAIS E DE BASE</b>
	I - Conferências Municipais e Comitês Municipais
	II - Convenções Eleitorais Municipais
	III - Conferências Distritais e Comitês Distritais
	V - Conferências de Base e Organização de Base

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do estatuto do Pcdob (2022), 2024.

Acotirene, entrevistada 1 do PCdoB, destaca a relevância da Fundação Maurício Grabois (FMG) e a Escola Nacional João Amazonas. A FMG promove o diálogo teórico e cultural marxista por meio de pesquisas, eventos, consultorias, entre outros. A Escola Nacional oferece formação política aos militantes, contribuindo para o fortalecimento do partido. Esperança<sup>20</sup>, entrevistada 2 do PCdoB, reforça a importância de uma estrutura sólida:

é muito importante quando você tem um partido bem estruturado que você consegue primeiro fazer um planejamento e ter formações mais precisa. Porque uma coisa é você ler a lei, outra é interpretar e aplicar na prática.

Dessa forma, as entrevistadas reforçam que o partido cumpre seu papel como uma escola de trabalho do marxismo revolucionário, estreitando os laços entre seus membros. Tanto Acotirene quanto Esperança ressaltam a relevância de organizações de base com a União Brasileira de Mulheres (UBM), a União da Juventude Socialista (UJS) e a União das Negras e Negros pela Igualdade (Unegro).

A UBM luta pela emancipação feminina com uma perspectiva feminista e marxista. A UJS luta pelos direitos e interesses das juventudes e têm forte atuação nos movimentos estudantis secundaristas e universitários. A Unegro combate ao racismo e as desigualdades de gênero e classes. Essas organizações são essenciais para mobilizar uma base e promover políticas inclusivas.

A luta das mulheres é prioridade no partido, como afirmado no estatuto. A UBM de maneira muito similar ao que ao consta Resolução do III Congresso da Internacional Comunista (1921), entende que não há emancipação do proletariado sem a participação ativa das mulheres, e que a verdadeira liberdade só será possível com o fim da dominação capitalista e da propriedade privada. O estatuto também destaca a importância da juventude como um pilar fundamental, reforçando seu papel no engajamento e na transformação social e ainda assume compromisso no combate ao racismo envolvendo todos os filiados e filiações na causa, independente da raça/etnia.

Ainda que avanços tenham sido conquistados, Acotirene, entrevistada 1 do PCdoB, confirma que ainda há resistência às pautas de gênero vindas de quem ela denomina de “os tradicionais”, especialmente em instâncias nacionais do partido.

Temos, temos sim. A gente tem. Não dá para não falar sobre isso. Nós temos dificuldades, já tivemos muito mais. Hoje, a gente já finca mais o pé, mas tem resistência. Tem resistência a nível nacional.

---

<sup>20</sup> Entrevista presencial concedida no dia 26 de março de 2024.

Ainda precisa mudar muitas coisas. A gente ainda tem esse pensamento de que a mulher não gosta de política. Esse pensamento, ele acaba refletindo, sim. Até por conta do que a gente que estuda sabe. Essa questão mais estrutural. Esse negócio que é um negócio meio velado. As atitudes, às vezes, é como se fosse natural. [...] Não. Entendeu? e vai falando e a gente vai achando que não dá confiança, mas é um negócio muito sério de ser analisado e de ser percebido. Então, com certeza, existem ainda os resistentes, os tradicionais.

Enquanto o Pcdob estrutura suas ações com base no marxismo-leninismo e no princípio do centralismo democrático, o MDB adota uma abordagem organizacional e ideológica bastante distinta. Fundado em um contexto de resistência à ditadura civil-militar no Brasil, o partido construiu sua identidade valorizando o pluralismo e a moderação, consolidando-se como defensor dos princípios democráticos, enfatizando o equilíbrio político e o respeito aos grupos historicamente minorizados.

Conforme o artigo 2º de seu estatuto (MDB, 2022), o partido compromete-se com a construção de uma nação soberana, socialmente justa e pluralista, na qual a riqueza seja um instrumento para o bem-estar coletivo. Uma característica importante da sigla, é sua abertura para a formação de tendências, algo que o partido considera um símbolo da democracia. Estruturalmente, o MDB é organizado em quatro níveis – Congresso Nacional, Estadual, Municipal e Zonal – e opera por meio de 12 órgãos.

**Figura 5 – Organograma dos níveis e órgãos do MDB**

<b>Níveis e órgãos</b>	<b>NÍVEIS</b>
	I - Congresso Nacional
	II - Estadual
	III - Municipal
	IV - Zonal
	<b>ORGÃOS</b>
	I - Convenções
	II - Diretórios
	III - Comissões Executivas
	IV - Comissões de Ética e Disciplina
	V - Comitês de Gestão
	VI - Comitês Orçamentários
	VII - Comitê Nacional de Auditoria Interna
VIII - Ouvidoria	
IX -MDB Mulher Nacional	
X - Núcelos de Apoio, Cooperação e Ação Partidários Nacionais	
XI - Fundação Ulysses Guimarães	
XIII - Bancadas Parlamentares	

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do estatuto do MDB (2022), 2024.

Assim como os demais partidos estudados nesta pesquisa, o MDB possui uma instituição de formação política, a Fundação Ulysses Guimarães. Além disso, conta com seis núcleos principais: MDB Mulher, Juventude do MDB, MDB Trabalhista, MDB Afro, MDB Socioambiental e Proteção Animal e MDB Diversidade.

A Fundação Ulysses Guimarães, conforme o artigo 54 do estatuto (MDB, 2022), é dedicada ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, doutrinação e educação política. Suas atividades incluem o patrocínio de estudos em ciência política, econômica, social e administração pública, além de promoção de convenções com entidades nacionais e internacionais. A fundação também elabora programas educacionais, organiza eventos como cursos e seminários, realiza pesquisas de opinião para orientar suas iniciativas e desenvolve projetos culturais e pedagógicos voltados para a formação cívica e política.

Os núcleos partidários são elementos essenciais na vida interna do MDB, desempenhando um papel crucial na ampliação do escopo de atuação do partido e no engajamento de diferentes segmentos da sociedade. Instituídos desde os primeiros anos da sigla, na década de 1980, núcleos como o MDB Mulher e o MDB Afro buscam fortalecer a representação política de grupos historicamente minorizados. Embora surjam na mesma década, apenas o MDB Mulher garantiu no estatuto o compromisso público do partido com a promoção da participação de mulheres e o combate à sub-representação. O MDB Afro ainda enfrenta desafios para alcançar um direcionamento mais sólido e institucionalizado.

Antonieta, entrevistada 1 do MDB, observa que, apesar da longa trajetória desses núcleos, na prática, muitos ainda não estão completamente consolidados em Manaus e no Amazonas.

Então, assim, eu vi no MDB esse terreno fértil pra construir algo. Existem os núcleos, né? Como todo partido deve ter, né? Esses núcleos direcionados a pautas femininas, de diversidade, meio ambiente, negros, enfim. Eu vi isso, mas eu não vi muito bem instituído.

A dirigente destacou a importância desses núcleos serem estruturados com o devido cuidado para atender às demandas da população negra, evitando uma abordagem superficial e improvisada. Embora sinta-se acolhida na sigla, Antonieta, entrevistada 1 do MDB, percebe a ausência de uma estrutura institucional sólida para abordar suas pautas, o que muitas vezes a obriga a construir iniciativas intelectuais “do zero” e sem remuneração:

Eu sinto falta de estrutura. Eu tô chegando pra construir, tipo, 'se você quer fazer, vai lá, comece do zero', porque a gente não tem nada pra falar sobre isso, entendeu? Eu vejo que tem aceitação, tem estrutura, mas, assim, institucionalmente, não existe um conteúdo, entendeu? Não existe um legado. Tipo, assim, é como se o MDB não fosse um partido de tradição na pauta negra, não fosse um partido de tradição na pauta de diversidade, de gênero, por exemplo, sei lá. Então, tudo que a gente for fazer agora vai ser construído mesmo.

Ela observa que as discussões sobre patriarcado e racismo quando enfatizadas, são muitas vezes percebidas como “vitimismo”, levando o partido a priorizar abordagens mais palatáveis, como liderança e protagonismo feminino. Conforme afirma:

Olha, eu percebo que dentro do MDB, se a gente fala muito isso, a gente é visto como vitimista. Machismo é pontuado, né? Patriarcado é pontuado. Mas a gente está mais ignorando as pautas negativas e focando ali em pautas como liderança, protagonismo, mulher na política, sabe? Tá tentando ir para um outro tom, porque talvez a gente tenha acessado mulheres com um nível de instrução maior, sabe? (Antonieta, entrevistada 1 do MDB).

Causa estranhamento a reflexão da entrevistada sobre o nível de instrução das mulheres alcançadas pelo partido, afinal, machismo, racismo, sexismo, atingem mulheres de todos os níveis de instrução. Ter nível de instrução maior, não significa habilidade de reconhecer as características sofisticadas do patriarcado – racismo, que são atualizadas constantemente.

A omissão ou diluição de temas como cisheteropatriarcado e racismo em agendas superficiais ou palatáveis cria terreno fértil para a perpetuação de comportamentos machistas, racistas e classistas, como a competição entre mulheres no âmbito estadual do partido, mencionado por Antonieta. Ao priorizar pautas individualistas e evitar enfrentar as raízes das desigualdades, o MDB limita o alcance de suas ações e perpetua a lógica patriarcal e racista que nos ensinou que mulheres são naturalmente rivais e por este motivo são dignas de desconfiança, o que é funcional para os sistemas de dominação-opressão (Arruza, Bhattacharya e Fraser, 2019; hooks, 2019).

A preocupação com a chegada de novas filiadas e militantes negras é evidente em suas reflexões. Antonieta, entrevistada 1 do MDB, vê como prioridade criar uma estrutura acolhedora, que ofereça formação política robusta e suporte institucional. Seu desejo é transformar o MDB em um partido mais acessível e representativo, algo que ela acredita ser fundamental para democratizar o espaço político no Brasil, historicamente dominado pelas classes sociais mais altas.

Então quando eu te coloco que a minha maior pauta, além de lutar pela candidatura é realmente consolidar o partido nesse aspecto educacional, sabe? Como é que eu vou querer que em 2028 outras mulheres venham candidatas se hoje eu não instituir uma base dentro do diretório MDB Mulher, MDB Mulher Afro, sei lá. Se eu não favorecer esse diálogo para essas mulheres [...] Acho que o meu trabalho dentro do partido não é só para fins eleitorais, mas sim para construir algo lá dentro. E eu vejo isso no MDB. A gente precisa tornar o MDB acessível com a cara do povo brasileiro, que durante muito tempo não foi isso.

Essa missão, exige esforços significativos, incluindo o fortalecimento da Fundação, que, segundo a entrevistada deve proporcionar formações de letramento racial. No entanto, ela

ressalta que isso precisa ser um compromisso de todo o partido, e não apenas uma responsabilidade do MDB Afro.

Se a gente conseguir colocar na Fundação Ulisses Guimarães esse curso de letramento racial, você não tenha dúvidas que eu vou ser a primeira pessoa que vai se inscrever. Só que assim, eu não sei se essa é a preocupação das outras pessoas (Antonieta, entrevistada 1 do MDB).

Almerinda<sup>21</sup>, entrevistada 2 do MDB, destaca que o partido possui uma visão avançada para a democracia, com o compromisso de valorizar a diversidade. Refletindo sobre a importância dos núcleos partidários, ela comenta:

Logo que eu entrei eu não tinha noção dessas divisões e o porquê delas. Ao estudar mais a fundo todas as pautas e diversidades que a gente tem e a estrutura machista e racista que a gente tem dentro da sociedade, eu vi que é necessário a gente abranger esses temas. Então, só o fato de existir esses núcleos já é uma grande vitória para o partido em si.

A efetividade dos núcleos partidários e das demais instâncias criadas para a inclusão de mulheres, pessoas negras e outros grupos historicamente minorizados depende de uma implementação prática e contínua que transcenda a dimensão formal dos estatutos e se manifeste nas práticas políticas cotidianas do partido. A criação de núcleos e secretarias, isoladamente, não garante a presença de mais mulheres e pessoas negras na política, nem assegura acolhimento institucional ou um compromisso genuíno com uma agenda feminista, antirracista e, nos casos de partidos de viés revolucionário, anticapitalista.

É inegável que esses espaços são importantes, mas sua eficácia requer condições concretas para que as agendas promovidas sejam sustentadas e respeitadas institucionalmente. Além disso, é fundamental que haja representantes comprometidas não apenas com a representatividade, mas, principalmente com o avanço das agendas feministas, antirracistas, pró-direitos humanos, entre outras.

### **2.3 Quem pariu Mateus que o embale? as múltiplas jornadas das mulheres negras**

*O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago.*

*(Silvia Federici – Entrevista Folha de São Paulo, 2019)*

A conciliação entre trabalho remunerado, trabalho doméstico, maternidade, cuidados familiares, e por vezes, manutenção de um relacionamento afetivo, uma vida social ativa e participação da política, impõe às mulheres negras expectativas desumanizantes. Na sociedade

---

<sup>21</sup> Entrevista presencial concedida no dia 16 de abril de 2024.

e na arena política, aquelas que tentam equilibrar essas responsabilidades são frequentemente rotuladas como “guerreiras”, “heroínas”, “mulheres fortes” ou alvo de críticas, acusadas de negligência nas figuras de mães ou esposas por não se dedicarem exclusivamente a essas funções.

Embora os adjetivos pareçam elogiosos ou símbolos de superação, a literatura demonstra que eles reproduzem estereótipos direcionados às mulheres negras (Gonzalez, 2020) ou o que Collins (2019) chama de “imagens de controle”. Essas representações desumanizam essas mulheres e mascaram a sobrecarga física e mental imposta pela (injusta) divisão sexual e racial do trabalho que é funcional às classes dominantes e ao Capital (Saffioti, 2015; Biroli, 2016; Davis, 2016; Gonzalez, 2020; Federici, 2021). Essa rotina exaustiva, enraizada nas dinâmicas estruturais do cisheteropatriarcado e do racismo, limita severamente a participação das mulheres negras na política, perpetuando desigualdades históricas e estruturais.

Gonzalez (2020) argumenta que a divisão sexual e racial do trabalho submete as mulheres negras a uma tripla discriminação – de gênero, raça e classe. Esses sistemas, que defendemos aqui como indissociáveis, relegam essas mulheres a uma posição de subalternidade, restringindo sua mobilidade social e política. O cotidiano das mulheres negras, descrito pela autora, evidencia como essa sobrecarga se manifesta. Antes mesmo de iniciar sua jornada no trabalho remunerado, uma parte significativa dessas mulheres precisa realizar uma série de atividades:

Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos) [...] E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam um comportamento “desajustado” que os torna “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar” (Gonzalez, 2020, p. 58-59).

Essa descrição ilustra como o trabalho não remunerado e invisibilizado afeta a vida das mulheres negras de maneira desproporcional, sustentando as bases do Capital enquanto restringe sua participação na esfera pública. Enquanto historicamente as mulheres assumem a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidado, os homens, sobretudo brancos, dispõem de tempo e disposição para se dedicarem as suas carreiras profissionais e políticas. Esse desequilíbrio reflete a sub-representação de mulheres negras nos espaços de poder.

Biroli (2016) destaca que a divisão sexual e racial do trabalho compromete o acesso das mulheres a tempo, recursos e autonomia, dificultando a concretização de sua cidadania plena.

Segundo a autora, essa estrutura desigual limita as oportunidades das mulheres de influenciar debates públicos e decisões políticas que impactam diretamente suas vidas. Essa dinâmica coloca as mulheres negras diante de um sistema político que não apenas ignora suas demandas, mas frequentemente as exclui.

A estrutura da política institucional e as dinâmicas partidárias parecem planejadas para perpetuar desigualdades estruturais, restringindo a atuação dessas mulheres e desconsiderando suas necessidades específicas. Nesse contexto, Esperança, entrevistada 2 do Pcdob, observa criticamente:

Como você quer ter mais mulheres participando, se nem o tal do espaço kids o partido tem? Você entra nos partidos não tem espaço kids. Não é um espaço para mulheres e crianças e sociedade em geral. Não tem nem rampa; imagina um pula-pula para uma criança se entreter. Então, mulheres, meninas, juventudes, são compostos de certas dinâmicas e esses partidos não compõem isso. **Parecem grandes escritórios que não comportam seus filiados e simpatizantes.** Então é reprodução de violência atrás de violência (grifo nosso).

Essa reflexão evidencia a maneira como o desenho dos espaços partidários exclui, de forma sistemática, aqueles que não se enquadram no modelo tradicional de político, frequentemente masculinos, adultos e autossuficientes. A ausência de infraestrutura básica, como espaços para crianças, não apenas invisibiliza a participação de mulheres mães, mas também reforça um sistema excludente que negligencia a diversidade das experiências humanas.

De modo semelhante, Zeferina, entrevistada 1 do PT, descreve os desafios enfrentados no partido, destacando como a estrutura física e cultural do partido dificulta a inclusão de mulheres mães:

O partido não tem pensado sobre isso, sendo bem sincera. Então, se você olhar aqui mesmo, a questão do espaço, não tem espaço para crianças. Começa pela entrada, com uma escada extremamente íngreme. E outra é que quando a gente pensa também nessas questões, por exemplo, a criança é sempre vista como um empecilho dentro do partido, por exemplo, ou porque chora, ou porque grita, ou porque está ali interagindo, está agitada, correndo de um lado para o outro.

A fala de Zeferina, entrevistada 1 do PT, ecoa a crítica de Esperança, entrevistada 2 do MDB, ressaltando não apenas a ausência de infraestrutura básica, mas também as barreiras culturais que posicionam crianças como inconveniências em vez de considerar suas presenças como parte natural e legítima da vida social e política.

Antonieta, entrevistada 1 do MDB, reforça essa crítica ao afirmar que a questão é invisibilizada nos partidos, inclusive no MDB. Segundo ela, o partido opera com a suposição

de que seus membros já dispõem de redes de apoio financeira e familiar, tornando a pauta irrelevante dentro da estrutura partidária. Em suas palavras:

O diretório do MDB é muito centrado em pessoas que já estão hoje, então são pessoas empregadas, que na realidade também são funcionárias públicas, então, honestamente, tem sido tranquilo do ponto de vista de estrutura. Eu tenho a minha profissão e a minha rede de apoio, dividir a vida com o pai da minha filha, que é meu marido, também me dá essa tranquilidade, eu tenho meus pais morando próximo. Eu não consigo te responder sendo justa com isso porque **eu sou uma mulher muito privilegiada** [...] eu não vou ser hipócrita, está difícil, mas, é algo muito mais organizacional meu, sabe? [...] eu não vejo grandes dificuldades e falta de apoio, porque eu não preciso desse apoio necessário do partido, mas sei que outras precisam [...] não é uma pauta para o MDB, não é um problema, é invisível [...] isso não é uma questão para eles, porque eu acho que nunca teve essa busca, **acho que eles estão sempre esperando pessoas que... tipo ‘não vou atender aqui um representante popular que é feirante’,** entende? (grifo nosso).

Ao analisar a fala de Antonieta, entrevistada 1 do MDB, fica evidente que o partido prioriza um perfil de candidato que já dispõe de certos recursos – econômicos, sociais e familiares – que deveriam ser direitos básicos garantidos a todas as pessoas. Contudo, no contexto de escassez promovido por um sistema desigual, esses recursos tornam-se privilégios. Pessoas negras, frequentemente, referem-se ao ato de usufruir de determinados direitos como um privilégio, e não como uma vantagem, caindo assim em armadilhas racistas do colorismo, como aponta Borges (2018).

Nesse ponto, é essencial diferenciar privilégios de vantagens dentro de sistemas de opressão, como argumenta Borges (2018). Privilégios, segundo a autora, são coletivos e sistêmicos, representando uma estrutura de poder que beneficia determinados grupos, como exemplificado pelo conceito de branquitude. Já vantagens possuem um viés mais individual e situacional, derivando do contexto de desigualdades e exclusões.

Ao refletirmos sobre a fala de Antonieta, entrevistada 1 do MDB, percebemos que os partidos reproduzem uma estrutura que exige não apenas privilégios sistêmicos, mas também vantagens individuais para que seus membros possam participar plenamente. O resultado é a exclusão de sujeitos como o “representante popular que é feirante”, mencionada por ela ou da mulher negra, mãe e trabalhadora que não dispõe dessas vantagens individuais em um cenário político profundamente desigual.

As falas de Esperança (PcdoB), Zeferina (PT) e Antonieta (MDB) revelam como a invisibilidade dessa pauta não é apenas um descuido, mas parte de uma lógica estrutural que exclui aqueles que fogem ao perfil idealizado pelos partidos. Ao desconsiderar a complexidade das realidades enfrentadas pela maioria da população brasileira, as estruturas partidárias

reafirmam hierarquias de gênero, raça e classe, consolidando barreiras de acesso à política institucional.

Sobre a rede de apoio e as dificuldades enfrentadas por mulheres e mães brasileira, Antonieta, entrevistada 1 do MDB, evidencia que sua voz não é levantada apenas por ela, mas pelas candidatas que precisam abdicar da vida para cuidar dos filhos. Ela exemplifica:

existem muitas mulheres que estão candidatas que tem filhos com deficiência, que vive do Benefício de Prestação Continuada (BPC) desses filhos porque não pode trabalhar para se dedicar à criança [...] se eu precisasse abrir mão hoje da minha vida, da minha carreira para cuidar de um filho com deficiência, por exemplo, para mim seria frustrante no ponto de vista profissional, mas seria uma escolha que eu ia fazer para cuidar desse filho. Mas assim, com a consciência de que eu estaria muito bem amparada.

Mesmo quando as mulheres superam os obstáculos que envolvem a vida doméstica, como relatado por Gonzalez (2020), e cumprem uma série de tarefas para se fazerem presentes nos espaços partidários, ainda enfrentam machismo, racismo e falta de empatia. Antonieta, entrevistada 1 do MDB, compartilha um episódio marcante em que precisou revidar a fala de um candidato que chamou as mulheres de “arregonas” por desistirem das campanhas, sem que o contexto dessas desistências fosse considerado:

eu me levantei, educadamente, e pontuei que era um sábado de manhã. Disse a ele que, para estar ali, precisei deixar minha filha bem alimentada, higienizada, e assistida por alguém de confiança. Já ele, com certeza, porque eu o conheço, só precisou levantar, tomar café e sair de casa, deixando os filhos com a esposa.

A ausência de apoio estrutural dos partidos, das pessoas filiadas e, muitas vezes, da própria rede familiar, leva inúmeras mulheres a renunciarem à vida pública. Alexandrina, entrevistada 2 do PT, lembrou como a divisão entre a militância e a vida pessoal a fez reconsiderar suas prioridades. Apesar do apoio irrestrito do esposo, ela descobriu que não conseguiria conciliar todas as esferas de sua vida e decidiu reduzir sua política de atuação para se dedicar aos filhos: *“filho é algo positivo também de se dedicar. E eu me dedicava a eles, não tinha como [fazer diferente]”*.

No contexto amazônico, onde as comunidades são distantes e campanhas são feitas viajando por rios e lagos e pouquíssimas estradas, Antonieta, entrevistada 1 do MDB, relata os desafios de ser mãe e candidata:

é impossível sair às 5 horas da manhã para fazer campanha e voltar às 22 horas sem me sentir **a pior mãe do mundo**. Se eu consigo, é porque sou privilegiadíssima: tenho uma rede de apoio incrível, babá, tudo de que preciso. Só vou ter a **culpa** de estar distante da minha filha, que é uma culpa que não tem dinheiro que vai tirar de mim. Mas eu tenho certeza de que outra mãe, com outra realidade, uma mãe solo, uma mãe com uma criança com deficiência, não vai ter essa habilidade, não vai ter essa

segurança, não vai ter esse privilégio mesmo, porque é uma **desestrutura muito grande** (grifo nosso).

Para melhor compreensão do contexto, é necessário destacar que o Amazonas é o maior estado do Brasil em extensão territorial, superando a área de alguns países combinados. Lima (2023), ao comparar o território amazonense com países europeus, calculou que o estado possui uma área equivalente a uma Alemanha e duas Ucrânias somadas.

O estado faz fronteira com cinco estados brasileiros (Roraima, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre) e três países (Venezuela, Colômbia e Peru), compondo a chamada tríplice fronteira. Conforme o IBGE (2022) a Amazônia Legal abrange nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão), correspondendo a 49,3% do território nacional. Além disso o rio Amazonas, maior bacia hidrográfica do mundo em volume e extensão, atravessa oito países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname) e parte da Guiana Francesa.

Os desafios para o fazer político na Amazônia e, especialmente, no Amazonas, extrapolam questões de violência política e desigualdades estruturais, incluindo também a dispersão geográfica dos municípios – 62 no total. A logística de deslocamento é predominantemente fluvial, pelos rios e lagos da região, e enfrenta condições adversas relacionadas ao bioma, como enchentes (cheia) e vazantes (seca).

Em comunidades que ficam em municípios mais distantes da capital, como Santa Izabel do Rio Negro, a precariedade da internet transforma uma conversa por aplicativo, que poderia durar minutos, em uma troca de mensagens ao longo de dias. Essa realidade foi vivenciada por nós, durante as campanhas eleitorais de 2020 e 2022. Além disso, alguns territórios só são acessíveis por pequenas aeronaves e helicópteros, cujos voos estão sujeitos a condições climáticas específicas.

Para ilustrar, Ramalho (2023), ao descrever o desafio de coleta de dados do IBGE no território Yanomami, expõe que, após seis meses de operação censitária no Amazonas e em Roraima (RR), apenas 53% das comunidades Yanomami foram recenseadas, sendo a maior parte em RR. O território Yanomami, com 10 milhões de hectares cercados por floresta densa, é frequentemente acessado apenas por aeronaves que pousam em clareiras ou pistas improvisadas. Os recenseadores são deixados em polos e se deslocam a pé, caminhando por trilhas pela mata que podem levar mais de 5 horas (Ramalho, 2023).

Portanto, é fundamental considerar que a política praticada na Amazônia, e particularmente no Amazonas, é radicalmente distinta daquela exercida em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, que frequentemente servem de referência nacional tanto na elaboração

de políticas públicas quanto nas decisões partidárias que determinam os repasses financeiros para mobilização partidária nos estados e municípios.

Retomando, Antonieta, entrevistada 1 do MDB, oferece pistas importantes sobre as razões que levam muitas mulheres a desistirem de suas candidaturas. Ela aponta que, sem estrutura adequada, a concorrência não é viável. Em uma reunião, ao defender melhores condições para mulheres que não possuem redes de apoio, ela interveio dizendo:

se eu sentir que minha candidatura não está sendo viável, que eu vou ter um prejuízo familiar maior, que não vale a pena arriscar, eu vou desistir, sim. E se quiserem me chamar de arregona, eu vou ser arregona, sim. Só que eu falei isso não por mim, mas pelas outras, porque, como eu te falei, eu estou no lugar dos privilégios, eu tenho uma estrutura. Só que as outras talvez não tenham, entende? E os homens não conseguem enxergar isso.

Silva (2023) defende a urgência de reinventar o processo eleitoral e a política partidária sob as perspectivas de mulheres diversas, especialmente mães. Em sua análise, destaca a relevância do Projeto de Lei (PL) nº 888/ 2021, proposto pela Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL), argumentando que o uso de recursos eleitorais para o cuidado configura uma ação afirmativa inovadora capaz de melhorar as condições de participação femininas nas eleições.

O PL dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário nos gastos com atividades de cuidado nas despesas da campanha, promovendo alterações na Lei das eleições (Lei nº 9.504/ 1997) e na Lei dos Partidos (Lei nº 9.096/1995) (Brasil, 2021b).

A autora enfatiza que um dos maiores obstáculos para que as mulheres conciliem a vida política é a sobrecarga de responsabilidades como cuidadoras, sejam elas mães ou responsáveis por familiares. Embora a legislação reconheça que essa responsabilidade deva ser compartilhada por todos, ela recai desproporcionalmente sobre as mulheres. Silva (2023) denuncia:

É brutal a rotina em que mulheres-mães-candidatas e cuidadoras são submetidas para alcançar a desenvoltura de candidatas que não possuem essa função durante os pleitos: organizar a casa pela madrugada, buscar crianças na escola entre uma atividade e outra e levá-las para as atividades de campanha, além de uma série de outras violências que são até mesmo elogiadas, como se fossem uma escolha e não o reflexo de uma sobrecarga construída para impossibilitar mulheres de ocupar estes lugares.

Reconhecendo a centralidade do cuidado, tanto para quem o recebe quanto para quem o presta, o Brasil avançou na formulação de uma proposta de Política Nacional de Cuidados e de um Plano Nacional de Cuidados. Segundo Laís Abramo, da Secretaria Nacional de Cuidados e Família, no Grupo de Trabalho (GT) Trabalho do G20, o objetivo é incentivar o autocuidado das pessoas que cuidam e promover uma “cultura de corresponsabilidade entre homens e mulheres na família, comunidade, mercado e empresas” (Brasil, 2024o).

O PL nº 5.791/ 2019, que institui a Política Nacional de Cuidados, foi aprovado em dezembro de 2024 e segue para a sanção presidencial. Relatado pelo senador Paulo Paim (PT-Rio Grande do Sul) e aprovado por unanimidade, a política estabelece que o direito ao cuidado inclui o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado. Ele também afirma ser dever dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em corresponsabilidade com as famílias, setor privado e sociedade civil, implementar esse direito. Entre outras medidas, a política prevê remunerações adequadas para trabalhadores do cuidado, combate à precarização, redistribuição do trabalho não remunerado – realizado majoritariamente pelas mulheres – e promoção de uma mudança cultural na organização social do cuidado (Agência Senado, 2024; Brasil, 2019a).

No âmbito partidário, é frequente que casais compartilhem a mesma militância ou núcleo. Contudo, é ainda mais comum que as mulheres (ou terceiros) assumam o cuidado dos filhos e das tarefas domésticas, enquanto os homens se dedicam integralmente às atividades políticas. Zeferina, entrevistada 1 do PT, reflete sobre essa dinâmica desigual, observando que *“a paternidade não é uma prioridade em nenhum partido. É uma condição. Um estágio da vida”*. Ela aponta que mulheres filiadas, especialmente quando são esposas de filiados, são frequentemente reduzidas à posição de “companheira do fulano”, ignorando-se suas lideranças e contribuições políticas:

As mães dentro do partido, é como se elas fossem sempre submissas a características de companheiras também. Então, o ser mãe está sempre acompanhado, por exemplo, ‘ah, ela é mãe’, mas o prestígio maior é do dirigente [homem], né? ‘Ela é companheira de fulano de tal,’ Então, assim, o que eu quero dizer com isso é que ela não é valorizada como uma mãe, por exemplo, como uma militante única, né? ela sempre está ligada a essa figura do companheiro, né? Então, é necessário a gente pensar, por exemplo, também, que muitos companheiros trazem seus filhos para o partido e sempre trazem sua companheira para ficar como babás, então, é isso que a gente tem pensado: qual é a característica da mulher dentro do partido? é ser babá ou, por exemplo, está realmente como uma militante partidária?

Aqui, podemos mobilizar o conceito de “irresponsabilidade privilegiada” de Tronto (2007), que descreve como aqueles que se beneficiam do trabalho de cuidado, realizado por outras pessoas, não reconhecem sua dependência desse serviço. O ato de ignorar o trabalho do cuidado ou naturalizá-lo como dever das mulheres, permite que estes indivíduos utilizem seu tempo e disposição para participar da vida pública, se qualificar profissionalmente, trabalhar de forma remunerada e até mesmo descansar, mantendo seus privilégios e perpetuando desigualdades. No contexto político, essa lógica reflete o ditador popular: “Quem pariu Mateus que o embale” – um pensamento que reforça a exclusão de mulheres e mães dos espaços de poder.

Anda assim, as mulheres desenvolveram estratégias para lidar com essas barreiras. Durante a pandemia de COVID – 19, o trabalho remoto e as plataformas virtuais se tornaram ferramentas essenciais, permitindo maior inclusão de mães e pessoas que cuidam na vida partidária. Segundo Acotirene, entrevistada 1 do PCdoB, essas práticas foram mantidas mesmo após a pandemia, com muitas reuniões acontecendo de forma híbrida (presencial e online). Além disso, em eventos partidários mais longos, é comum a criação de espaços específicos para crianças e o revezamento de responsabilidades entre os participantes para apoiar as mães. A entrevistada descreve:

Nesses momentos, sempre nos preocupamos em criar espaços para crianças e deixar uma porcentagem de pessoas responsáveis por ajudar as mães. Assim, tentamos compreender as necessidades da camarada sem desmerecer aquelas que, por exemplo, dizem: ‘Ah, estou amamentando, então não posso ir’. Hoje, nossas reuniões são mais curtas e dinâmicas, especialmente aos finais de semana, para respeitar essas questões.

Ela destaca que, ao longo de sua trajetória, em determinadas situações a única solução era levar sua filha às reuniões partidárias. Nessas atividades, criou-se um ambiente acolhedor, em que outras mulheres também levavam seus filhos, formando uma rede espontânea de apoio. *“Minha filha, nossas crianças, cresceram assim”*, relembra, mencionando que essas crianças se conheciam e brincavam juntas enquanto as mães participavam das atividades políticas. Como veremos no próximo tópico deste capítulo, essas práticas refletem uma estratégia coletiva construída pelas mulheres para garantir sua permanência nos espaços de decisão, mesmo diante dos desafios estruturais.

Zeferina, entrevistada 1 do PT, chama atenção para outro aspecto importante, mas quase não comentado por quem participa da política partidária, que é a sobrecarga de expectativas colocadas sobre as crianças que são filhas de dirigentes ou lideranças políticas. Ela critica a prática comum de tratar essas crianças como o “futuro do partido”, impondo-lhes um peso desproporcional antes mesmo de terem plena consciência ou autonomia para decidir se desejam ou não fazer parte desse universo. *“É uma sobrecarga que elas não merecem”*, reflete, enfatizando a importância de repensar tais práticas para preservar a infância e evitar a reprodução de dinâmicas opressivas no âmbito político.

Os relatos das representantes políticas e dirigentes partidárias revelaram os enormes desafios enfrentados pelas mães que disputam a política, buscando equilibrar essas atividades com outras esferas de suas vidas. Observa-se que esses obstáculos se manifestam de diversas formas, incluindo a falta de apoio político e familiar, a ausência de infraestrutura para acolher as crianças nos espaços de construção política, as expectativas sociais sobre como criar os filhos e, muitas vezes a sensação de culpa por não “dar conta” de tudo.

Para sobreviverem em um sistema político excludente, as mulheres realizam estratégias baseadas na solidariedade, construindo redes de apoio entre mães, exigindo compromissos partidários e legais para atender a essas demandas e hackeando a política por meio da coletividade. A partir daqui, analisaremos como a coletividade tem se consolidado como um pilar central no enfrentamento aos desafios da política e na construção de práticas transformadoras.

### **CAPÍTULO 3 – MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: desafios e estratégias**

*Quando a mulher negra se movimenta,  
toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela,  
porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde elas se encontram.*

*(Ângela Davis – Conferência na Bahia – BR, 2017)*

Este capítulo aborda os desafios enfrentados e as estratégias desenvolvidas pelas mulheres negras nos partidos políticos, destacando suas experiências e formas de resistência. No primeiro tópico, discutiremos a sub-representação das mulheres negras na política partidária, analisando os fatores estruturais que perpetuam essa exclusão e as estratégias que elas tem construído para enfrentar esse cenário. Também traremos as percepções das entrevistadas sobre os avanços e desafios relacionados a esse tema.

No segundo tópico, exploraremos a violência política de gênero e raça, uma realidade comum e devastadora relatada pelas entrevistadas. Os relatos evidenciam as múltiplas formas de violência enfrentadas por essas mulheres, além de uma preocupante ausência de protocolos claros para lidar com tais situações na maioria dos partidos. Embora um dos partidos analisados tenham demonstrado ações concretas para enfrentar o problema, os demais parecem relegar a questão ao esquecimento, perpetuando um cenário de omissão e negligência.

Por fim, no terceiro tópico, abordaremos a importância da coletividade como estratégia central para a atuação das mulheres negra na política. Nos espaços partidários, eles constroem redes de apoio mútuo, que não apenas promovem cuidado e proteção, mas também fortalecem a luta por objetivos comuns e a criação de estratégias para a construção de um mundo mais justo e equitativo. Essa prática coletiva reflete uma longa trajetória de solidariedade e resistência das mulheres negras, que enxergam na coletividade uma ferramenta essencial para transformar a política e as estruturas de poder.

#### **3.1 A mulherada é danada: enfrentando a sub-representação**

*Nós somos sobreviventes e somos testemunhas,  
porta-vozes dos que foram mortos e silenciados.  
Nós estamos aqui [...] vivemos e viveremos. Nós  
não só sobrevivemos como agora estamos em ação [...] nada mais será possível sem nós.*

*(Sueli Carneiro – Entrevista Revista Cult, 2017)*

Ao longo desta pesquisa, observou-se que, embora o número de mulheres filiadas nos três partidos analisados seja expressivo, essa adesão não se reflete em candidaturas ou na

participação efetiva nas instâncias decisórias dos partidos. Essa discrepância entre a quantidade de filiadas e de candidatas, especialmente negras, evidencia um quadro de sub-representação persistente, mesmo nesse contexto em que mulheres e pessoas negras representam a maior parte da população e do eleitorado brasileiro.

A sub-representação de mulheres na política é um fenômeno global persistente e amplamente estudado. Conforme o ranking da União Interparlamentar (UIP, 2024) o Brasil ocupa a 134ª posição entre 190 países em participação de mulheres na política, uma posição preocupante haja vista a expressividade do eleitorado feminino no país. O G20, um fórum de cooperação econômica internacional que reúne as lideranças das principais economias do mundo e que em 2024 ocorreu no Brasil, discutiu na Cúpula de Presidentes dos Parlamntos do G20 (P20) sobre os principais problemas globais e promoveu debates com ênfase em soluções legislativas para esses problemas.

O Brasil tomou a iniciativa de realizar a 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20, na cidade de Maceió (Alagoas) que discutiu os problemas globais a partir das perspectivas das lideranças femininas e mapeou desafios e soluções para a igualdade de gênero e ampliação da participação feminina nos espaços de poder. Na reunião foi ressaltado que, embora tenham ocorrido progressos, a presença de mulheres em instâncias decisórias e de governança continua reduzida (Agência Câmara Notícias, 2024).

Conforme o Instituto Marielle (2021), países da América Latina como Bolívia, México e Brasil investiram em dispositivos legais de combate a sub-representação, principalmente no que diz respeito ao enfrentamento a Violência Política de Gênero. A Bolívia foi pioneira sancionando a primeira lei do mundo sobre violência política e assédio, a “Lei Contra o Assédio e Violência Política contra as Mulheres”, Lei 243/2012, que resultou no aumento expressivo de mulheres eleitas. O México, após pressão popular e de organizações da sociedade civil que denunciaram que inúmeras candidatas foram submetidas a estupros, chantagem, assédio sexual, tortura e assassinatos, criou em 2015 o “Guia de Ação Pública: Eleições sem Discriminação”. O Brasil, por sua vez, sancionou a lei nº 14.192/2021 (Brasil, 2021c) que prevê normas para prevenir, reprimir e combater a violência política, como será explorado ao longo deste capítulo.

Além da lei de combate à violência política, outros dispositivos foram criados no Brasil, como a Resolução nº 7/2022 (Brasil, 2022b) – que alterna o Regimento Interno do Senado Federal assegurando a participação de pelo menos uma integrante da bancada feminina como titular ou suplente nas comissões permanentes ou temporária, a Resolução nº 23.610/2019 (Brasil, 2019b) que destina tempo proporcional de propaganda no rádio e na televisão para mulheres e pessoas negras e a Emenda Constitucional nº 111/2021 (Brasil, 2021d) que prevê

contagem em dobro dos votos dados às mulheres e pessoas negras para a Câmara dos Deputados no cálculo de distribuição dos recursos.

A implementação de cotas, embora necessária, não assegura que as mulheres ocupem mais espaços de poder, uma vez que muitos partidos não cumprem integralmente as obrigações estabelecidas por suas normativas internas ou até mesmo burlam as leis existentes e depois se autoanistiam, como já expusemos anteriormente. De acordo com Alves, Ribeiro e Faustino (2024), no estado do Amazonas, 35,2% das candidaturas registradas eram de mulheres. Embora 69,35% dos municípios tenham cumprido a cota de gênero, ao menos um partido descumpriu essa exigência em 19 municípios. Esse panorama expõe que além de propor ações de combate a sub-representação, é necessário a fiscalização dessas ações e do cumprimento da lei.

Segundo a entrevistada 1 do PT Manaus, Zeferina, o partido tem promovido diversas iniciativas para abordar a sub-representação feminina e negra, bem como questões relacionadas a outros temas como patriarcado, racismo e Violência Política de Gênero (VPG). Entre essas ações, destacam-se: 1) ampliação das secretarias municipais; 2) valorização das lideranças negras femininas; 3) apoio do projeto “Elas por Elas” e 4) destinação de recursos financeiros.

A ampliação das secretarias municipais tem como objetivo descentralizar as decisões referentes às candidaturas, que antes estavam concentradas na direção estadual.

a gente permite que o município tenha autonomia para dizer a nós quais são as prioridades do partido naquele município, não é o inverso. Não é a gente que diz, qual é a prioridade, não é a gente que envia o recurso, são eles que demandam, então, é uma lógica inversa (Zeferina, entrevistada 1 do PT).

Essa medida permite que cada município estabeleça suas próprias prioridades políticas e financeiras, fortalecendo a autonomia das lideranças locais e promovendo uma lógica participativa. Além disso, há um reconhecimento do papel estratégico de lideranças femininas negras que já possuem uma atuação consolidada em pautas feministas e antirracistas:

dentro da secretaria elas serão as prioridades, porque já são lideranças, porque tem movimento e não apenas isso. Vai vir recurso financeiros advindos do combate ao racismo. O que eu acho, por exemplo, que é uma perspectiva de incentivo muito interessante, muito gratificante para essas mulheres, né que estão na luta em seu cotidiano e tem diversas pautas e mais uma que é o combate ao racismo (Zeferina, entrevistada 1 do PT).

Portanto, em termos de apoio, as candidaturas negras receberão prioridade, tanto no apoio financeiro quanto político. O apoio financeiro específico para candidaturas femininas negras é uma medida importante, proporcionando condições mais equitativas para a participação dessas mulheres.

O projeto “Elas por Elas”, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT, desde 2018, busca fomentar a participação feminina na política, articulando uma plataforma feminista para o Brasil (Elas por Elas PT, 2022). Em 2024, a iniciativa incorporou um suporte jurídico em todas as esferas de atuação do PT e em Manaus houve atenção especial às candidaturas negras, visando protegê-las e fortalecê-las diante de possíveis situações de violência política de gênero e raça. Zeferina, entrevistada 1 do PT, explica:

o Elas por Elas, esse ano, trouxe uma equipe jurídica. Está com uma proposta de equipe jurídica a nível nacional que está à disposição, mas a nível estadual a gente vai colocar à disposição essa equipe jurídica justamente para essas mulheres, especialmente de combate ao racismo que a gente falou com o Borges [secretário de combate ao racismo do PT Manaus] e aí vai ter essa atenção para nossas candidaturas negras.

O apoio político e financeiro às mulheres é essencial, mas Zeferina, entrevistada 1 do PT, acredita ser necessário mais:

É preciso de mais. A gente sempre fala isso porque senão a gente não consegue discutir sobre tempo de televisão, discutir, por exemplo, dentro da federação se elas vão ter o mesmo protagonismo que a figura masculina que é o Zé Ricardo. Se nas agendas do partido, se o partido vai construir agenda para essas mulheres, entendeu? e como isso pode ser feito, sem que elas sejam violentadas, sem cansá-las.

No âmbito partidário é muito comum que mulheres trabalhem incansavelmente nas campanhas de colegas de partido e até mesmo de seus parceiros e não recebam o mesmo apoio destes quando se tornam candidatas. A dirigente questiona a disposição de lideranças, sobretudo brancas e masculinas em renunciarem privilégios e espaços para incentivar candidaturas femininas negras:

Eu tenho forte admiração pelo Zé, mas ele cumpre as outras características que a gente falou: um homem branco, que já está encaminhando pra velhice, com uma militância histórica e que por exemplo, a gente se pergunta dentro de tudo isso, o que a gente pode desenvolver para que a gente tenha autonomia, em relação as nossas campanhas, que não seja apenas colaborar com a campanha do Zé Ricardo. Entendeu? Em que ponto também, ele está disposto a abrir mão dos seus espaços, dos seus privilégios para que incentive as nossas candidaturas, tanto de combate ao racismo, de negritude, quanto de mulheres (Zeferina, entrevistada 1 do PT).

O histórico de tensões sobre raça e gênero no PT reforça as críticas de Zeferina, entrevistada 1 do PT. Um episódio marcante foi a desfiliação de Lélia Gonzalez, que em 1985 escreveu uma carta histórica alegando que o partido restringia espaços para políticas voltadas às minorias (Gonzalez, 1985). Dois anos antes, a autora já havia denunciado o “racismo por omissão” do partido, criticando sua incapacidade de abordar a questão racial no programa eleitoral televisivo (Gonzalez, 1983). Esses episódios expõem uma lacuna histórica no enfrentamento do racismo pelo partido.

Falas recentes do presidente Lula (PT) e do diretor da Fundação Perseu Abramo, Alberto Cantalice, também suscitaram debates. No podcast *Mano a Mano* (2021), Lula afirmou que negros e negras deveriam “parar de se vitimizar” e “ir à luta”, sugerindo que a sub-representação seria resultado de inação, ignorando dinâmicas estruturais de exclusão, inclusive do próprio partido. Em outra ocasião, Alberto Cantalice, diretor da Fundação Perseu Abramo, afirmou que o identitarismo é um erro e “uma pauta colonizada” (Rodrigues, 2022), desconsiderando a relevância de movimentos feministas, negros e LGBTQIAPN+ no contexto brasileiro. Tais declarações reforçam a necessidade de um debate mais consistente sobre raça e gênero no partido

Apesar dos avanços, Zeferina, entrevistada 01 do PT, aponta fragilidades do partido na abordagem de gênero, raça e classes como indissociáveis:

a gente vê como o âmbito nacional ignora, por exemplo, essa característica do feminismo também ser um feminismo com pautas raciais, né [...] A gente sabe que o feminismo abarca classe, gênero e as questões raciais. Então, por exemplo, se tu for ver ali, a nossa cartilha, ‘tipos de violências contra as mulheres’, tem a violência política de gênero, física, moral, psicológica, patrimonial, sexual, institucional, doméstico, mas não tem racial. Então, é uma coisa que a gente faz crítica. A gente vê na prática, com esse material, por exemplo, que é algo nacional que está vindo para cá e tem críticas. Então, assim, a gente coloca dentro do debate, mas como colocar dentro do debate se existe uma estrutura que perpetua, inclusive, o silenciamento de mulheres negras?

Embora existam filiadas engajadas nesses temas, os debates permanecem fragmentados entre secretarias, dificultando uma articulação mais ampla. Essa desconexão, pode ser evidenciada no cartaz exibido pela entrevistada. A violência política racial é central para compreender a vivência política das mulheres negras, que enfrentam formas específicas de exclusão e violência. Essa lacuna no enfrentamento da violência política de gênero e raça é confirmada pelo Instituto Marielle Franco (2021), que destaca, em sua pesquisa “Violência Política de Gênero e Raça no Brasil: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas”, que essa temática ainda é pouco explorada na literatura acadêmica, evidenciando a necessidade de maior aprofundamento.

Outro desafio identificado pela dirigente é o aumento do número de candidaturas negras. Até o momento da entrevista, 4 mulheres haviam colocado o nome à disposição, frente a 11 homens. A secretaria de mulheres do partido buscava equilibrar essa disparidade, com uma meta de 8 mulheres e 8 homens concorrendo. No entanto, ao final do processo foram oficializadas as candidaturas de 7 mulheres (quatro negras) e 12 homens (Brasil, 2024c). Zeferina, entrevistada 1 do PT, explica o motivo dessa dificuldade em aumentar o número de candidaturas femininas e negras:

Em Manaus esse ano a gente tem o desafio porque só 4 mulheres, até agora, colocaram seu nome à disposição. Muito fruto de um cansaço político que a gente tem, muito fruto também da falta de incentivo da renovação de quadros [...] e fruto também dessa perspectiva não muito bem esclarecida sobre federação.

Embora as iniciativas do PT em Manaus representem avanços significativos, elas ainda não foram capazes de promover mudanças estruturais profundas para transformar a realidade das mulheres negras no partido, incluindo eleger mulheres negra. É imprescindível que gênero, raça e classes sejam tratados de forma indissociável. Somente a partir dessa articulação, os debates internos poderão traduzir-se em políticas e práticas partidárias que efetivamente contemplem as demandas das mulheres negras, contribuindo para a construção de um espaço político mais justo e inclusivo e conseqüentemente na eleição de mulheres negras.

Em relação ao Pcdob, Acotirene, entrevistada 1 do PCdoB identifica quatro ações fundamentais para o combate à sub-representação: 1) Protagonismo feminino no partido; 2) ampla participação das mulheres nas instâncias partidárias; 3) fiscalização da aplicação das leis de distribuição de recursos para mulheres e pessoas negras e 4) formação e sensibilização dos filiados e filiadas.

A dirigente entrevistada aponta que o partido se destaca por valorizar a participação das mulheres tanto em suas instâncias internas – como a direção estadual, o secretariado e os comitês políticos – quanto nos espaços institucionais, incluindo o executivo e o legislativo:

do ponto de vista das mulheres, hoje a gente tem um protagonismo nacional. Quando a gente vai fazer, proporcionalmente, uma matematicazinha sobre o número de mulheres que ocupam o parlamento, apesar de nós termos um partido pequeno em relação aos outros, nós temos lá muitas mulheres. A gente tem a Jandira Feghali, nós temos a Luciana Santos, que hoje está como Ministra de Ciência e Tecnologia, nós temos muitas vereadoras, temos deputadas estaduais no Brasil todo. E quando a gente vai analisar, as mulheres do PCdoB ocupam grande parte dos espaços intrapartidários e extrapartidários no parlamento, nas secretarias, no executivo, no legislativo. Então, a gente está mais ou menos nesse patamar que a gente considera um partido protagonista do ponto de vista da valorização das mulheres (Acotirene, entrevistada 1 do Pcdob).

No entanto, esse protagonismo não surgiu de forma espontânea, foi resultado de uma luta constante, marcada por debates com resistência masculina. Como expressa Acotirene, entrevista 1 do Pcdob:

E dessa participação, ela tem sido uma luta que a gente teve, processos também, até que nós chegamos aonde chegamos hoje, com toda essa valorização da mulher e tal, mas nós tivemos muitos embates internos, inclusive com os nossos camaradas, de tudo que você possa imaginar, porque um partido é composto por homens. É um processo que, infelizmente, não teria que ser, mas foi de convencimento e de briga e de luta, e hoje a gente cumpre muito bem isso. Quando a gente vai fazer as análises aqui, a gente tem mais de 50% de mulheres, por exemplo, na nossa direção estadual aqui do partido, isso se reflete em vários outros estados, Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro, **a mulherada é danada** (grifo nosso).

Essa narrativa reflete um esforço coletivo para reconfigurar normas masculinas historicamente arraigadas nas estruturas de poder, corroborando análises de autoras como Davis (2016), Gonzalez (2020) e hooks (2022). Essas intelectuais, destacam como, historicamente, mulheres negras realizam movimentos coletivos para garantir seus direitos e construir espaços seguros e inclusivos. No entanto, o custo emocional e político da transformação dessas estruturas, que recai majoritariamente sobre essas mulheres, precisa ser percebido e redistribuído. Afinal, a ampliação da representatividade das mulheres negras não deve ser apenas uma responsabilidade desse grupo, mas uma prioridade de todo o partido.

Embora os avanços em direção à paridade sejam reconhecidos, outras vozes dentro do partido questionam a eficácia dessas medidas. Esperança, entrevistada 2 do Pcdob, por exemplo, destaca que, embora exista uma meta formal de paridade, falta um esforço institucional estruturado para consegui-la: *“Está lá, escrito no papel que no mínimo é 30%, mas ao longo do período que você tá dentro desse partido pra chegar nos 50% não tem nenhum trabalho”*.

Acotirene, entrevistada 1 do Pcdob, reconhece o déficit de mulheres negras eleitas e explica quais lugares as mulheres negras ocupam em Manaus:

Sim, a gente ainda tem uma defasagem. gente tem a Leci Brandão, ela é em São Paulo, a Luciana Santos, que é presidente do nosso partido, ela se autodeclarou uma mulher negra, nordestina, e está ministra de Ciência e Tecnologia. Nós temos no Rio de Janeiro também a Dani Balbi, que também é uma mulher trans negra. Aqui em Manaus, nas instâncias partidárias, gente tem mulheres negras, nossas mulheres negras de liderança, elas todas estão no âmbito da executiva, do comitê político, a gente cumpre bem isso, a gente está conseguindo cumprir bem isso. Todas as mulheres negras que são lideranças ou que são militantes efetivas, elas estão tanto na direção estadual, quanto no comitê, porque nós temos três instâncias, a direção estadual, o secretariado e a comissão política.

Em Manaus, por exemplo, o Pcdob elegeu apenas duas mulheres como vereadoras ao longo de sua história, ambas brancas. Essa realidade reflete desigualdades estruturais que atravessam a sociedade e, conseqüentemente, as dinâmicas internas dos partidos.

Gonzalez (2020) destaca que as mulheres negras enfrentam uma dupla opressão – de gênero e raça – que demanda transformações sistêmicas para alcançar equidade. Na arena política, como aponta o Instituto Marielle (2021) a violência política de gênero e raça seguem como uma barreira significativa, afetando mulheres negras eleitas e não eleitas. Os ataques constantes, tanto dentro das instituições quanto nas redes sociais, agravam o custo emocional e político dessa luta por representatividade.

Para enfrentar a sub-representação, Acotirene, entrevistada 1 do Pcdob também destaca:

A gente tem uma reunião, a gente obrigatoriamente já combina ‘mulherada, vamos lá, agora é o processo eleitoral’, e a gente está lá pautando, verificando a questão do fundo partidário, do fundo eleitoral, e fiscalizando o tempo todo para que as mulheres estejam realmente, que seja garantido essa participação política, eleitoral, enfim. Mas é uma luta.

Ações como as reuniões regulares para fiscalizar a correta aplicação do fundo partidário e eleitoral, políticas afirmativas que garantem um percentual mínimo de preenchimento de vagas por mulheres e pessoas negras no processo político, são práticas, segundo Matos e Cortês (2010), imprescindíveis no combate a tendência histórica de subfinanciamento e sub-representação de mulheres. Outro ponto central, segundo Acotirene, entrevistada 1 do Pcdob é a formação política:

Nós temos dentro do nosso currículo de formação partidária, nós temos lá os direcionamentos. A gente tem em todos os níveis um recorte de gênero e um recorte de combate ao racismo. É um currículo público que está no nosso site da Escola Nacional de Formação do PCdoB, Fundação Maurício Grabois.

Contudo, Esperança, entrevistada 2 do Pcdob, traz uma crítica contundente ao modelo formativo do partido, destacando que ele falha em acolher a diversidade de sua base e enfrentar as desigualdades sociais vivenciadas pelas pessoas filiadas. Para ela:

Política é continuar, é vivência, é troca. O partido tem poucas atividades de troca de ideias, de aulas, de atividades que façam acolhimento. A gente vive num país que tem altos índices de pobreza, a juventude em vulnerabilidade, mulheres negras em vulnerabilidade, então assim, se o partido não tem uma lógica social, assim, ‘ah, você quer ter mais mulheres militantes? E que essas mulheres não fiquem só naquele perfil da concursada, loira, bonitinha, filhinha de papai, você tem de começar a comprar o B.O’. E isso não é feito. Não tem uma secretaria de Serviço Social, por exemplo, que dialogue com isso, entendeu. Para acolher o B.O das manas.

As ações do PCdoB, embora relevantes, ainda não garantiram a superação das desigualdades estruturais que limitam a representatividade das mulheres negras. Apesar dos avanços institucionais, como a incorporação de debates sobre gênero e combate ao racismo e o esforço de fiscalização de políticas afirmativas, essas medidas têm se mostrado insuficientes para alterar de forma substantiva o cenário de sub-representação – como exemplificado pela ausência de mulheres negras eleitas na Câmara Municipal de Manaus (CMM). O desafio de transformar conquistas formais em resultados concretos exige um compromisso profundo com mudanças estruturais; exige esforços mais consistentes e estruturados, tanto do partido quanto do sistema político como um todo.

No caso do MDB, as estratégias para combater a sub-representação de mulheres na política tem como pilares: 1) incentivo à participação política e filiação partidária; 2) formação política e capacitação profissional e 3) diálogos com a sociedade. Contudo, a análise dessas ações revela desafios estruturais que limitam a eficácia.

Quanto ao incentivo à filiação, Antonieta, entrevistada 1 do MDB, destaca o *MDB – Mulheres em Movimento* como principal ação para empoderar mulheres por meio de eventos voltados ao fortalecimento de lideranças femininas e à ampliação de sua presença em espaços de decisão:

esse movimento, ele se designa a falar sobre a liderança feminina, né? Então, mulheres em movimento. MDB, Mulheres em Movimento. Então, a gente fez uma etapa há umas duas semanas, e a ideia foi falar sobre o poder da liderança feminina. Foi um evento comemorativo de 8 de março, mas onde nós discutimos a necessidade e a urgência de ter essas mulheres num espaço de poder e tomadas de decisão mesmo da política. E na oportunidade nós incentivamos as filiações, né? O engajamento mesmo na luta partidária enquanto filiadas. Até porque esse acesso à plataforma da Fundação Ulysses Guimarães (FUG) só é possível para os filiados. É uma escola interna dos filiados

A campanha nacional de filiação do MDB *Bora filiar, Bora 15* exemplifica essa prioridade. Antonieta, entrevistada 1 do MDB, também destaca a FUG como um dos maiores atrativos para novos membros, devido à sua atuação como escola interna que oferece capacitação política e reforça a dimensão intelectual como ferramenta de fortalecimento partidário: *“meu maior ponto pra venda do MDB é a FUG, que é uma escola, né. Então, assim, não é você só se filiar, você vai aprender aqui. Eu faço muita questão de usar essa estrutura intelectual”*.

A entrevistada ainda enfatiza o trabalho de formação política em escolas e outras instituições sobre temas como mulheres na política e promoção de igualdade racial. Ela relembra, como experiência marcante, o diálogo com jovens estudantes e pesquisadores negros do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), do Instituto Federal do Amazonas (IFAM): *“é bem interessante favorecer o diálogo com essas pessoas tão novinhas. Tão cheias de sonhos. Se identificando como pessoas negras [...]É bem legal ver essa crescente autoidentificação com pessoas negras tão jovem”*. Essa iniciativa destaca a importância da autoidentificação racial, da valorização da população negra e do pertencimento como parte essencial da formação política.

Almerinda, entrevistada 2 do MDB, explica que o partido utiliza o marketing digital e as redes sociais, no combate a sub-representação:

Hoje em dia é marketing no Instagram na rede social é tentar mostrar esse lado do partido e em relação a mudanças na representatividade. Eu acredito que é um preparo individual. A gente estuda toda a sociedade, é abraça a pauta que a gente ama, se prepara. A partir do momento que tu tens domínio do assunto e tu consegues passar esse assunto de uma forma bem didática para as outras pessoas, de forma individual, tu acabas conseguindo conquistar mais gente. Você acaba se tornando um líder, ante o teu assunto, tua pauta.

Ela detalha como essa aproximação com as mulheres ocorre:

A gente convida, a gente mostra, a gente tenta abraçar e liderar essas mulheres de uma forma bem saudável, dizendo: ‘olha, a gente tem esse caminho ou esse caminho. Ou tu vais pelo lado do conhecimento, e conhece o que tu precisas para lutar, ou tu fica parada sem fazer nada’. Aqui a gente sabe a importância da representatividade da mulher e tenta ter essa conexão, mas não de uma forma agressiva. Tem que ser espontânea. A pessoa tem que querer. Para que ela queira a gente tem que apresentar e mostrar, apenas isso. Aí tem que ser uma iniciativa individual (Almerinda, entrevistada 2 do MDB).

Contudo, Almerinda, entrevistada 2 do MDB, observa que há falta de interesses das mulheres em fazerem parte desse espaço político:

Não tem interesse das próprias mulheres em fazer parte desse espaço. Eu presenciei falas de mulheres durante as campanhas, dizendo isso. Só que como eu já te falei, o bicho papão que se tornou a política, essa imagem que foi criada e cima ainda está solta. Para que ela seja extinta é necessário que nós que trabalhamos no meio político, demonstremos que isso não é nenhum bicho, um animal. É algo que é necessário para cada um.

Entretanto, é necessário problematizar a ideia de desinteresse como causa central da sub-representação feminina e negra. Como demonstrado até aqui e mais detalhado no próximo capítulo, essa visão desconsidera fatores estruturais que tornam a participação política mais difícil para as mulheres, principalmente negras. A violência política, a ausência de recursos financeiros para campanhas, a falta de formação adequada e a dupla ou tripla jornada de trabalho são barreiras concretas que precisam ser enfrentadas. A reprodução desse discurso, mesmo por mulheres negras, evidencia a profundidade do pensamento patriarcal nas estruturas partidárias e nas vidas das mulheres.

As iniciativas do MDB em Manaus, embora bem-intencionadas e conduzidas por lideranças comprometidas, foram insuficientes para reverter o quadro de sub-representação. O fato de o partido ter elegido apenas duas mulheres em toda a sua história na CMM, e das quatro vagas conquistadas em 2024 serem ocupadas exclusivamente por homens, evidencia essa limitação.

Um combate mais incisivo à sub-representação, exige que o MDB priorize, de forma eficaz, a estruturação de secretarias e núcleos de mulheres e pessoas negras, garanta a paridade de gênero e raça em suas instâncias e estabeleça metas claras para eleger mulheres, sobretudo negras. A lógica de esperar que a população busque pelo partido, precisa ser substituída por uma postura proativa de (re) encantamento da sociedade com a política. A construção de uma política verdadeiramente inclusiva não é apenas uma questão de reparação histórica, mas uma estratégia necessária para fortalecer a democracia.

### 3.2 Estilhaçando a máscara do silêncio: a violência política de gênero e raça

Aquela imagem de escrava Anastácia (aponta para ela), eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é o símbolo nosso, porque a nossa fala força a máscara.

(Conceição Evaristo – Entrevista para Carta Capital, 2017)

No decorrer desta pesquisa, especialmente durante as entrevistas, emergiram diversos desafios enfrentados pelas mulheres negras nos partidos estudados, entre os quais a Violência Política Contra a Mulher (VPCM) se destacou como um dos mais persistentes. Assim como no restante do mundo, em Manaus essa violência que atravessa a trajetória das mulheres negras, figura como um dos principais fatores responsáveis por sua sub-representação na política. Como observa Anielle Franco (2021, p. 17) “o efeito da violência política é impedir mulheres de se candidatarem, é interferir no exercício de seus mandatos e, por fim desestimular, desanimar, encurtar, abreviar a carreira política feminina”.

A VPCM pode ser entendida como toda ação, conduta ou omissão que visa restringir, dificultar ou invisibilizar a atuação de mulheres na política. Matos (2021) explica que a VPCM é um subtipo da Violência Política de Gênero (VPG), que se desdobra em categorias como Violência Política Sexista (VPS), Violência Política Racista (VPR), Violência Política Homofóbica (VPH) e Violência Política Interseccional (VPI), combinando motivações diversas.

O Instituto Marielle Franco (2020) mapeou oito formas de Violência Política de Gênero e Raça (VPGR): virtual, moral, psicológica, institucional, racial, física, sexual e de gênero e/ou LGBTQIAPN+. Segundo esse mapeamento, essas violências não se restringem ao período eleitoral, mas permeiam todo o percurso político das mulheres negras que vão da filiação partidária ao exercício de mandatos, e por vezes, no encerramento precoce da carreira política. Nesta dissertação, as entrevistadas corroboram com o mapeamento e expõem inúmeras barreiras que desestimulam sua atuação política.

Alexandrina, entrevistada 2 do PT, relembra que sua entrada na política partidária foi marcada por indiferença, evidenciando que não é suficiente apenas a vontade de filiar-se:

tentei filiar no PT e não me receberam, depois o PT me aceitou e fiquei muito feliz por conta disso. Foi um homem que me recebeu, não conversou direito comigo, nem lembro quem era, não me tratou bem e disse que não tinha como fazer filiação. Fui direto tentar me filiar, porque a comunidade do meu bairro queria que eu fosse candidata. Foi bem assim, bem direto, não vou ser candidata, vou procurar um partido. Depois fomos lá no PT e aí nós subimos a escada, não lembro onde era, acho que era na Joaquim Nabuco, ainda a sede, e a pessoa não nos deu nenhuma atenção e a gente

foi pra outro, pro PDT. No PDT também foi a mesma coisa e aí fomos para o PSDB, foi uma mulher que me atendeu. Engraçado lembrar disso. No PDT eram homens que me atendiam. Já no PSDB foi uma mulher, mas aí eu consegui me filiar. Me recebeu bem, fui bem acolhida, mas depois houve muito machismo, sim.

A VPCM está enraizada em estruturas patriarcais e racistas, que impõem condições degradantes às mulheres negras que vão das agressões psicológicas ao homicídio político, também chamado de feminicídio político. O legado colonial e escravocrata brasileiro estruturou uma política de exclusão com base em gênero, raça e classe, relegando as mulheres negras trabalhadoras às piores condições sociais e, conseqüentemente, dificultando sua inserção nos espaços de poder. Como aponta Gonzalez (2020), a branquitude construiu a imagem da mulher negra como ser inferior, incapaz e indigno de ocupar profissões e cargos elevados. Esse estigma reforça um ciclo de desigualdades, como observa Benedita da Silva (2021, p. 37) “o racismo não respeita nem mesmo a autoridade que os votos nos conferem”.

Em resposta a esse cenário, a legislação brasileira tipifica a violência política contra a mulher com o intuito de coibir ações que impeçam ou restrinjam os seus direitos políticos. A Lei nº 14.192/2021 (Brasil, 2021c) define a VPCM como qualquer conduta que diminua ou dificulte o exercício dos direitos políticos das mulheres em razão de seu sexo, raça, cor ou etnia, estabelecendo penas para práticas de assédio, humilhação ou perseguição de candidatas e parlamentares. Além disso, a Lei nº 14.197/2021 (Brasil, 2021e) amplia essa proteção, criminalizando a restrição aos direitos políticos, independente do sexo, cor, etnia, religião ou procedência nacional, quando acompanhada de violência física, sexual ou psicológica, com penas de reclusão de 3 a 6 anos e multa. Essas normas visam garantir que as mulheres possam participar da política de forma livre e segura.

É importante destacar, que, assim como o racismo e o sexismo, a VP também possui nuances e sutilezas. Embora existam leis que tipifiquem a VPCM, há situações que escapam do que é contemplado pela legislação. As mulheres vivenciam formas de VP que envolvem o “corpo e a moral: peso, roupas, identidade sexual e sexualidade. Assim, as mulheres são mais ameaçadas com fotos íntimas, são as maiores vítimas de assédio e, além disso, têm sua família e filhos pequenos expostos e ameaçados” (Gruneich e Cordeiro, 2023, p. 29).

Almerinda, entrevistada 2 do MDB, por exemplo, relata que sua experiência em campanhas eleitorais foi negativamente marcada pelo machismo:

Violência partidária não, mas política sim. Em campanha. Em 2018 eu participei, não nesse partido, mas em outro de uma campanha para deputado estadual e no decorrer do assunto, em uma atividade minha, escutei bastante homens falando que ‘se homens não tem capacidade de fazer quem dirá mulheres’. Então, observando essas atitudes, essas falas. A gente percebe que sim a gente está à mercê de um machismo estrutural muito grande. E para que isso seja quebrado, a gente procura sempre está trabalhando

em demonstrar para mulheres como é importante elas estarem dentro da política. Palestras, conversas, discussões sobre assuntos importantes.

A fala de Almerinda, entrevistada 2 do MDB, ilustra o conceito de “outro”, uma categoria que, embora antiga, foi profundamente explorada por Beauvoir (1970). A autora argumenta que, em relação ao homem, a mulher é vista como o “outro”, pois não há reciprocidade nas relações, com o homem se posicionando como o ser essencial e único. No entanto, essa visão foi recontextualizada por Kilomba (2019) que amplia essa perspectiva ao incluir as mulheres negras. Para ela, se a mulher é o outro, a mulher negra é o “outro do outro”, uma figura cuja reciprocidade é ainda mais difícil.

Na sociedade supremacista branca, as mulheres negras são definidas em relação à masculinidade e à branquitude, sendo frequentemente vistas apenas em contrastes com os outros e não como seres autônomos. Para Kilomba (2019), existe reciprocidade entre homens e mulheres brancas, assim como entre homens negros e mulheres brancas, mas não entre mulheres negras e os demais. Essa categoria, contudo, não é rígida, e o status das mulheres negras na sociedade é complexo e multifacetado.

Embora pareça um posicionamento divisionista, não podemos ignorar que, mesmo entre mulheres do mesmo gênero ou identidade de gênero, existem diferenças significativas. Essas diferenças deveriam ser aproveitadas para promover mudanças profundas e inclusivas, mas, por muito tempo, mulheres brancas trataram as mulheres negras como o “outro” (Davis, 2016; hooks, 2019; Gonzalez, 2020). Alexandrina, entrevistada 2 do PT, relembra uma situação em que, por ser pobre e periférica, foi desvalorizada por mulheres brancas em cargos de liderança: *“ah! Lá vem aquele povo pobre pedir”*, disseram.

Zeferina, entrevistada 1 do PT, também reconhece que muitas vezes as mulheres reproduzem práticas machistas, o que acaba favorecendo os homens e perpetuando a desigualdade dentro do partido:

[...] as próprias mulheres também participam desse jogo, né. Então é necessário reconhecer que nós também somos machistas, né? Que a gente perpetua práticas machistas e isso favorece os nossos dirigentes que são homens, né? E que aí são práticas realmente que a gente precisa pensar no nosso cotidiano e se repensar, se refazer constantemente.

Como observa Audre Lorde (1979, p. 3) as mudanças só podem ser alcançadas por meio da coletividade, mas essa coletividade não deve ignorar as diferenças que existem entre mulheres, “nem o faz de conta patético de que essas diferenças não existem”. Pelo contrário, a diferença é necessária para o crescimento de todas.

Hooks (2019) também questiona a ideia de um “elo comum” entre as mulheres, destacando que, embora muitas compartilhem a opressão sexista, as identidades de raça e classe criam barreiras que muitas vezes não são superadas. Para a autora, as diferenças de raça e classe moldam profundamente a “qualidade de vida, status social e estilo de vida e isso impera sobre todas as experiências comuns compartilhadas pelas mulheres” (hooks, 2019, p. 31).

Sabemos que a política é uma arena predominantemente masculina e branca, e isso determina como as mulheres, especialmente as negras, são tratadas nesse espaço. Alexandrina, entrevistada 2 do PT, expõe que as direções do PT Manaus são muito masculinas. Segundo ela, *“o PT hoje tem um dirigente homem na estadual, tem um dirigente homem na municipal, o dirigente da municipal é profundamente machista e a mulherada lá baixa a cabeça. Eu não baixei”*. Essa fala ilustra a importância de diversificar as lideranças partidárias e garantir uma formação política inclusiva, que reconheça e valorize as diferenças, para que todos os filiados, independente de gênero, raça ou classe, possam ter participação efetiva nos espaços de poder.

Zeferina, entrevistada 1 do PT, considera grave quando as direções partidárias são acusadas de machismo: *“Eu acho que quando a gente acusa as nossas direções de machistas, o pior é não reconhecer, o pior é encontrar justificativas para ter aquele posicionamento”*. Ela exemplifica com o caso de Anne Moura, uma representante política de Manaus e dirigente nacional do PT, que teve sua candidatura contestada por supostamente não ter “potencial político-eleitoral”: *“[...] Por exemplo, ‘a Anne não tem engajamento político’, ‘a Anne precisa passar por uma trajetória’. Espera aí, que trajetória seria? o que na verdade se quer é uma autorização para estar disputando o pleito”*.

Esse tipo de deslegitimação é comum quando mulheres negras, indígenas e periféricas tentam se inserir na política, sendo frequentemente questionadas sobre sua competência e trajetória, enquanto suas candidaturas são minadas por motivos que geralmente não se aplicariam a homens brancos.

Em 2024, Anne Moura denunciou publicamente o PT por VP, após ter sua pré-candidatura à prefeitura de Manaus invisibilizada pelo diretório municipal do partido. Embora ele tenha apresentado sua candidatura um ano antes, com pesquisas que indicavam seu nome como o mais bem colocado, sua candidatura foi descartada pela indefinição do diretório. Nacionalmente o presidente Lula indicou uma figura masculina vinda de outro partido e localmente o diretório acatou e todos os candidatos retiraram suas candidaturas de imediato. Essa situação exemplifica como, frequentemente, as mulheres negras e indígenas são marginalizadas, mesmo quando possuem apoio popular, simplesmente porque suas candidaturas não atendem às expectativas de poderosas lideranças masculinas.

Em relação a violência política contra as mulheres, é comum que, quando confrontados sobre suas atitudes misóginas e racistas, os agressores minimizem o sofrimento causado, alegando que se trata apenas de “disputa política”. Em muitos casos, quando o racismo e o machismo são percebidos e questionados, a resposta dos agressores é afirmar “agora tudo é machismo e racismo” ou acusar as vítimas de serem “militantes” ou “identitárias”, tentando deslegitimar suas queixas.

Zeferina, entrevistada 1 do PT, compartilha que dentro de sua tendência partidária enfrentou episódios como esses:

Mas dentro da nossa própria tendência tem vários enfrentamentos. Por exemplo, ‘ah, tudo para vocês é machismo. Tudo para vocês é racismo. Nem tudo se enquadra nessas categorias’. Então, assim, para eu ser ouvida dentro do coletivo, eu tive que passar muito tempo calada. Só ouvindo e toda vez que eu me imponho agora, por exemplo, é justamente porque eu passei, acho que uns três anos calada. Uns três anos só ouvindo, só maturando as coisas do nosso coletivo, entendeu? Vendo a forma como se pensa, vendo a forma como se fala, vendo a forma como se propõe a política. E por mais que a nível nacional a gente tenha uma postura muito feminista, por exemplo, nunca precisei pedir autorização para falar.

Alcoff (2016) critica a acusação de que a política identitária é uma forma de essencialismo ou de falta de sofisticação teórica. Ela argumenta que essa crítica, frequentemente utilizada tanto pela direita quanto pela esquerda, dificulta a decolonização do conhecimento. Para ela, a política identitária, longe de ser sectária, é inclusiva em termos de classe e essencial para os movimentos sociais que buscam justiça. Além disso, Alcoff defende que as identidades não são imutáveis ou essencialistas, mas produtos históricos que podem mudar ao longo do tempo. Ela também destaca que, ao ignorar as diferenças étnicas e raciais, muitas correntes de pensamento, inclusive no campo da esquerda, subestimam a importância das identidades e do seu papel nas lutas contra as hierarquias e opressões impostas.

Durante a entrevista, ficou evidente como o patriarcado e o paternalismo estão presentes na vida partidária das mulheres:

A forma como eu falo, por exemplo, com eles, é uma forma como se eu estivesse falando, assim, com os meus alunos, digamos assim. ‘Ei, cara, você não vai fazer isso?’ Bom, então eu preciso ficar insistindo muito para eles estarem fazendo alguma coisa que eu prontamente faço, que é estar dirigindo o partido. Por exemplo, para estar em uma agenda aqui do partido, eu preciso estar insistindo muito que eles compareçam, agendas que eu não preciso que ninguém insista comigo (Zeferina, entrevistada 1 do PT).

Essa dinâmica revela como, mesmo em um espaço partidário composto por adultos, as mulheres continuam a assumir a responsabilidade de garantir que os homens cumpram suas

funções. A sobrecarga de responsabilidades é uma consequência direta da persistente divisão de papéis e da dinâmica de gênero no ambiente partidário. A dirigente detalha a situação:

E eu vejo isso também como uma forma, não de violência, mas uma forma de precisar, sabe, ficar de cansaço. Entendeu? Meio que vencendo a gente pelo cansaço. E aí, dentro desse coletivo a gente sempre fala que as mulheres trabalham nesse coletivo, porque os **meninos são preguiçosos** (grifo nosso).

Além disso, Zeferina, entrevistada 1 do PT, revela como essa a situação afeta sua vida pessoal e profissional:

quantas vezes eu precisei abrir mão de estar lendo um texto, investindo na minha própria trajetória acadêmica, que claro, casa muito bem com o PT, porque as nossas lideranças masculinas não queriam estar na agenda e não podia deixar a agenda aberta. Eu sou incentivada a sempre estar cumprindo, abrindo mão. Mas outros não estão dispostos a abrir mão.

A entrevistada também compartilhou como, ao longo de sua trajetória no PT, foi “criada” para adotar uma postura de enfrentamento, mesmo sem ter solicitado passar por esse processo.

Assim, meio que eles me criaram, digamos assim, para estar nessa postura, mas me criaram sabendo o que eu ia vivenciar dentro do PT, mas que eu não tinha pedido, por exemplo, passar por esse tipo de criação. Entendeu. Então, assim, para mim, hoje, o enfrentamento dentro do PT se dá de forma muito fácil. Por exemplo, para eu falar, ‘não me interrompa’ é porque dentro do meu grupo político eu fui incentivada a isso. Entendeu? De homens que sempre falaram, sempre se afirmaram. Então, assim, eu precisei passar por esse teste, digamos, para que eu tivesse firmeza dentro do partido. E, assim, quando eu tomo essas posições de firmeza, é surpreendente para todo mundo, porque eu não cresci, digamos assim, dentro do PT. Tem figuras que nasceram dentro do PT com um ano, por exemplo.

Essa experiência com os homens mais velhos do partido, como uma relação de pai-filha, ilustra bem o conceito de *infans* e *sujeito de suposto saber* apresentados por Gonzalez (2020). O conceito de *infans* refere-se a alguém que não é sujeito de seu próprio discurso, sendo falado pelos outros, enquanto o *sujeito de suposto saber* é aquele a quem se atribui um conhecimento que, na verdade, ele não possui. No contexto do sistema patriarcal-racista de viés colonial, as mulheres negras e indígenas são constantemente infantilizadas, sendo privadas do direito de serem sujeitas de suas próprias histórias e discursos, uma experiência vivenciada por Zeferina dentro do PT em Manaus.

A entrevistada descreveu os homens adultos e mais velhos do partido como “crianças” que são dependentes de alguém mais velho, nesse caso das mulheres. A metáfora revelou a naturalização de uma dinâmica maternalista, em que as mulheres se veem obrigadas a desempenhar um comportamento como se estivessem em uma relação parental, em vez de uma relação equitativa de trabalho.

Essa infantilização, ao mesmo tempo que evidencia a desigualdade de gênero e raça, também destaca que as mulheres, para se afirmarem no partido, precisam se provar constantemente não apenas como mulheres adultas e profissionais capacitadas, mas também como intelectuais e como jovens, mostrando que juventude não é sinônimo de irresponsabilidade ou ausência de experiências. Na compreensão de Lorde (2015, p. 4):

As mulheres de hoje ainda estão sendo convocadas para se desdobrarem sobre o abismo da ignorância masculina e educarem os homens a respeito da nossa existência e das nossas necessidades. Essa é uma das mais antigas e primárias ferramentas usadas pelos opressores para manter o oprimido ocupado com as responsabilidades do senhor [...] isso é uma dispersão de energias e uma trágica repetição do pensamento patriarcal racista.

Zeferina, entrevistada 1 do PT, também compartilha algumas outras violências ocorridas em sua trajetória no partido:

Ah, para você assumir esse cargo, você, perdão na palavra, ‘você teve que dar para quem’, entendeu? Então, assim, sabe, ‘para estar nesse posto, você precisou passar por qual posição sexual?’. São as fofocas dos corredores do partido que muitas vezes se tem, né? [...] uma forma de eu me proteger, por exemplo é usar essa aliança, entendeu? Então, por exemplo, eu não tenho um companheiro, mas para me reafirmar dentro do partido, a gente precisou chegar nessa tática que a gente utiliza como estratégia política justamente para que eu pudesse afirmar, por exemplo, a questão da idade, superar esse quesito da idade, superar essa dimensão, por exemplo, ‘ah, amante de quem?’, ‘tem relações sexuais com quem?’, ‘namora com quem’ para isso não entrar no discurso, então, na dúvida, entendeu?

A dirigente do PT Manaus argumenta que, para ser respeitada, muitas vezes precisa adotar posturas mais enfáticas, que são comumente vistas como agressividade quando impostas por mulheres.

**Quando a gente assume uma postura mais enfática, isso é visto como uma agressividade.** Quando a gente tem as mesmas posturas masculinas, na política, eu acho que isso é um problema. Por exemplo, às vezes, pra ser ouvida, a gente precisa ter as mesmas posturas que um homem tem, isso para mim é uma violência, por exemplo. Ser agressiva, sabe? ‘Espera aí, peça silêncio que eu estou falando’. Então, para mim, isso são coisas que estão acima, inclusive, da minha própria prática pessoal, sabe? Não é apenas uma prática política, mas aquilo que eu acredito. Então, assim, quando eu vejo, estou tomando posturas que não são minhas, que eu não tomaria em outros espaços, por exemplo, na universidade, eu nunca precisei fazer isso, né? Mas é que **eu me sinto forçada a fazer isso, a marcar território**, digamos assim, porque **senão eu não sou ouvida** e às vezes, eu **preciso ter que dar carteirada** justamente para ser, digamos assim, minimamente respeitada (Zeferina, entrevistada 1 do PT, grifo nosso).

A violência sofrida por ela, reflete um sistema político patriarcal – racista – classista onde, para ser ouvida, uma mulher é obrigada a adotar comportamentos que não são seus, mas esperados de um ambiente político violento.

Antonieta, entrevistada 1 do MDB, ao relatar sua experiência, descreve um episódio de “*pequena violência de gênero*” durante uma reunião com candidatos. O termo, no entanto,

minimiza uma situação que revela profundas marcas do machismo. Ele conta que, ao abordar a divisão de candidaturas para garantir os 30% de mulheres estabelecidos pela lei, um candidato que ela descreveu como *“um capitão da polícia, branco, evangélico, com uma boa situação financeira, extremamente machista e bolsonarista”* levantou-se e disse:

ninguém pode furar, porque mulher é arregona. Chega na hora da campanha e vocês desistem. Então, para cada mulher que desistir, vai ter que desistir um homem também, né? Porque tem que ter essa paridade para as candidaturas homologadas.

Tal declaração, ignora o esforço político, psicológico e familiar envolvido na participação das mulheres na política e reduz suas contribuições à condição de fragilidade. Antonieta, entrevistada 1 do MDB, no entanto, não ficou calada. Como veremos no próximo tópico deste capítulo, ela se posicionou firmemente contra essa tentativa de desqualificação.

Sem experiência em eleições, Antonieta, entrevistada 1 do MDB, destaca que sua trajetória e caráter ilibado incomoda profundamente os adversários políticos, tornando-a alvo de constantes tentativas de descredibilização vinda de homens e mulheres:

Eu tenho me colocado como uma candidata que tem muitos pontos positivos porque eu não tenho rejeição. Eu não tive mandato, não fui experimentada nas urnas, a população só conhece coisas boas ao meu respeito, até o momento, né? Então, assim, isso incomoda muito as candidaturas masculinas, que são a maioria aqui e isso tem me feito sofrer alguns episódios de tentativas de me descredibilizar. O que absolutamente não pode acontecer porque, assim, sem falsa modéstia, assim, existe uma disparidade muito grande da bancada hoje eleita pro meu discurso, sabe? Não tem ninguém que leve as pessoas a pensarem com ciência. A política é uma moeda de troca aqui e eu tenho me proposto a quebrar muito isso, sabe? Então, de repente, ser vista como alguém que tá buscando o seu conteúdo, com suas falas, com sua presença nas redes sociais, nas universidades, nas escolas, levar as pessoas a pensarem é algo que incomoda bastante politicamente os meus ‘adversários’ e as mulheres ‘adversárias’, porque eu já sofri de uma outra mulher uma tentativa de descrédito também em relação ao meu trabalho, né? Tipo, ‘qual é a pauta dela?’, ‘Ela tem que definir o que ela defende, se ela defende mulher, se ela defende criança’ a minha pauta é muito política afirmativa, né?

Tal violência moral/psicológica vivida por ela, revela o peso das palavras de Beauvoir (2005, p. 82) “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. Acotirene, entrevistada 1 do Pcdob, por sua vez, compartilha a violência psicológica, racial e simbólica que sofreu no núcleo de negritude do partido por um homem retinto, evidenciando como o patriarcado-racismo se entrelaçam nas dinâmicas de poder.

E aí entrou um rapaz [...] com uma turma muito boa, conversaram comigo, ‘não, a gente quer se filiar, quer ajudar na luta’. Beleza, adentraram e aí eu fui começando a perceber um negócio estranho. Ele é um homem negro, entrou com um grupo de pessoas que se consideram também negras e tal [...] E eu lembro que foi um negócio péssimo, porque tipo, deixa eu olhar a palavra. Porque assim, ele chegou e como ele é um negão, homem, grande, sabe? Aí tipo assim, ele tem que ser o presidente do núcleo, como se o meu fenótipo ele fosse menor. Inferior dele. E isso gerou algumas

coisas, porque começou o enfrentamento, e percebo muito isso, foram momentos bem, até determinado ponto, estava tudo tranquilo.

Após a entrada do grupo a entrevistada narra a escalada de violência que sofreu e como isso a afetou psicologicamente:

[...] aí eu percebi um negócio de querer me tirar do processo, entendeu? Para se protagonizar, me deixando de lado, achando que tipo; ‘não, já liderou muito, já, agora tem que dar’ E eu não tenho problema com isso, mas não dessa forma e aí a gente chegou às vias de fato, em determinado momento nós estávamos reunidos no movimento negro, num determinado local, com representações do movimento e tal. Nós dois sendo do mesmo partido e da mesma entidade. E aí ele começa a fazer uma crítica na frente de todo mundo, porque nós temos um princípio de que assim, vamos esgotar aqui internamente os nossos conflitos porque pra fora não é legal. Isso aí é inclusive antiético. E foi exatamente isso que aconteceu. Quando chegou nessa hora, ele começou a criticar muito e tal, e eu falei assim, e aí? ‘Tá fazendo o que, então? Porque isso aqui não é uma pauta do movimento negro amazonense, isso é uma pauta pra nós tratarmos internamente’. Inclusive internamente no Pcdob. E aí ele se exaltou e começou a me ofender, me chamou de vagabunda. Aí eu peguei o meu celular e quebrei na cara dele. Foi nesse nível. Entendeu? Fiquei com crise de ansiedade, passei mal, fui à delegacia, fiz o B.O, acho que foi uma das coisas mais marcantes desse processo (Acotirene, entrevistada 1 do Pcdob).

Após a violência narrada, a entrevistada levou o caso para as instâncias partidárias. Todas as pessoas que entraram com o homem que a agrediu não fazem mais parte da sigla. Entretanto, ela relata que mesmo diante da gravidade dos acontecimentos ainda sofreu com as dúvidas das pessoas sobre a veracidade dos fatos, o que intensificou o seu desgaste emocional:

E ainda assim você vê as pessoas que dizem, ah, ela tá exagerando. Entendeu? A gente ainda enfrentou muito esse desgaste. Mesmo assim ainda teve muitos processos. Uma hora que a gente até pensa, ‘será que eu tô nesse lugar? é legal passar por essas coisas e ainda ser tachada de louca, de ‘a doidona’, não sei o que? Mas, enfim, depois eu penso, a gente sempre passa por esses momentos, mas eu sempre penso assim, cara, tô por conta da causa, entendeu? Eu tenho a minha vida profissional, eu não dependo do partido, nunca dependi do partido pra cargo nenhum. Tenho isso muito delineado na minha vida, tenho a minha profissão, meu estudo acadêmico, minha vida militante. E aí, eu não tô por conta das pessoas, eu tô porque é um negócio que eu acredito de fato.

De modo similar, Alexandrina, entrevistada 2 do PT, relatou episódios de violência física: *“No PSB o cara torceu o meu braço e aqui no partido já quiserem ‘me botar no meu lugar’ ”*. Diante do exposto, Acotirene, entrevistada 1 do Pcdob, registra avanços institucionais no partido, como o trabalho da UBM, que acompanha denúncias de violência, inclusive contra filiados do partido, encaminhando os casos à comissão de ética. Ela observa que há maior cuidado atualmente entre os filiados e filiadas devido ao processo de desconstrução dessas práticas. Contudo, os desafios permanecem:

Nós temos a UBM, né. A gente está o tempo todo em alerta, e sim, já tivemos processos em que camaradas bateram nas suas esposas, nas suas namoradas, que isso chegou como denúncia, que precisou ser apurado, que precisou passar por todo esse

critério da nossa comissão de ética partidária. Então a gente está sempre alerta em relação a isso. Mas dizer que não acontece agora, claro. A gente tem hoje muito mais, como é que eu posso dizer?...Hoje parece que existe um cuidado maior, inclusive, porque a gente está num processo de, inclusive, ainda, como é que eu posso dizer?... desconstruir isso e fazer com que os nossos camaradas homens compreendam o que que significa esse assédio que não pode ser naturalizado, essa questão da violência, de ficar observando, tipo assim, quem são nossas lideranças, homens? Entendeu? O que que eles fazem? Por que que a mulher não está na liderança ao lado do camarada marido? O que que é que está acontecendo? Porque ele está conseguindo ascender e ela não. Então a gente está o tempo todo observando, atento, entendeu? e questionando mesmo. Nós temos os nossos fóruns de discussão e a gente bota para cima mesmo, entendeu. Fala, ‘ó, vamos observar’

Quando questionadas sobre os protocolos do partido em caso de VPCM ou VPG, as entrevistadas trazem diferentes perspectivas. Alexandrina, entrevistada 2 do PT, expõe a inércia e ausência de protocolos:

Não há reação. A secretaria de mulheres hoje é ligada ao Waldemir Santana, então elas fazem a linha com as mulheres, mas são subordinadas a ele. Uma das mulheres me chamou lá, disse que eu era a candidata delas, mas escondida dele. Todas as correntes são isso. Mas a corrente do Zé Ricardo, por exemplo, afronta mais, falam mais, sabe? elas têm mais coragem.

Por outro lado, Esperança, entrevistada 2 do PCdoB, ressalta que o partido busca encaminhar as denúncias que chegam e que já houve inclusive casos de afastamento e expulsão:

Teve um caso que fiquei sabendo que é de expulsão mesmo, de afastamento, né. Nesse partido que eu estou agora três anos depois eu não vivenciei isso. Tem reproduções que a gente fala ‘olha, isso não é mais legal. Isso não se reproduz mais. Isso é feio. Isso é crime. É tipo chamar ‘índio’. Não é mais legal. É mais puxão de orelha ‘pô, tu ainda tá nessa?’. Tipo assim, ‘cara como que você está na política, você e se diz contemporâneo e não se atualizou para a linguagem que está sendo falada em cada território?’. No mais, o partido busca encaminhar. Dentro dos relatos que ouvi é que houve a expulsão ou afastamento do filiado.

Já Almerinda, entrevistada 2 do MDB, afirma que não presenciou casos de VPCM ou VPG em seu contexto: “*enquanto eu estive presente não ocorreu nenhum*”. Não há protocolo formal, nem registro de ocorrências do tipo.

Os relatos das entrevistadas revelam que a maioria dos partidos políticos não dispõe de protocolos internos robustos para apurar e penalizar de forma contundente os casos de violência política. A exceção é o Pcdob, que apresenta registros de encaminhamentos para a comissão de ética. Embora algumas violências sejam explícitas, outras permanecem veladas, o que pode levar observadores externos a subestimar a gravidade do problema. No entanto, como evidenciam os depoimentos, o impacto dessas práticas é profundo.

A violência política contra as mulheres, mina a sua participação e leva muitas a considerarem desistir de seus espaços de atuação. Zeferina, entrevistada 1 do PT, relata:

Eu já pensei em devolver a composição do espaço que ocupo justamente pelo estresse e pela pressão que os homens desse partido fazem às mulheres. [...] Não pedem para retirar a candidatura, mas nos violentam levando o nosso estresse ao extremo para que desistamos.

Essa violência, não atinge apenas mulheres individualmente ou seus coletivos, mas, assim como a violência doméstica, também afeta suas famílias. Alexandrina, entrevistada 2 do PT, narra como sua militância em movimentos sociais impactou profundamente os filhos, que desenvolveram traumas devido às ameaças direcionadas a ela e, por vezes, a eles:

Quando eu comecei no partido os filhos já eram grandes. Mas eles odeiam que eu saia candidata a política nesse contexto de sair candidata, eles não se filiam a partido. Eles têm trauma. São de esquerda, eles defendem toda e qualquer bandeira de esquerda. Eles abominam o fascismo, tudo que a direita prega, mas eles têm o trauma da mãe que se doa tanto e que foi tão ameaçada. Acho que o que mais incomodou eles foram as ameaças de morte, foram constantes ameaças então deixou neles uma marca profunda. Esse é o preço que eu paguei e eles pagaram entendeu? Porque algumas ameaças foram pra eles também, do tipo 'a gente sabe onde estão teus filhos'. Foi quando eles tocaram na minha ferida. Porque algumas ameaças que eles faziam a mim eu dizia 'ah, mata! Vai te foder!'. Mas quando falaram nas crianças, já eram adolescentes, aquilo pra mim foi assim... vou ter que mudar, ter outras estratégias, eu e minha companhia, outras maneiras de estar pra gente se sentir bem, nós nos sentimos bem fazendo militância, mas eles não podem, não é justo.

Esses casos não são isolados. Lideranças femininas no Brasil e no mundo relatam experiências semelhantes. A ex-deputada federal Manuela D'Ávila é permanentemente ameaçada de morte e teve sua filha, uma criança, agredida e ameaçada de estupro. A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, sofreu a perda irreparável de sua irmã, a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, brutalmente assassinada por motivações políticas misóginas e racistas.

Outras parlamentares negras enfrentam ameaças recorrentes. A ex-deputada federal Áurea Carolina precisou ajustar suas pautas no Congresso temendo por sua integridade. Já a deputada federal Talíria Petrone e a deputada estadual Renata Souza, ambas parlamentares negras do Rio de Janeiro, convivem constantemente com ameaças de morte e racismo, mesmo durante a gravidez e a maternidade.

A violência política contra as mulheres, compromete gravemente a democracia, desestimulando ou interrompendo sua participação nos espaços de poder e perpetuando desigualdades. Combatê-la exige medidas contundentes, como políticas públicas efetivas, protocolos partidários sólidos e um esforço coletivo para romper com essa prática. No próximo tópico, analisaremos os desafios enfrentados pelas mulheres negras ao conciliar maternidade, trabalho formal e militância política, explorando como elas lidam com a sobrecarga dessas jornadas, enquanto lutam por espaço nas casas legislativas e nos partidos.

### 3.3 Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor: a coletividade como estratégia

Nós, mulheres negras, somos a vanguarda do movimento feminista nesse país; nós, povo negro, somos a vanguarda das lutas sociais deste país porque somos os que sempre ficamos para trás, aquelas e aqueles para os quais nunca houve um projeto real e efetivo de integração social.

*(Sueli Carneiro – Entrevista Revista Cult, 2017)*

A história das mulheres negras é marcada pelo pioneirismo e pela vanguarda nas lutas pela liberdade, emancipação e direitos básicos, sobretudo o direito à dignidade. Essa trajetória evidencia a capacidade de mobilização e solidariedade como pilares fundamentais no fortalecimento do povo negro e na superação das barreiras impostas pelos sistemas de opressão. A solidariedade entre as mulheres negras, nesse contexto, é um pacto político, afetivo e ancestral que transcende o tempo, se mostrando estratégico, sólido e duradouro.

No campo político, essa solidariedade se manifesta no cuidado mútuo, na construção de espaços que promovem alternância de poder e no compromisso com o bem-estar coletivo, pensado para toda a sociedade, e não apenas para grupos privilegiados. Ela também se expressa em redes de apoio às mães que disputam espaços políticos, na luta pela flexibilização dos horários de reuniões para atender às necessidades das crianças e na ressignificação da política como lugar legítimo das mulheres trabalhadoras, pobres, cuidadoras e mães – rompendo com a lógica da política como um espaço masculino, branco e rico.

A presença de mulheres negras na política, desafia o individualismo e reafirma a transformação coletiva como propósito maior. Assim, a solidariedade se consolida como uma estratégia de resistência e transformação radical do fazer político. Apesar dos enormes desafios enfrentados pelas mulheres negras para garantir sua participação na política, sua luta gerou conquistas significativas. Como destaque, a entrevistada Esperança revela:

As mulheres parlamentares do PCdoB se unem muito com as mulheres no congresso para conseguir aprovar leis mais próximas da realidade da sociedade, então isso foi um avanço. Um deles é trazer mesmo até algumas coisas que vão ser aplicadas na eleição desse ano, que é pelo menos garantir os 30%, né. Barraram algumas asneiras, né. Conseguiram aí agora a gente tivesse realmente uma regulamentação em relação a essas cotas, porque não tinha uma regulamentação, né, estava ali garantido em lei, mas não estava regulamentado. Agora não, nessa eleição a gente começa a ter uma regulamentação de fato instituída. Agora é crime mesmo você usar mulheres laranjas. Então a fiscalização vai ser maior. E as mulheres do PCdoB estavam dentro disso. No setor Cultural a gente conseguiu aprovar o Sistema Nacional de Cultura que são a universalização, né, como um Sistema Único de Saúde (SUS). Essas conquistas foram cultivadas ao longo da democracia por essas mulheres que fazem ocupação em sindicatos, em secretarias, que se filiaram.

Conforme destaca Carneiro (2003), o movimento de mulheres negras brasileiro é um dos mais respeitados do mundo, sua capacidade de mobilização e influência é tamanha que 80%

de suas propostas foram contempladas na Constituição de 1988. Ainda conforme a autora, esse movimento desempenhou papel crucial em inovações nas políticas públicas, na luta pela anistia, por creches, por saúde pública e de qualidade, pelos direitos sexuais e reprodutivos, pelas cotas raciais, pela distribuição equitativa de recursos de campanha e tempo de rádio e televisão para candidaturas negras, em defesa da reparação histórica, dentre outros.

Ainda em relação a conquista das mulheres negras do Pcdob, a entrevistada 1, Acotirene, menciona que a mais significativa é a ocupação dos espaços e a valorização do protagonismo feminino na política. Segundo ela:

essa ocupação mesmo de espaços, essa valorização. Eu acho que a compreensão de que ser antirracista e que o combate ao racismo é necessário. Foi um negócio que está sendo compreendido, internamente e para fora. Por conta disso, hoje nós temos uma Secretaria Nacional específica de combate ao racismo. E aí nós temos o Coletivo Antirracista Partidário, que o nome é Emanuel Medeiros, porque é justamente esse nosso camarada que foi fundador da Unegro [...] então a gente avançou. Porque se a gente tem aqui as estratégias, as nossas metas de combate ao racismo, então a gente precisa ter essa movimentação para além, claro, do protagonismo de fiscalizar a política, de estar lá batendo, de fazer as proposituras, de participar das conferências, de estar dentro dos conselhos. Então acho que essa é a nossa batalha cotidiana e sempre as mulheres estão protagonizando isso. Tanto na Unegro, via UBM, na própria UJS. Hoje está bem assim para a gente, bem delineado esse processo.

A frase mundialmente conhecida “numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”, atribuída a Ângela Davis, sintetiza a necessidade de uma postura ativa contra o racismo. Ser antirracista exige, antes de tudo, reconhecer a existência do racismo e considerar as atualizações contínuas desse sistema, interligado a outros sistemas, como gênero e classe. É apenas compreendendo esse funcionamento que se torna possível construir estratégias que desmantelem esses sistemas que são indissociáveis.

No Brasil, o mito da democracia racial – idealização de uma suposta harmonia entre negros, indígenas e brancos, sustentada pela miscigenação – revela-se uma ferramenta ideológica que perpetua as dinâmicas de racismo no país. Gonzalez (2020) aponta que esse mito, promovido pelos intelectuais da primeira metade do século XX, oculta a exclusão e desigualdades estruturais vividas pela população negra e indígena desde a abolição.

Esse mito, segundo a autora, propaga a falsa ideia de que somos todos iguais perante a lei e que graças a Lei Áurea pessoas negras são cidadãs como todo mundo, assim, são as únicas responsáveis por não ocupar os espaços e não ascenderem socialmente, afinal, dadas as suas características de ‘preguiça’, ‘irresponsabilidade’, ‘alcoolismo’, ‘infantilidade’, etc. só pode desempenhar, naturalmente, papéis sociais mais inferiores” (Gonzalez, 2020, p. 38).

Reconhecer o racismo é um passo essencial para enfrentá-lo, afinal, não se pode combater o que não se nomeia, como ensina Ribeiro (2019). Para tanto, é necessário

desnaturalizar o racismo, discutindo conceitos como branquitude e negritude, questionando a ausência de pessoas negras nos espaços de poder promovendo a diversidade em todas as esferas da sociedade. É igualmente importante valorizar os traços físicos, culturais e históricos da população afro-brasileira e reconstruir a narrativa histórica sob a perspectiva das pessoas que foram vítimas do estupro colonial e da escravidão forçada.

Ribeiro (2019), ao complementar o pensamento de Amelinha Teles no livro “Breve história do feminismo no Brasil”, ressalta que ser feminista e antirracista é assumir uma postura incômoda, desafiando estruturas profundamente enraizadas e propondo uma transformação radical da sociedade. Assim, as conquistas das mulheres negras do Pcdob e de outras organizações políticas demonstram que a luta feminista e antirracista exige coragem e comprometimento diário com mudanças estruturais, ampliando o horizonte de possibilidades e vislumbrando um futuro com reparação histórica, justo e equitativo. A entrevistada 1 do PT, Zeferina, ao refletir sobre as conquistas das mulheres no PT, destacou:

ter uma Secretaria de Negritude, né, uma Setorial de Negritude e outra, justamente, essa disponibilidade e esse recurso só voltados para candidaturas negras, que se alinha com outro recurso, que é de candidaturas femininas, né, então, assim, de mulheres mesmo. Então, por exemplo, não é apenas uma questão de cumprimento de uma lei eleitoral, mas foi, acho que, uma política instituída pelo próprio Partido, entendeu? E que isso perpassa o debate sobre o feminismo, porque isso, a gente percebe que todas as lideranças que falam sobre isso, sobre essa conquista são lideranças feministas, sabe? São lideranças de mulheres, né [...], me encanta, vou ser bem sincera, porque apesar das nossas disputas, além das tendências, a gente consegue, pensar em secretarias, e as secretarias, a gente percebe que são o fator de unificação dentro do Partido, que a gente consegue realmente fazer coisas importantes.

Conforme afirmou hooks (2022) a sororidade, entendida como irmandade entre as mulheres na luta contra o patriarcado, ainda é uma força essencial. O movimento feminista criou um espaço onde as mulheres puderam se conectar, desaprender o auto ódio ensinado pelo patriarcado e se unirem para proteger seus interesses coletivos, em oposição à falsa narrativa de que o feminismo busca antagonizar os homens.

No entanto, no contexto brasileiro, onde raça e classe foram muitas vezes ignoradas pelo feminismo dominante, Piedade (2017) argumenta que a sororidade não abarca completamente a experiência vivida pelas mulheres negras. Em sua análise, a autora propõe o conceito de *dororidade*, que nasce da vivência das dores específicas das mulheres negras – da violência, dos apagamentos, da exclusão. Para a autora, quanto mais preta, mais racismo e mais dor. Nesse sentido, a dororidade não surge para substituir a sororidade, mas como um complemento necessário para incluir as experiências das mulheres negras no discurso feminista.

Sororidade e dororidade, portanto, se apresentam como conceitos complementares e fundamentais para sustentar uma política de solidariedade feminista que reconheça tanto as experiências comuns quanto as diferenças entre as mulheres. Na política, essas dimensões criam uma atmosfera de solidariedade que fortalece as agendas prioritárias para mulheres em geral, mas que também valoriza e centraliza as demandas das mulheres negras.

Essa conexão pode ser vista nas reflexões da entrevistada 1 do PT, Zeferina, que enxerga o papel das secretarias como espaços de unificação dentro do partido, promovendo avanços significativos em candidaturas negras e de mulheres. A fala da entrevistada, evidencia como essa política de solidariedade entre mulheres, ancorada tanto na sororidade quanto na dororidade, é capaz de transcender disputas internas e tendências partidárias para construir ações coletivas transformadoras. Suas reflexões ecoam os princípios defendidos por Piedade (2017) e por hooks (2022), demonstrando que o feminismo negro tem sido uma força central na construção de estratégias mais inclusivas e solidárias.

As conquistas das mulheres negras nos partidos requerem estratégias, que exigem articulações que levam meses ou anos para serem implementadas. Como destacou a entrevistada 1 do PT, Zeferina:

A gente está com uma política nossa que a gente tem tentado, sobre candidaturas negras, sobre a ocupação de cargos dentro da política a nível partidário mesmo, é de a gente ter uma banca de heteroidentificação, justamente pra combater as práticas de você se afirmar enquanto negro, sendo que não é negro [...] sendo que a gente sabe que é só pra disputar essas secretarias. E isso pra gente é simbólico [...] então, ter uma banca, por exemplo, de identificação, justamente vai no combate a essas práticas partidárias. A banca de heteroidentificação ainda está sendo pensada. [...] então, pra mim, acho que é algo muito marcante, nem simbólico, perpasso a categoria de simbólico, mas marcante. Porque aí fortalece realmente esse debate sobre negritude e as nossas lideranças feministas, que têm contribuído com isso, que têm pensado isso dentro do partido.

Desde 2016, com a obrigatoriedade do preenchimento do quesito cor/raça no registro de candidaturas e os avanços alcançados para a promoção de candidaturas negras – como a Emenda Constitucional nº 111, aprovada em 2021 (Brasil, 2021d) que prevê contagem em dobro dos votos recebidos por mulheres e pessoas negras nas eleições para a Câmara dos Deputados (2022-2030) para recebimento do Fundo Eleitoral e Fundo Partidário –, observou-se um aumento expressivo no registro de candidaturas negras e na troca de autodeclarações de branco para pardo. Esse cenário despertou discussões sobre possíveis fraudes nas cotas raciais e revelou que além de garantir as cotas, a justiça eleitoral e os partidos, precisam fiscalizar os repasses e registros de candidaturas.

Além da autodeclaração racial, a classificação racial brasileira é feita a partir das características físicas (fenótipos) das pessoas. Em seleções e concursos que preveem reserva de vagas, para evitar fraudes, além da autodeclaração as pessoas candidatas passam por uma comissão de heteroidentificação que busca checar a veracidade da informação fornecida pelo indivíduo. Assim, não é válida a tentativa de reinvidicação de negritude por meio de ascendência remota ou da apresentação de documentos, como certidões ou certificados que contenham registros raciais.

A ausência de mecanismos de controle mais rigorosos sobre a autodeclaração de candidatos evidencia uma lacuna nas ações da justiça eleitoral e dos próprios partidos políticos. Nesse sentido, a proposta apresentada pelo PT Manaus, torna-se essencial para assegurar a participação de pessoas negras nas instâncias partidárias e impedir que os *afro-convenientes* sigam fraudando cotas e ocupando espaços que não lhes pertencem. O termo, amplamente utilizado pelo movimento negro, refere-se a indivíduos brancos que se autodeclaram negros para obter vantagens de políticas afirmativas, mesmo sabendo que não são negros e que não são reconhecidos como tal pela comunidade negra.

Visando coibir fraudes nas políticas afirmativas direcionadas para as candidaturas negras, o secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT, Martvs das Chagas, anunciou, em 2024, a criação de comissões de heteroidentificação para analisar a autodeclaração dos candidatos e candidatas, tornando-se o primeiro partido político a realizar esse procedimento (Jornal PT Brasil, 2024). A recomendação da nacional do partido é que os estados implementem comissões semelhantes, assim, o PT Manaus se lograr êxito na sua proposta de comissões para analisar as candidaturas aos cargos internos e implementar as comissões para as candidaturas nas eleições, dará passos significativos no combate às fraudes.

Oportunidades, espaços e valorização da militância, representam conquistas importantes para as mulheres negras nos partidos. A respeito disso, a entrevistada Antonieta, entrevistada 1 do MDB, destaca:

Então, assim, é muito bizarro falar isso, mas o simples lugar, o espaço de fala, pra mim já é uma conquista absurda, sabe? Porque se a reitoria da Universidade do Estado do Amazonas me convida pra palestrar [...] e trazer o recorte da mulher negra [...] para eu ter esse espaço de fala, por mais simples que pareça ser, é muito importante. Então, eu digo, assim, foi uma conquista que eu fiz pessoalmente, não enquanto partido, mas que a sigla do partido, ela me traz ali outros espaços também, né? [...] O MDB tem um podcast [...] e a gente consegue, assim, favorecer bastante o diálogo, é bem interessante. E eu sinto que estar num lugar estratégico pra tocar o dedo na ferida é uma conquista. Se o MDB tá se abrindo, abrindo sua mentalidade pra ouvir essa menina [...] parda, preta, negra, sei lá, eu já acho legal porque, tipo, ela tá falando alguma coisa interessante, então vamos ouvir, vamos abrir um espaço. Eu sinto que isso é uma conquista bem significativa [...] poder dialogar com crianças sobre o que é racismo, sobre a autovalorização da imagem da criança negra, pra mim também é uma

conquista fundamental, assim. Eu digo que é bizarro porque você tá, eu tô vangloriando uma coisa que é básica, que é falar, mas que durante muito tempo isso foi visto como mero mimimi, sabe? [...] Eu acho que a gente tá construindo isso agora, consolidando isso agora. Eu acho que o MDB deveria agradecer a mim.

Como apontado nesta pesquisa, as mulheres negras ocupam lugares que permitem interpretações singulares sobre a sociedade. Ribeiro (2017) enfatiza que essas mulheres devem utilizar esses espaços para oferecer perspectivas inovadoras aos debates, ampliando a pluralidade das discussões. O conceito de “lugar de fala” ou espaço de fala não significa interdição discursiva, nem implica em cerceamento ou interrupção do debate, mas sim, a participação a partir do espaço social que cada pessoa ocupa.

Compreendendo que todas as pessoas têm um lugar ou espaço de fala, Ribeiro (2017) ressalta que o essencial é que pessoas que pertencem a lócus privilegiados reconheçam as hierarquias produzidas a partir desses lugares e como essa posição impacta diretamente os espaços ocupados pelos grupos subalternizados.

As experiências que atravessam de maneira semelhantes, pessoas negras e mães no Pcdob, se desdobram em estratégias de cuidado mútuo. Segundo a entrevistada 1, Acotirene:

Teremos uma reunião da Unegro, as 17 horas, as cinco horas, vai todo mundo para lá, vai até as crianças, no local que a gente... Seja uma casa de uma camarada ou um camarada, ou seja num sítio, ou seja na própria sede do partido. E a gente está sempre fazendo isso, mas depois vamos fazer o momento nosso de bater papo, de conversar. Eu acho que isso é uma estratégia interessante de você não estar só...Porque cuidar é você sair da tua zona de conforto e se predispor a esse tipo de luta, e ser um negócio muito só teoria, só luta... E aí a gente está sempre pensando, vamos fazer uma feijoada, entendeu? Para confraternizar. As nossas confraternizações sempre acontecem de final de ano. A gente tem uns instrumentos tipo cine vermelho, que a gente faz no cinema. Ou então sexta, tipo como se fosse uma sexta vermelha também, que a gente monta lá um boteco vermelho. Aí faz a reunião política, entendeu? Mas também fazemos uma confraternização. E sempre nessa pegada, entendeu? De estar trabalhando, mas também estar tipo cuidando um do outro. A gente também tem, por exemplo, agora no dia 12, faremos uma espécie de homenagem a um principal fundador nosso, que foi Emanuel Medeiros, está fazendo cinco anos que nós o perdemos e em seguida já tem uma programação que a negrada lá, vai ter um samba. Então é sempre assim, **pensando essas estratégias de nós conseguimos nos mantermos juntos (grifo nosso).**

Para a entrevistada 2 do Pcdob, Esperança, a principal estratégia das mulheres negras é a coletividade. Ela diz:

Movimento. Mostrar movimento coletivo, mostrar que está sempre em coletivo, apresentar pra sociedade a iniciativa e dizer “oh, nós estamos com tal iniciativa pra esse momento, pro debate político e trazer mais a sociedade”. Não obrigar a sociedade a debater política e já ter que se filiar. Então essas são as estratégias. Sempre falar que partido é meio de algum processo e não fim. Até pra sair a cultura personalista que diz “é aquele perfil, o grande nome do PCdoB”. Não! Ela elaborou um projeto essencial que hoje serve pra um monte de coisa.

De maneira similar, a entrevistada 2 do PT, Alexandrina, ressalta a força da coletividade como encorajador para permanecer na política e disputar as eleições. Para ela, a estratégia é:

É se conectar com o coletivo [...] e seguir na luta mesmo com as adversidades [...] se o PT não conversa com a base, nós conversamos com a base. O apoio mesmo vem das mulheres do movimento social.

As contribuições de Acotirene (PcdoB), Esperança (PcdoB) e Alexandrina (PT) reafirmam que a coletividade e o cuidado mútuo são pilares fundamentais para a permanência e a atuação política das mulheres negras. Suas práticas de solidariedade no cotidiano partidário que se estendem para a vida pessoal e nas ações coletivas, criam espaços de resistência, acolhimento, amor e celebração da força ancestral – o aquilombamento. Esse conceito, central no movimento negro, transcende a militância individual e reconfigura a política como um espaço de conexão, transformação e luta compartilhada.

Ao evidenciarem essa prática comunitária, as entrevistadas demonstram que a política não deve ser uma arena de disputas institucionais violentas, mas um meio, um espaço para fortalecer vínculos e construir alternativas que promovam o bem-viver para toda a sociedade. É assim que as mulheres negras seguem hackeando a política, transformando todos os lugares que ocupam em territórios de resistência, esperança e luta. Suas ações, e as ações das que vieram antes de nós nos mostram caminhos possíveis para uma sociedade livre, justa e plural. Que sigamos ouvindo-as, aprendendo com elas e movimentando, com elas, a história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita deste trabalho foi marcada por descobertas e reflexões que só foram possíveis devido a colaboração das representantes políticas entrevistadas e aos dados fornecidos pelo TSE e outros órgãos. Esses recursos foram indispensáveis para aprofundar a compreensão das realidades enfrentadas pelas mulheres negras na política partidária em Manaus.

Este estudo teve como objetivo analisar a representação política de mulheres negras na política partidária em Manaus no período de 2016 a 2024, considerando o sistema cisheteropatriarcal – racista – capitalista. Para alcançarmos este objetivo, iniciamos a pesquisa analisando as relações de gênero, étnico-raciais e de classes no Brasil, com atenção especial ao contexto amazônico, demonstrando como as dinâmicas sociais contemporâneas refletem a herança colonial marcadamente cisheteropatriarcal, racista e classista.

Demonstramos que as condições enfrentadas na atualidade pelas mulheres negras brasileiras – como a precarização do trabalho e a sub-representação política – são fruto de sistemas de dominação-exploração que se renovam para manter privilégios.

Esses sistemas permanecem sólidos em seu objetivo de domínio e exploração, porque são sustentados por um pacto das classes dominantes que excluem sistematicamente aqueles que não se enquadram nos padrões de “normalidade” e “universalidade”, perpetuando desigualdades históricas que buscamos evidenciar neste trabalho.

Nossa pesquisa expôs que o processo histórico de exploração e opressão no Brasil foi marcado por violência, mas enfrentado de forma pujante pela população negra, indígena, quilombola e pelos movimentos sociais. Demonstramos que os sistemas de dominação – exploração estão enraizados, manifestando-se até mesmo dentro dos movimentos feministas, negros e partidos políticos de todos os espectros, onde práticas de desumanização e desvalorização herdadas do colonialismo se perpetuam, assim como ações que fortalecem o neoliberalismo e, conseqüentemente, o capitalismo, como ocorre no feminismo liberal.

Por outro lado, destacamos os movimentos feministas negros/ afro – amazônicos por sua luta em defesa dos saberes ancestrais, da biodiversidade e dos territórios dos povos da floresta. Ressaltamos também sua resistência contra a mineração em terras indígenas, contra a violência sexual sofrida pelas meninas e mulheres na Amazônia profunda, bem como suas intervenções para que os governos e instituições, inclusive os partidos, considerem o fator amazônico ao realizarem repasses financeiros.

A escolha teórica feita nesta dissertação, sobretudo, a compreensão de que os sistemas de dominação – exploração são interdependentes, nos possibilitou reunir ferramentas para

analisar as entrevistas e identificar nuances impressionantes nas falas dessas mulheres, bem como interpretar os dados fornecidos pelo TSE e demais órgãos consultados.

Evidenciamos que o caminho até que uma mulher negra se torne representante política é permeado por barreiras estruturais. Constatamos que a socialização feminina, marcada pelo trabalho doméstico e do cuidado, somada à pressão estética e social para que as mulheres formem famílias, mantenham relacionamentos e se destaquem em tudo o que fazem, as acompanha em todas as esferas da vida, incluindo na representação político-partidária de siglas que, mesmo se declarando aliadas das mulheres e suas pautas, reproduzem dinâmicas opressoras.

Reiteramos que a ausência de mulheres na política não se deve à falta de interesse, mas à sobrecarga causada pelas múltiplas jornadas de trabalho – remuneradas e não-remuneradas – que são impostas a elas. Essa situação não é uma escolha individual, mas o reflexo de uma exclusão estrutural, profundamente enraizada em sistemas de dominação-exploração que lucram com o afastamento das mulheres da vida pública.

Propomos, ainda, uma ampliação conceitual do patriarcado, reconhecendo seu caráter cis normativo e heterossexual, que denominamos cisheteropatriarcado. Essa articulação foi evidenciada nos relatos das entrevistadas, que descreveram estratégias utilizadas para lidar com o controle social e as expectativas em relação ao corpo e à vida afetivo-sexual. Por exemplo, descobrimos que algumas mulheres usam alianças sem estarem em relacionamentos para criar a aparência de que são “casadas” e assim, rapidamente, cessarem as insinuações sobre a sua vida pessoal, profissional e até sua competência para ocupar cargos no partido.

O mapeamento revelou inconsistências nos dados do TSE sobre raça-etnia, dificultando uma análise mais precisa do perfil das filiadas negras e do eleitorado. Embora as fichas de filiação incluam a pergunta sobre cor/raça, elas não são sistematizadas, evidenciando um desinteresse estrutural dos partidos em monitorar a diversidade racial. Apesar da população brasileira e do eleitorado serem majoritariamente negros e femininos, esse panorama não se traduz na composição das casas legislativas nem nos partidos políticos.

Observamos que o PT e o MDB atraem predominantemente mulheres mais maduras, enquanto o Pcdob reúne filiadas mais jovens. No PT, a juventude conta com cotas para cargos na direção partidária, o que pode contribuir para equilibrar sua composição. Já o MDB tem investido na secretaria de juventude e em ações sociais de captação de um público mais jovem. O perfil do Pcdob reflete a base construída pela UJS nos movimentos estudantis secundaristas e universitários.

O número de mulheres filiada ao PT apresentou um crescimento constante, impulsionado por campanhas regulares de filiação. O Pcdob manteve alguma estabilidade, perdendo poucas filiadas, enquanto o MDB, diante de uma estagnação em seu quadro de filiadas, promoveu uma campanha de filiação em massa em 2024. Essa movimentação nas filiações podem ter relação direta com o contexto sociopolítico brasileiro, com as políticas afirmativas criadas para impulsionar mulheres e pessoas negras na política, maior interesse nas chamadas “pautas identitárias”, maior compromisso com grupos minorizados, maior interesse nas candidaturas de mulheres e pessoas negras e nos incentivos financeiros que os partidos e candidaturas recebem, dentre outros.

Apesar dos avanços em relação a presença feminina nos partidos, os homens ainda predominam, especialmente no MDB. Observamos um aumento na participação de mulheres solteiras e uma redução de mulheres casadas, que indicam reflexos das barreiras impostas pelos sistemas de dominação – exploração, como as múltiplas jornadas de trabalho, a sobrecarga com as tarefas partidárias, a falta de apoio de seus ou suas cônjuges para permanecerem na vida pública, ou até mesmo práticas partidárias inadequadas.

Nosso estudo mostrou que, em geral, os homens se dedicam à política com tranquilidade e naturalidade porque há alguém sobrecarregado – seja em casa ou no partido – sustentando essa estrutura. A implementação de uma Política Nacional de Cuidado no Brasil é urgente e representa um passo inicial para criar uma consciência coletiva de que o cuidado é um trabalho e pode ser responsabilidade de pessoas de todos os gênero, raça/etnia e classes. Contudo, os partidos não podem esperar por essa política para começar a agir.

Embora os dados sobre raça/etnia das filiadas e do eleitorado sejam inconsistentes, ficou evidente, com base nas entrevistas, que o perfil das filiadas impacta diretamente o registro de candidaturas. Mulheres com maior segurança financeira, tempo disponível e apoio familiar têm mais chances de disputar eleições. Entretanto, mesmo com essa estrutura, elas continuam vulneráveis à violência política e as práticas ilegais, como candidaturas laranjas, desvios de recursos de suas campanhas para as campanhas de outros candidatos, e sobrecarga com tarefas partidárias durante o período eleitoral. Por isso, defendemos que o grau de instrução, aliado à qualidade da formação, são essenciais para fortalecer a autonomia e aptidões dessas mulheres e prepará-las para o enfrentamento das barreiras encontradas na vida pública.

Para compreender as formas de organização e luta das mulheres negras nos partidos, buscamos conhecer suas estruturas, coletivos, secretarias especializadas e a disponibilização de recursos para capacitá-las. Identificamos secretarias e núcleos de mulheres e pessoas negras instituídos em todos os partidos, mesmo assim, as entrevistadas relataram problemas para

garantir a representatividade dessas pessoas nas instâncias, bem como denunciaram que o PT e o MDB precisam valorizar mais essas pautas e as filiadas e proporcionar estruturas de trabalho mais adequadas.

A formação política, essencial para transformar as práticas partidárias, também é deficitária. Nesse sentido os partidos precisam ir além da criação de secretarias, núcleos e fundações de formação política. É necessário utilizar melhor os recursos disponíveis, oferecer apoio logístico para as filiadas desenvolverem os trabalhos de base e comprometer-se efetivamente com agendas feministas, antirracistas e pró-direitos humanos.

Relatos de violência política de gênero e raça, mesmo não sendo o foco principal da pesquisa, foram recorrentes. Muitas filiadas conhecem os tipos de violência, mas hierarquizam ou minimizam comportamentos agressivos. Algumas entrevistadas perceberam ou relataram pela primeira vez, durante a participação nesta pesquisa, que foram vítimas. Reafirmamos que não existe “pequena violência” ou “violência leve”; toda violência precisa ser reconhecida e combatida para o avanço da democracia.

Embora todos os partidos tenham comissões de ética, faltam protocolos específicos para lidar com a violência política ou esses protocolos não são publicizados. Acreditamos que a ausência de transparência a respeito dos procedimentos que envolvem uma denúncia, dentre eles tempo de análise e medidas adotadas contra o agressor, contribuam para que as vítimas de violência não se sintam seguras para denunciar. É fundamental que os partidos assumam o combate à violência de gênero e raça como prioridade, garantindo segurança as denunciantes e responsabilização dos envolvidos.

Por fim, observamos que a coletividade surge como estratégia central para enfrentar os desafios da vida partidária. Cientes de que sozinhas não terão êxito em suas reivindicações, essas mulheres uniram-se e estão criando espaços seguros para si e para as crianças, exigindo ajustes nos horários das reuniões – ponderando que a dinâmica partidária precisa estar equilibrada com a vida pessoal – e fiscalizando recursos destinados a candidaturas negras e femininas. Enquanto os partidos tardam em atender as demandas das mulheres negras, elas seguem mudando o que podem nos partidos e declarando: “Não farão política sem nós”.

As relações de gênero, raça e classes são dimensões fundamentais para compreender a sub-representação política no Brasil. Este trabalho revelou como estruturas de dominação – exploração criam barreiras à representação política de mulheres negras em partidos políticos, reforçando desigualdades e exclusões. A política e as instituições, ainda alicerçadas em dinâmicas cisheteropatriarcais – racistas – capitalistas, beneficiam-se da ausência das mulheres negras, mantendo intactos os privilégios que estruturam o poder.

A pesquisa evidenciou lacunas críticas nos dados sobre raça/etnia tanto nas filiações partidárias quanto no eleitorado. Essa ausência de informações compromete o desenvolvimento de políticas públicas que reflitam a diversidade brasileira. Propomos que os partidos, por meio de suas secretarias de mulheres e pessoas negras e a justiça eleitoral, priorizem a sistematização e a transparência desses dados, considerando sua importância na formulação de ações que enfrentem as desigualdades estruturais.

Sugerimos ainda que estudos futuros busquem verificar as percepções sobre autodeclaração racial e sua relação com as categorias do IBGE, especialmente em regiões como o Norte, onde as identidades étnico-raciais apresentam especificidades. Também é essencial verificar em pesquisas futuras como as cotas raciais e de gênero estão sendo aplicadas e se os recursos destinados a essas iniciativas alcançam seus objetivos, beneficiando as populações que visam incluir.

Considerando as limitações enfrentadas, acreditamos que esta dissertação oferece contribuições valiosas para mulheres negras e para os partidos. Nosso objetivo foi dar visibilidade às experiências de representantes políticas negras e destacar suas estratégias de resistência e luta em um cenário político marcadamente hostil, bem como, apresentar aos partidos a importância de discutir as relações de gênero, étnico – raciais e de classes. Esperamos que o debate feito aqui, fortaleça essas lideranças, inspire ações transformadoras e contribua para a construção de uma democracia verdadeiramente inclusiva e plural.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. Cotas para mulheres na política não são suficientes para garantir a paridade de gênero, afirmam parlamentares do G20. **Agência Câmara Notícias**. Brasília, 02 jul. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1079216-cotas-para-mulheres-na-politica-nao-sao-suficientes-para-garantir-a-paridade-de-genero-afirmam-parlamentares-do-g20/> Acesso em 21 nov. 2024.

AGÊNCIA SENADO. Vai à Sanção a Política Nacional de Cuidados. **Agência Senado**. Brasília, 05 dez. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/12/05/vai-a-sancao-a-politica-nacional-de-cuidados>. Acesso em: 07 dez. 2024.

ALCÂNTARA, Ariane. Luta e superação marcam história do Quilombo de São Benedito em Manaus. **G1**, Amazonas, 17 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/manaus-de-todas-as-cores/2017/noticia/luta-e-superacao-marcam-historia-do-quilombo-de-sao-benedito-em-manaus.ghtml> . Acesso em: 23 jul. 2024.

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**. Brasília, n. 1, v. 31, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 30 nov. 2024.

ALEXANDRIA, Lissa de; MARTINS, Valéria. Censo do IBGE 2022: 'As pessoas estão à vontade para dizer que são indígenas', diz ministra Sônia Guajajara. **G1**, Pará, 7 ago. 2023. Disponível em: Censo do IBGE 2022: 'As pessoas estão à vontade para dizer que são indígenas', diz ministra Sonia Guajajara | Pará | G1. Acesso em 19 mai. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

ALVES, Marcus Vinícius Chevitarase; RIBEIRO, Thamara Dutra; FAUSTINO, David Mercado. Estudo sobre o cumprimento da cota de participação feminina nas eleições municipais de 2024 por partidos e federações. **Nota técnica n°6**. Brasília, 4 out. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/nota-tecnica-6> . Acesso em: 21 nov. 2024.

ALVES-MELO, Patrícia (org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. 2. ed. Curitiba: CRV, 2021. 272p.

AMBRÓSIO, Nicolay. Primeiro território quilombola urbano da Amazônia resiste às opressões. **Agência Amazônia Real**, Manaus, 27 fev. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/quilombo-barranco-sao-benedito/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/04/Feminismo-para-os-99-um-manif-Cinzia-Arruzza.pdf>. Acesso em 01 ago. 2024.

BARROS, T. de N. M. N. Um Manifesto Pelo Bem Viver: A Marcha Das Mulheres Negras Na Amazônia Paraense. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**

(**ABPN**), [S. l.], v. 14, n. Ed. Especi, p. 24–45, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1415>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Volume I Tradução de Sergio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3959829/mod\\_resource/content/1/Beauvoir.O\\_segundo\\_sexo-DIFEL.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3959829/mod_resource/content/1/Beauvoir.O_segundo_sexo-DIFEL.pdf). Acesso em: 30 nov. 2024.

BELANDI, Caio.; GOMES, Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro 22 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda> . Acesso em 15 de mai. 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Biroli, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 719-754, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201690> . Acesso em 19 de set. de 2024.

BORGES, Juliana. O Racismo é implacável: as diferenças entre privilégio e vantagem social. **Portal Geledés**. [s.l.] 03 fev. 2018. Disponível: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-e-implacavel-as-diferencas-entre-privilegio-e-vantagem-social/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.791/2019**. Institui a Política Nacional de Cuidados. Brasília, DF: Senado Federal, 2019a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9845313&ts=1733487597959&disposition=inline>. Acesso em: 07 dez. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a propaganda eleitoral. Brasília, DF: TSE, 2019b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-610-de-18-de-dezembro-de-2019>. Acesso em 25 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Quilombolas**. Brasília: Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas#:~:text=As%20comunidades%20quilombolas%20s%C3%A3o%20grupos,trad%C3%A7%C3%B5es%20e%20pr%C3%A1ticas%20culturais%20pr%C3%B3prias>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial e Normas Correlatas**. Brasília–DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021a. 120p. Disponível em: Estatuto da Igualdade Racial. Acesso em 15 de mai. 2024.

BRASIL. **Projeto de lei nº 888/ 2021**. Dispõe sobre a aplicação de recursos oriundos do Fundo Eleitoral e Fundo Partidário para promoção de candidaturas por meio da inclusão dos gastos com atividades de cuidado nas despesas de campanha. Brasília, DF: Câmara dos deputados, 2021b. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1974917&filename=PL%20888/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1974917&filename=PL%20888/2021). Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 04 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2021c. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br> . Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021**. Dispõe sobre contagem em dobro de votos dados a candidatas mulheres ou candidatos negros para fins de distribuição entre os partidos políticos do Fundo Eleitoral e Fundo Partidário. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2021d. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc111.htm#:~:text=Altera%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20para,distribui%C3%A7%C3%A3o%20entre%20os%20partidos%20pol%C3%ADticos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc111.htm#:~:text=Altera%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20para,distribui%C3%A7%C3%A3o%20entre%20os%20partidos%20pol%C3%ADticos). Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.197, de 1 de setembro de 2021**. Estabelece o que é Violência Política. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2021e. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/14197.htm#:~:text=Praticar%20viol%C3%Aancia%20ou%20grave%20amea%C3%A7a,da%20pena%20correspondente%20%C3%A0%20viol%C3%Aancia](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14197.htm#:~:text=Praticar%20viol%C3%Aancia%20ou%20grave%20amea%C3%A7a,da%20pena%20correspondente%20%C3%A0%20viol%C3%Aancia). Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Perfil da Filiação Partidária**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 16 set. 2022a. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p30\\_back=14&p30\\_cruzamento\\_1=ds\\_sexo&clear=30&session=202194275450208](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p30_back=14&p30_cruzamento_1=ds_sexo&clear=30&session=202194275450208). Acesso em: 5 dez. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 20 de abril de 2022**. Altera o Regimento Interno do Senado Federal para assegurar a participação, como titular ou suplente, nas comissões permanentes e temporárias, de ao menos 1 (um) membro da bancada feminina. Brasília, DF: Senado Federal, 2022b. Disponível em: [https://legis.senado.leg.br/norma/35720657#:~:text=Altera%20o%20Regimento%20Interno%20do,um\)%20membro%20da%20bancada%20feminina](https://legis.senado.leg.br/norma/35720657#:~:text=Altera%20o%20Regimento%20Interno%20do,um)%20membro%20da%20bancada%20feminina). Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. Ministério Da Igualdade Racial. **2º Monitoramento e Avaliação**: Edição Mulheres Negras. Brasília, set 2023. Disponível em: Informe MIR — Monitoramento e avaliação - n.º 2 - Edição Mulheres Negras . Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 13 set. 2024a. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?session=305605799152522> . Acesso em: 5 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Perfil de Filiação Partidária da Eleição por gênero**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 13 set 2024b. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p30\\_back=14&p30\\_cruzamento\\_1=ds\\_sexo&clear=30&session=303010176285393](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p30_back=14&p30_cruzamento_1=ds_sexo&clear=30&session=303010176285393) . Acesso em: 5 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Filiação Partidária da Eleição Por Idade (PT)**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 04 out. 2024c. Disponível em:

[https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p30\\_back=14&p30\\_cruzamento\\_1=ds\\_sexo&clear=30&session=300729979725231](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p30_back=14&p30_cruzamento_1=ds_sexo&clear=30&session=300729979725231) . Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Filiação Partidária da Eleição Por Idade (PCdoB)**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 04 out. 2024d. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0\\_partido=PCDOB&session=300647104592488](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0_partido=PCDOB&session=300647104592488) . Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Filiação Partidária da Eleição Por Idade (MDB)**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 04 out. 2024e. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0\\_partido=MDB&session=300647104592488](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0_partido=MDB&session=300647104592488) . Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Filiação Partidária da Eleição Por Estado Civil (PT)**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 04 out. 2024f. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p30\\_back=14&p30\\_cruzamento\\_1=ds\\_sexo&clear=30&session=7877302310755](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p30_back=14&p30_cruzamento_1=ds_sexo&clear=30&session=7877302310755) . Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Filiação Partidária da Eleição Por Estado Civil (PCdoB)**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 04 out. 2024g. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0\\_partido=PCDOB&session=7877302310755](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0_partido=PCDOB&session=7877302310755) . Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Filiação Partidária da Eleição Por Estado Civil (MDB)**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 04 out 2024h. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0\\_partido=MDB&session=7877302310755](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0_partido=MDB&session=7877302310755)  
[https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p30\\_back=14&p30\\_cruzamento\\_1=ds\\_sexo&clear=30&session=300729979725231](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p30_back=14&p30_cruzamento_1=ds_sexo&clear=30&session=300729979725231). Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Filiação Partidária da Eleição Por Grau de Escolaridade (PT)**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 04 out. 2024i. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0\\_partido=PT&session=7877302310755](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0_partido=PT&session=7877302310755). Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Filiação Partidária da Eleição Por Grau de Escolaridade (PCdoB)**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: Brasília 04 out. 2024j. Disponível em [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0\\_partido=PCDOB&session=7877302310755](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0_partido=PCDOB&session=7877302310755). Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Filiação Partidária da Eleição Por Grau de Escolaridade (MDB)**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 04 out. 2024k. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0\\_partido=MDB&session=7877302310755](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-filiados/cruzamento-de-filia%C3%A7%C3%A3o?p0_partido=MDB&session=7877302310755)

filia%C3%A7%C3%A3o?p0\_partido=MDB&session=7877302310755. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Cruzamento de candidaturas**. Estatísticas de eleição. Brasília, DF: 15 out. 2024l. Disponível em: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas?p25\\_back=22&p25\\_cruzamento\\_1=ds\\_sexo&clear=RP,25&session=7877302310755](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas?p25_back=22&p25_cruzamento_1=ds_sexo&clear=RP,25&session=7877302310755). Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2024**: você sabe as diferenças entre coligação e federação partidária?. Brasília, DF: TSE, 13 fev. 2024m. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/eleicoes-2024-voce-sabe-quais-sao-as-diferencas-entre-coligacao-e-federacao-partidaria> . Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Se Liga**: qual é a cota de gênero que os partidos devem respeitar nas candidaturas. Brasília, DF: TSE Notícias, 30 ago. 2024n. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/se-liga-qual-a-cota-de-genero-que-os-partidos-devem-respeitar-nas-candidaturas> . Acesso em 01 de nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil elabora proposta de Política Nacional de Cuidados e um Plano Nacional de cuidados**. Notícias e conteúdo. Brasília, DF, 01 abr. 2024o. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Abril/brasil-elabora-proposta-de-politica-nacional-de-cuidados-e-um-plano-nacional-de-cuidados> . Acesso em: 06 dez. 2024.

CARNEIRO, Sueli — *Enegrecer o feminismo*: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés**, 2011. Disponível em *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Acesso em 04 de ago. de 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117–133, set. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Censo do IBGE: Amazonas e Bahia são estados com mais indígenas; veja ranking. **G1**, [s.l.], 7 ago. 2023. Disponível em: *Censo do IBGE: Amazonas e Bahia são estados com mais indígenas; veja ranking* Acesso em: 19 mai. 2024.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CONAQ. **Quilombo Urbano Barranco de São Benedito em Manaus—AM sedia a 2ª oficina de Fortalecimento Institucional da CONAQ na Região Norte**. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/quilombo-urbano-barranco-de-sao-benedito-em-manaus-am-sedia-a-2a-oficina-de-fortalecimento-institucional-da-conaq-na-regiao-norte/> . Acesso em: 23 jul. 2024.

CONRADO, M.; CAMPELO, M.; RIBEIRO, A. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 52, 2015. DOI: 10.9771/aa.v0i52.21886. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21886>. Acesso em: 14 dez. 2024.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. Departamento Intersindical De Estatística E Estudos Socioeconômicos. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes: **Boletim Especial do Dia Internacional da Mulher**. Escritório Nacional, São Paulo: 8 mar. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.html>. Acesso em 03 de ago. de 2024.

ELAS POR ELAS. Conheça o projeto Elas Por Elas. **Secretária Nacional de Mulheres do PT**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.elasporelaspt.com.br/conheca-o-projeto-elas-por-elas/>. Acesso 22 nov. 2024.

MDB. **Estatuto Do Movimento Democrático Brasileiro**. 2022. DISPONIVEL EM: <https://www.mdb.org.br/estatuto/> . Acesso em 18 de novembro

PCDOB. **Estatuto Do Partido Comunista Do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://pcdob.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Estatuto-do-PCdoB-com-alteracoes-aprovadas-no-15o-Congresso-consolidado.doc.pdf> . Acesso em: 14 nov. 2024

PT. **Estatuto Do Partido Dos Trabalhadores**. 2017. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/03/estatuto-pt-2012-versao-final-alterada-junho-2017.pdf> . Acesso em: 14 nov. 2024.

FBSP. Fórum Brasileiro De Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024, 404 p. Disponível em: Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2024 . Acesso em: 03 ago. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Nicole Maria. **Novos Marcadores de gênero no tempo contemporâneo**: o olhar para a rede de coletivos de mulheres em Manaus. Relatório de Iniciação Científica. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2018.

Franco, Anielle. Prefácio. In: D'AVILA, M. (org.). **Sempre foi sobre nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

Freire, Paulo. (2005). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GALETTI, Camila; RIVETTI, Jessica Melo (org.). **Feminismos em movimento**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2024. *E-book*.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e Escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONZALEZ, Lelia. **Carta de desligamento do Partido dos trabalhadores/PT**. 1985. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/lelia-gonzalez-acervo-textual/carta-de-desligamento-do-partido-dos-trabalhadores-pt/> Acesso 22 nov. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios; Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GONZALEZ, Lelia. Racismo por Omissão. 1983. In: LOURENÇO, A.; FRANCO, A. (org.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. P. 79-83. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/06/aradicalimaginacaopolitica-2021.pdf> . Acesso em: 22 nov. 2024.

GRAMSCI, Antônio. **Para uma preparação ideológica das massas**. 1925. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1925/05/40.htm>. Acesso em 14 nov. 2024.

Gruneich, Danielle. **O que é violência política contra a mulher?**. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/699c8e0b-550a-462b-8505-b265758d0f4c>. Acesso em: 30 nov. 2024.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 18°. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal**. [s.l.], 2022. Disponível em: ([https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/estrutura\\_territorial/amazonia\\_legal/2022/Mapa\\_da\\_Amazonia\\_Legal\\_2022\\_sem\\_sedes.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2022/Mapa_da_Amazonia_Legal_2022_sem_sedes.pdf)). Acesso em: 20 nov. 2024.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Análise das Candidaturas: Perfil Geral**. Brasília, jun. 2024a. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/08/perfil-das-candidaturas-eleicoes-2024.pdf?x12453>. Acesso em: 23 nov. 2024.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Análise Prévia: Perfil dos eleitos (as) 1º turno**. Brasília, set. 2024b. Disponível em: [https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/10/eleicoes-2024-estudo\\_6-eleitos-1turno-previa.pdf?x12453](https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/10/eleicoes-2024-estudo_6-eleitos-1turno-previa.pdf?x12453). Acesso em: 23 nov. 2024.

INSTITUTO MARIELLE. **A Violência Política Contra Mulheres Negras: Eleições 2020**. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2020. Disponível em: [violenciapolitica.org](https://violenciapolitica.org) . Acesso em: 29 nov. 2024.

INSTITUTO MARIELLE. **Violência Política de Gênero e Raça no Brasil – 2021: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas**. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2021. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/2021>. Acesso em 24 nov. 2024.

JORNAL PT BRASIL. PT cria comissão de heteroidentificação para evitar fraudes. **Jornal PT Brasil**. São Paulo, 28 mar. 2024. Disponível em: <https://pt.org.br/pt-cria-comissao-de-heteroidentificacao-para-evitar-fraudes/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Disponível em:

[https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS\\_DA\\_PLANTACAO\\_-\\_EPISODIOS\\_DE\\_RAC\\_1\\_GRADA.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf). Acesso em: 30 nov. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2010.

LIMA, Isabelle. Portal Amazônia responde: Quantos países da Europa ‘cabem’ nos estados da Amazônia Legal?. **Portal Amazônia**. Manaus, 24 mai. 2023. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/quantos-paises-da-europa-cabem-nos-estados-da-amazonia-legal/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LORDE, Audre. **As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande**. 2015. Disponível em: [https://ewe.branchable.com/index/LIVROTEKA\\_PRETA/Audre\\_Lorde\\_-\\_As\\_ferramentas\\_do\\_mestre\\_nunca\\_va\\_\\_771\\_\\_o\\_desmantelar\\_a\\_casa-grande.pdf](https://ewe.branchable.com/index/LIVROTEKA_PRETA/Audre_Lorde_-_As_ferramentas_do_mestre_nunca_va__771__o_desmantelar_a_casa-grande.pdf). Acesso em: 30 nov. 2024.

MANO A MANO. **Lula**. Entrevistado: Luiz Inácio Lula da Silva. Entrevistadores: Mano Brown. [S.I.]: São Paulo: Spotify Studio, 09 de set. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0tIWq1FO7REyWexaI16Iz5?si=2ada5434c0864982>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MANZINI, Eduardo. José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, 1990/1991. v. 26/27, p. 149-158.

MATOS, M. A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. *In*: D’AVILA, M. (org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. Cap 14, p. 211-224.

MATOS, Marlise; CORTÊS, Iáris Ramalho. **Mais Mulheres no Poder – Contribuição à Formação Política das Mulheres – 2010/**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. 108 p.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, M; MARUCI, H; ASTROLÁBIO, L. **Cartilha Leis de ações afirmativas de gênero e raça na política x anistia aos partidos**. A tenda das candidatas, 2022. DISPONIVEL EM: <https://atendadascandidatas.org/wp-content/uploads/2023/04/CARTILHA-2.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

NUNOMURA, Eduardo. Censo 2022: Amazônia Cresce. **Agência Amazônia Real**, São Paulo, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/censo-2022/>. Acesso em: 19 mai. 2024.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

POZZA NETO, Provino. Alforrias escravas na província do Amazonas. *In*: ALVES-MELO, Patrícia (Org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. 2. ed. Curitiba: CRV, 2021. p. (59–77).

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**. [S.l.], v. 11, n. 1, p. 116-128, 2012.

RAMALHO, Yara. Em áreas de difícil acesso, 42% das comunidades da Terra Yanomami começam a ser recenseadas. **G1**. Roraima, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/03/14/em-areas-de-dificil-acesso-42percent-das-comunidades-da-terra-yanomami-comecam-a-ser-recenseadas.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2024.

REIF, Laura. Radical, liberal, interseccional... Conheça as principais vertentes do feminismo. **AZ MINA**. [s.l.], 15 out.2019. Disponível em: Radical, liberal, interseccional... Conheça as principais vertentes do feminismo. Acesso em 01 de ago. de 2024.

Resolução do III Congresso da Internacional Comunista. **A estrutura, os métodos e a ação dos Partidos Comunistas**, 1921. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/estrutura.htm>. Acesso em: 14 nov. 2024.

REVISTA CULT. **A questão do pardo no Brasil**. São Paulo: Cult Editora, ano 27, ed. 307, 50 p., julho de 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112p. 2017. Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019. Disponível em: [https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO\\_SOCIOLOGIA\\_2%C2%BAANO\\_PEQUEN O\\_MANUAL\\_ANTIRRACISTA\\_RIBEIRO\\_DJAMILA-v\\_5f0659881d9e4.pdf](https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO_SOCIOLOGIA_2%C2%BAANO_PEQUEN O_MANUAL_ANTIRRACISTA_RIBEIRO_DJAMILA-v_5f0659881d9e4.pdf). Acesso em: 10 dez. 2024.

RODRIGUES, Cristiano. Inclusão e debate racial nos partidos políticos brasileiro: incorporação precária e desigual. **Nexo jornal**. [s.l.] 26 set. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio/2022/09/26/inclusao-e-debate-racial-nos-partidos-politicos-brasileiros-incorporacao-precaria-e-desigual> . Acesso em 22 nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. Disponível: a mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Acesso em 03 de ago. de 2024.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes\\_de\\_genero/safiotti\\_heleieth\\_-\\_o\\_poder\\_do\\_macho.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf). Acesso em 31 de ago. de 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. (183–215).

SANTANA, Bianca. Sueli Carneiro: sobrevivente, testemunha e porta-voz. **Revista Cult**, São Paulo, 9 mai. De 2017. Disponível em: Sueli Carneiro: Sobrevivente, testemunha e porta-voz . Acesso em: 20 mai. 2024.

SILVA, Alessandrine. **A função do cuidado e o projeto de lei 888/ 2021**: enfrentando a sub-representação de gênero e raça na política institucional brasileira. A Tenda das Candidatas. [s.l.], 2023. Disponível em: <https://atendadascandidatas.org/a-funcao-do-cuidado-e-o-projeto-de-lei-888-2021-enfrentando-a-sub-representacao-de-genero-e-raca-na-politica-institucional-brasileira/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SILVA, Benedita da. Violências estruturais na trajetória de uma mulher negra. In: D'AVILA, M. (org.). **Sempre foi sobre nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

SILVA, Jamily Souza da. A festa de São Benedito no bairro da Praça 14 de Janeiro, Manaus. In: ALVES-MELO, Patrícia (Org.). **O fim do silêncio**: presença negra na Amazônia. 2. ed. Curitiba: CRV, 2021. p. (164-168).

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz das Amazonas**.3ª ed. Manaus: Valer, 2012.

SILVA, Priscila Thayane de Carvalho. **Um estudo sobre a experiência da política de cotas na Universidade Federal do Amazonas**: caminhos para uma política universitária antirracista. 2023. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas**. Manaus: UFAM, 2005.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, n2, p. 285-308, maio/ago. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/se/a/r8ZmgZVYSX9q4PQmYcFkBmK/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Segundo%2C%20o%20fen%C3%B4meno%20da%20%E2%80%9Cirresponsabilidade,perfeitamente%20na%20%C3%B3gica%20de%20servi%C3%A7o](https://www.scielo.br/j/se/a/r8ZmgZVYSX9q4PQmYcFkBmK/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Segundo%2C%20o%20fen%C3%B4meno%20da%20%E2%80%9Cirresponsabilidade,perfeitamente%20na%20%C3%B3gica%20de%20servi%C3%A7o.). Acesso em 08 dez. 2024.

UIP. União Interparlamentar. Classificação mensal de mulheres nos parlamentos nacionais. **IPU Parline**. Genebra, nov. 2024. Disponível em: [https://data.ipu.org/women-ranking/?date\\_month=11&date\\_year=2024](https://data.ipu.org/women-ranking/?date_month=11&date_year=2024). Acesso em 10 dez. 2024.

VALE, Michelle de Souza. **Mulheres no poder**: a trajetória política de Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil. Curitiba: Appris, 2019. 187p.

VISTA, I. M; NOIA, J; GARCIA, R. Filiação de jovens a partidos políticos segue caindo, mas polarização reverte quedas de PT e PL. **O Globo**, Rio de Janeiro e São Paulo, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/04/29/filiacao-de-jovens-a-partidos-politicos-segue-caindo-mas-polarizacao-reverte-quedas-de-pt-e-pl.ghtml> . Acesso em: 3 dez. 2024.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – TCLE 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(REPRESENTANTE POLÍTICA)

A Sra. está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa intitulado **Liberdade é não ter medo**: Um estudo sobre a representação política de mulheres negras nos partidos em Manaus, cuja pesquisadora responsável é a mestranda Nicole Maria Fernandes do Amaral, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Lidiany de Lima Cavalcante, pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, Campus – Manaus.

O objetivo geral do projeto é analisar a representação política das mulheres negras na política partidária em Manaus no período de 2014 a 2023 considerando o sistema patriarcal-racista-capitalista. Os objetivos secundários são: 1) Realizar o mapeamento das filiações e cadastro de candidaturas de mulheres negras entre 2014 e 2023; 2) Conhecer as formas de organização, reivindicação e estratégias de luta de mulheres negras no âmbito partidário; 3) Refletir sobre a relevância das discussões a respeito das relações de gênero, étnico-raciais e de classe no âmbito dos partidos políticos.

A Sra. está sendo convidada a participar, porque é uma representante política e possui experiência na construção do partido. Sua contribuição é fundamental para compreendermos quais os obstáculos enfrentados pelas mulheres negras que se organizam politicamente em partidos e decidem ocupar a política, quais as estratégias de resistência utilizadas, bem como no fomento a criação de espaços seguros na política e políticas públicas de valorização e impulsionamento de mulheres negras na política.

A Sra. tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, conforme o Item IV.3.d, da Resolução 466 de 2012, que trata sobre Pesquisas com Seres Humanos, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde. Caso aceite, sua participação consiste em participar de uma entrevista respondendo perguntas abertas e fechadas sobre a sua experiência como mulher negra filiada e representante na política. É importante ressaltar que de acordo com o Item IV.3.e da

Resolução 466 de 2012 do CNS (Conselho Nacional de Saúde), há total garantia quanto à manutenção do sigilo e privacidade de seus dados e informações em todas as fases da pesquisa. As participantes serão identificadas por nomes de mulheres negras importantes na história do Brasil, tais como: Zeferina, Alexandrina, Acotirene, Zeferina, Antonieta e Almerinda.

Caso aceite participar, solicita-se ainda a sua expressa autorização para o registro de áudio durante a entrevista, com objetivo de tão somente auxiliar no processo de tabulação dos dados (compilação das informações). Diante do pedido, assegura-se da mesma forma, a privacidade, confidencialidade e proteção dos dados, e garantimos a não utilização das informações para qualquer outra finalidade que não esteja nos objetivos da pesquisa, em conformidade com o Item III.2.i da Resolução 466 de 2012 (CNS).

- ( ) Autorizo a gravação por meio de áudio.
- ( ) Não autorizo a gravação por meio de áudio.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, os quais podem atingir as seguintes dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual das participantes. Nesta pesquisa, os riscos para a Sra. são possíveis desconfortos emocionais por lembrar de experiências constrangedoras e/ou ruins relacionadas ao tema da pesquisa. Caso seja identificada qualquer situação constrangedora ou que gere desconforto, a entrevista será interrompida imediatamente e o caso será encaminhado imediatamente ao Sistema CEP/CONEP para avaliar possíveis adequações ou a suspensão do estudo, conforme prevê o Item V.3 da Resolução 466 de 2012.

Ainda em conformidade com a referida Resolução no Item V.6, a pesquisadora e a instituição proponente se responsabilizam pela assistência psicológica integral aos participantes da pesquisa por possíveis danos, além do compromisso e responsabilidade com as despesas de transporte (inclusive intermunicipal se for o caso) e alimentação para o participante e acompanhante. Nesse caso, as participantes serão encaminhadas ao Centro de Serviços de Psicologia Aplicada – CSPA da Universidade Federal do Amazonas localizada no Campus Manaus na Av. Rodrigo Otávio Jordão No. 6.200 Bloco X – Bairro Coroado. Conforme a Resolução 510/2016 Art. 19 § 2o, “o participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.”

Esperamos, como benefício às/aos participantes, que a colaboração com a pesquisa proporcione reflexões a respeito da inserção qualificada de mulheres negras nos espaços partidários e casas legislativas. Além disso, esperamos que colaborar na percepção de como o cisheteropatriarcado e o racismo estão presentes no dia a dia do fazer político e como são

organizados para promover a sub-representação de mulheres negras na política e as violências diárias às quais mulheres são submetidas e o valor da compreensão desses mecanismos para aperfeiçoar as estratégias para a superação dos desafios postos. Esta pesquisa não apresentará qualquer remuneração aos participantes. Se julgar necessário, a Sra. dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida para a participação.

A Sra. pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Nicole Maria Fernandes do Amaral pelo telefone (92) 99232-6519 ou por e-mail: nicolefernandes.seso@gmail.com e com a orientadora do Projeto, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidiany de Lima Cavalcante a qualquer tempo para informação adicional no endereço Av. General Rodrigo Otávio Jordão, 6.200 – Campus Universitário da UFAM, no Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS/UFAM pelo telefone (92) 3305-1181 (Ramal 2349) / (92) 98418-6568 ou pelo e-mail: lidiany@ufam.edu.br.

A Sra. também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pela Sra. e pela pesquisadora responsável, ficando uma via com cada uma.

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e declaro que concordo em participar da pesquisa.

Manaus, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Participante

\_\_\_\_\_  
**Nicole Maria Fernandes do Amaral**  
Assinatura da Pesquisadora Responsável



## APÊNDICE B – TCLE 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(DIRIGENTE PARTIDÁRIO/COORDENADORA/OR DE NÚCLEOS/S)

A/O Sra./Sr. está sendo convidada/o a participar do projeto de pesquisa intitulado **Liberdade é não ter medo**: Um estudo sobre a participação política de mulheres negras nos partidos em Manaus, cuja pesquisadora responsável é a mestranda Nicole Maria Fernandes do Amaral, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Lidiany de Lima Cavalcante, pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, Campus – Manaus.

O objetivo geral do projeto é analisar a representação política das mulheres negras na política partidária em Manaus no período de 2014 a 2023 considerando o sistema patriarcal-racista-capitalista. Os objetivos secundários são: 1) Realizar o mapeamento das filiações e cadastro de candidaturas de mulheres negras entre 2014 e 2023; 2) Conhecer as formas de organização, reivindicação e estratégias de luta de mulheres negras no âmbito partidário; 3) Refletir sobre a relevância das discussões a respeito das relações de gênero, étnico-raciais e de classe no âmbito dos partidos políticos.

A/O Sra. / Sr. está sendo convidada/o a participar, porque é uma/um Dirigente partidário/Coordenadora/or de núcleo e/ou secretaria do partido e conhece a dinâmica partidária. Sua contribuição é fundamental para compreendermos quais os obstáculos enfrentados pelas mulheres negras que se organizam politicamente em partidos e decidem ocupar a política, quais as estratégias adotadas pelo partido para promover um espaço qualificado e seguro para essas mulheres e qual a importância desta temática para o partido. Além de buscar conhecer a sua percepção sobre a representação política das mulheres negras.

A Sra. tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, conforme o Item IV.3.d, da Resolução 466 de 2012, que trata sobre Pesquisas com Seres Humanos, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde. Caso aceite, sua participação consiste em participar de uma entrevista respondendo perguntas abertas e fechadas sobre a sua experiência como mulher negra filiada e representante na política.

É importante ressaltar que de acordo com o Item IV.3.e da Resolução 466 de 2012 do CNS (Conselho Nacional de Saúde), há total garantia quanto à manutenção do sigilo e privacidade de seus dados e informações em todas as fases da pesquisa. As participantes serão identificadas por nomes de mulheres negras importantes na história do Brasil, tais como: Zeferina, Alexandrina, Acotirene, Zeferina, Antonieta e Almerinda.

Caso aceite participar, solicita-se ainda a sua expressa autorização para o registro de áudio durante a entrevista, com objetivo de tão somente auxiliar no processo de tabulação dos dados (compilação das informações). Diante do pedido, assegura-se da mesma forma, a privacidade, confidencialidade e proteção dos dados, e garantimos a não utilização das informações para qualquer outra finalidade que não esteja nos objetivos da pesquisa, em conformidade com o Item III.2.i da Resolução 466 de 2012 (CNS).

Autorizo a gravação por meio de áudio.

Não autorizo a gravação por meio de áudio.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, os quais podem atingir as seguintes dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual das participantes. Nesta pesquisa, os riscos para a Sra. são possíveis desconfortos emocionais por lembrar de experiências constrangedoras e/ou ruins relacionadas ao tema da pesquisa. Caso seja identificada qualquer situação constrangedora ou que gere desconforto, a entrevista será interrompida imediatamente e o caso será encaminhado imediatamente ao Sistema CEP/CONEP para avaliar possíveis adequações ou a suspensão do estudo, conforme prevê o Item V.3 da Resolução 466 de 2012.

Ainda em conformidade com a referida Resolução no Item V.6, a pesquisadora e a instituição proponente se responsabilizam pela assistência psicológica integral aos participantes da pesquisa por possíveis danos, além do compromisso e responsabilidade com as despesas de transporte (inclusive intermunicipal se for o caso) e alimentação para o participante e acompanhante. Nesse caso, as participantes serão encaminhadas ao Centro de Serviços de Psicologia Aplicada – CSPA da Universidade Federal do Amazonas localizada no Campus Manaus na Av. Rodrigo Otávio Jordão No. 6.200 Bloco X – Bairro Coroado. Conforme a Resolução 510/2016 Art. 19 § 2o, “o participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.”

Esperamos, como benefício às/aos participantes, que a colaboração com a pesquisa proporcione reflexões a respeito da inserção qualificada de mulheres negras nos espaços partidários e casas legislativas. Além disso, esperamos que colaborar na percepção de como o

cisheteropatriarcado e o racismo estão presentes no dia a dia do fazer político e como são organizados para promover a sub-representação de mulheres negras na política e as violências diárias às quais mulheres são submetidas e o valor da compreensão desses mecanismos para aperfeiçoar as estratégias para a superação dos desafios postos. Esta pesquisa não apresentará qualquer remuneração aos participantes. Se julgar necessário, a Sra. dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida para a participação.

A Sra. pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Nicole Maria Fernandes do Amaral pelo telefone (92) 99232-6519 ou por e-mail: nicolefernandes.seso@gmail.com e com a orientadora do Projeto, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidiany de Lima Cavalcante a qualquer tempo para informação adicional no endereço Av. General Rodrigo Otávio Jordão, 6.200 – Campus Universitário da UFAM, no Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS/UFAM pelo telefone (92) 3305-1181 (Ramal 2349) / (92) 98418-6568 ou pelo e-mail: lidiany@ufam.edu.br.

A Sra. também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pela Sra. e pela pesquisadora responsável, ficando uma via com cada uma.

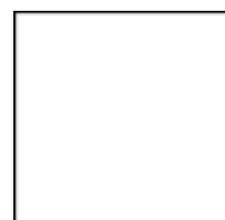
#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e declaro que concordo em participar da pesquisa.

Manaus, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Participante

\_\_\_\_\_  
**Nicole Maria Fernandes do Amaral**  
Assinatura da Pesquisadora Responsável



IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



**Pesquisadora:** Nicole Maria Fernandes do Amaral

**LIBERDADE É NÃO TER MEDO:** Um estudo sobre a representação política de mulheres negras nos  
partidos em Manaus

### ROTEIRO DE ENTREVISTA – REPRESENTANTES POLÍTICAS

#### I – IDENTIFICAÇÃO PARA FINS DEMOGRÁFICOS

Pseudônimo: \_\_\_\_\_ Partido \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Tempo de militância partidária: \_\_\_\_\_

**Com que gênero você se identifica?**

Cisgênero  Transgênero  Não Binário  Prefiro não responder

Prefiro me auto descrever: \_\_\_\_\_

Qual é a sua orientação sexual?

Assexual  Bissexual  Gay  Heterossexual  Lésbica  Pansexual  Queer

Nenhuma das anteriores. Especifique: \_\_\_  Prefiro não responder

**Como você se autodeclara?**  Preta  Parda

**Você é mãe?**  Sim  Não. Se positivo, quantos filhos e qual a idade deles?

#### II – CONHECENDO A ENTREVISTADA

1. Em que ano você se filiou ao seu atual partido?
2. O que te motivou a realizar a sua filiação?
3. Você faz parte de algum coletivo? Qual? Fale um pouco sobre a sua participação neste espaço.

#### III – DINÂMICAS PARTIDÁRIAS

1. No interior do partido há organizações feministas ou negras? Coletivos, secretarias etc.?
2. Se positivo, para você, qual a importância desses coletivos/organizações no interior do partido?
3. Quais as maiores conquistas das mulheres negras no partido que você constrói?
4. Nesse partido você faz parte ou fez parte das instâncias de direção Estadual, Municipal ou Nacional? Conte sua experiência neste espaço.
5. Se você respondeu sim na pergunta sobre maternidade, poderia nos contar como foi/é essa experiência dentro de um partido?
6. Você já foi vítima ou presenciou episódios de machismo e racismo na atividade partidária? (se for confortável relate para nós alguns desses acontecimentos)
7. Diante de casos de violência política contra as mulheres, como a direção do partido reage? Há apoio das filiadas?
8. Quais estratégias você e suas companheiras de luta desenvolveram para lidar com a sub-representação na política e com a hostilidade intrapartidária e externa ao partido?

## APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS PROGRAMA DE  
 PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



**Pesquisadora:** Nicole Maria Fernandes do Amaral

**LIBERDADE É NÃO TER MEDO:** Um estudo sobre a representação política de mulheres negras nos  
 partidos em Manaus

**ROTEIRO DE ENTREVISTA – DIRIGENTE PARTIDÁRIA/ COORDENADORA**

### I – IDENTIFICAÇÃO PARA FINS DEMOGRÁFICOS

Pseudônimo: \_\_\_\_\_ Partido \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Tempo de militância partidária: \_\_\_\_\_

**Com que gênero você se identifica?**

Cisgênero  Transgênero  Não Binário  Prefiro não responder

Prefiro me auto descrever: \_\_\_\_\_

Qual é a sua orientação sexual?

Assexual  Bissexual  Gay  Heterossexual  Lésbica  Pansexual  Queer

Nenhuma das anteriores. Especifique: \_\_\_\_  Prefiro não responder

**Como você se autodeclara?**  Preta  Parda

**Você é mãe?**  Sim  Não. Se positivo, quantos filhos e qual a idade deles?

### II – CONHECENDO A ENTREVISTADA

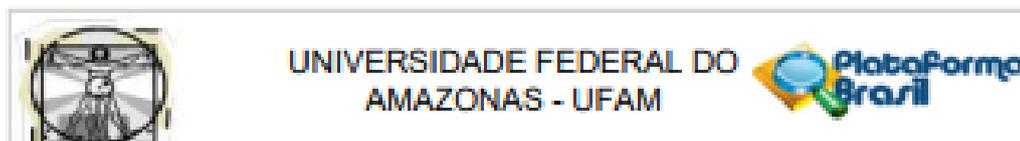
1. Em que ano você se filiou ao seu atual partido?
2. O que te motivou a realizar a sua filiação?
3. Você faz parte de algum coletivo? Qual? Fale um pouco sobre a sua participação neste espaço.

### III – DINÂMICAS PARTIDÁRIAS

1. Como é a sua experiência à frente dessa secretaria/ núcleo?
2. Quais trabalhos já foram desenvolvidos pelo partido para abordar a temática da sub-representação feminina e negra e outros temas como racismo, machismo e violência política?
3. Você percebe resistência para trabalhar essas temáticas?
4. Como este núcleo/secretaria impulsiona mais mulheres negras a participar da política?
5. Qual a importância da política de cotas e gênero? Você percebeu diferenças após a implementação?
6. Quais as maiores conquistas das mulheres negras do partido?
7. Há apoio do partido para que mães conciliem maternidade e política?
8. Você já foi vítima ou presenciou episódios de machismo e racismo na atividade partidária? Como o partido lida com isso?

## ANEXOS

## ANEXO A – PARECER FAVORÁVEL DO CEP



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** LIBERDADE É NÃO TER MEDO: Um estudo sobre a participação política de mulheres negras nos partidos em Manaus

**Pesquisador:** NICOLE MARIA FERNANDES DO AMARAL

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 77083023.1.0000.5020

**Instituição Proponente:** Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.656.976

## Apresentação do Projeto:

Segundo o(a) pesquisador(a) responsável no documento PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2244838.pdf\_23/12/2023\_00:16:37

**Resumo:** Esta pesquisa tem como objetivo analisar a representação política das mulheres negras na política partidária em Manaus no período de 2014 a 2023 considerando o sistema patriarcal-racista-capitalista. As especificidades estão voltadas para 1) realizar o mapeamento das filiações e cadastro de candidaturas de mulheres negras entre 2014 e 2023; 2) Conhecer as formas de organização, reivindicação e estratégias de luta de mulheres negras no âmbito partidário e; 3) refletir sobre a relevância das discussões a respeito das relações de gênero, étnico raciais e de classe no âmbito dos partidos políticos. Além disso, a pesquisa assumirá uma análise quanti-qualitativa e fará uso da pesquisa documental e de campo, além da bibliográfica, como procedimento técnico. Utilizaremos como método o materialismo histórico, a partir de uma perspectiva feminista negra e a pesquisa de campo será realizada com mulheres negras representantes políticas e dirigentes partidários de três partidos: Movimento Democrático Brasileiro - MDB; Partido dos Trabalhadores - PT e Partido Comunista do Brasil - PCdoB.

**Metodologia Proposta:** A pesquisa assumirá uma análise quanti-qualitativa, que de acordo com Prates (2012) diz respeito a uma caracterização de pesquisa que se diferencia dos estudos que se

**Endereço:** Rua Teresina, 4953

**Bairro:** Adrianópolis

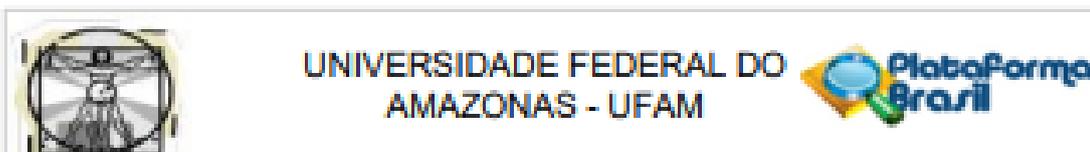
**CEP:** 69.067-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-1181

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 61661/2023

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.pdf	22/12/2023 23:48:29	NICOLE MARIA FERNANDES DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_NICOLE_PROJETO assinado.pdf	22/12/2023 23:45:34	NICOLE MARIA FERNANDES DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeanuencia_pdocb.pdf	22/12/2023 10:53:25	NICOLE MARIA FERNANDES DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeanuencia_mdb.pdf	22/12/2023 10:52:26	NICOLE MARIA FERNANDES DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeanuencia_pt.pdf	22/12/2023 10:52:10	NICOLE MARIA FERNANDES DE SOUSA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 20 de Fevereiro de 2024

Assinado por:

**Eliana Maria Pereira da Fonseca**  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1161

E-mail: cnp.ufam@gmail.com

## ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA DO PT



PARTIDO DOS TRABALHADORES  
DIRETÓRIO ESTADUAL DO PT-AM  
SECRETARIA ESTADUAL DE MULHERES-SEMP/AM

---

---

### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "LIBERDADE É NÃO TER MEDO: Um estudo sobre a participação política de mulheres negras nos partidos em Manaus", sob a responsabilidade da pesquisadora Nicole Maria Fernandes de Sousa e orientação da Profª Drª Lidiany de Lima Cavalcante e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 15/12/2023 a 15/02/2024, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus, 16 de Novembro de 2023

Maria Francinete C. de Lima

Secretária Estadual de Mulheres PT/AM

Maria Francinete Cavalcante de Lima  
Secretária Estadual de Mulheres PT/AM

## ANEXO C – TERMO DE ANUÊNCIA DO Pcdob



PCdoB Amazonas

### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **"LIBERDADE É NÃO TER MEDO: Um estudo sobre a participação política de mulheres negras nos partidos em Manaus"**, sob a responsabilidade da pesquisadora Nicole Maria Fernandes de Sousa e orientação da Profa. Drª Lidiany de Lima Cavalcante e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 15/12/2023 a 15/02/2024, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus, 15 de Novembro de 2023

*Elizangela de Almeida Silva*

---

Prof. Me. Elizangela de Almeida Silva  
Secretária de Mulheres do PCdoB/AM  
(92) 99248-1980

## ANEXO D – TERMO DE ANUÊNCIA DO MDB



MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO  
Diretório Estadual do Amazonas

### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "LIBERDADE É NÃO TER MEDO: Um estudo sobre a participação política de mulheres negras nos partidos em Manaus", sob a responsabilidade da pesquisadora Nicole Maria Fernandes de Sousa e orientação da Profa Drª Lidiany de Lima Cavalcante e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 15/12/2023 a 15/02/2024, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus, 01 de Dezembro de 2023

  
 Miguel Capobianco Neto  
 Secretário Geral do MDB (AM)  
 Executiva Estadual do MDB - AM